



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, CULTURAS E
ESPACIALIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

NATHÁLIA DHÉSSICA TEÓFILO FERNANDES

HABITAÇÕES COLETIVAS: QUESTÕES HABITACIONAIS À EXPERIÊNCIAS NO
ESPAÇO CENTRAL DE FORTALEZA

FORTALEZA - CEARÁ

2024

NATHÁLIA DHÉSSICA TEÓFILO FERNANDES

HABITAÇÕES COLETIVAS: QUESTÕES HABITACIONAIS À EXPERIÊNCIAS NO
ESPAÇO CENTRAL DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História, Culturas e Espacialidades.

Orientador: Prof. Pós-Doutor. Altemar da Costa Muniz

FORTALEZA-CEARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Fernandes, Nathália Dhéssica Teófilo.

Habitações coletivas: questões habitacionais à experiências no espaço central de Fortaleza. [recurso eletrônico] / Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. - 2024.

150 f. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico Em História, Culturas E Espacialidades, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Pós-Dr. Altemar da Costa Muniz.

1. Habitações Coletivas. 2. Espaço Central. 3. Memória..

I. Título.

NATHÁLIA DHÉSSICA TEÓFILO FERNANDES

HABITAÇÕES COLETIVAS: QUESTÕES HABITACIONAIS À EXPERIÊNCIAS NO
ESPAÇO CENTRAL DE FORTALEZA.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História, Culturas e Espacialidades.

Aprovada em: 22 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Pós-Doutor. Altemar da Costa Muniz – Orientador
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Pós-Doutor Jailson Pereira da Silva – Membro Externo
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Pós-Doutor. Gisafran Nazareno Mota Jucá – Membro Interno
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Samuel Carvalheira de Maupeou – Membro Interno
Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

Costumo dizer que tive sorte, sorte de ter conhecido tanta gente empenhada as ideias coletivas para as conquistas pessoais, mostrando que essas não são individuais. Inicialmente quero agradecer ao meu pai, minha mãe e minha avó que mesmo em meio de tantas dificuldades se esforçaram para que eu tivesse uma boa educação e que me impulsionaram a sempre buscar ir mais longe, torcendo em cada etapa.

Sou grata aos professores que tive durante a educação básica que sempre me ensinaram a ter um olhar humano, empático e crítico sobre as teias sociais que estava inserida, o que, provavelmente, me direcionou a licenciatura plena em história.

Agradeço ao curso de História da Universidade Estadual do Ceará, principalmente aos professores Francisco José Gomes Damasceno, Allyson Bruno Viana, Marcos José Diniz Silva, Erick Assis de Araujo e as professoras Silvia Márcia Alves Siqueira e Zilda Maria Menezes Lima que estiveram na formação da minha base historiográfica e que me auxiliaram muito nos primeiros semestres do curso.

Ao curso de História da Universidade Federal do Ceará e aos professores e professoras Kênia Rios, Jailson Pereira, Ana Rita Fonteles,, Kleiton Moraes, Ana Carla Sabino que me acolheram e auxiliaram na minha trajetória historiográfica.

A Arielle, Gabi, Xico, Maycon, Taci, Redson, Lucas, Cabral, Ytalo, Mateus, Felipe, Alyson por todas as trocas, escutas, conselhos e acalantos durante todo caminho.

Ao Grupo Negro de Estudos de História, espaço que permitiu que eu acreditasse na minha escrita e lesse pessoas tão parecidas comigo, levando-me a tentar e entrar no mestrado em História, agradeço a Felipe e Alysson, idealizadores do projeto e grandes amigos.

A Karina, Beatriz, Paulo, Rosy, Noélio, Yasmim, Pablo, Mônica, Geiziely por todo o apoio, trocas de leituras, indicações, torcida e por acreditarem na minha pesquisa, deixando esse momento voltado a escrita menos só.

A Dona Conceição, Sr. Xavier, Dona Inês e Dona Zenilda, Nicholas e Catarina que me receberam tão bem e mostraram-se disponíveis para uma conversa.

A Clarissa Salomoni por todos os conselhos e conversas acerca das habitações coletivas, todas as sugestões ajudaram muito.

Por fim, gostaria de agradecer ao professor Altemar que aceitou o convite de ser meu orientador em um momento tão complicado para a pesquisa e que acolheu a minha escrita e trabalho. Muito obrigada!

RESUMO

O objetivo desse trabalho é refletir acerca da existência e das experiências de domiciliares em habitações coletivas no Centro de Fortaleza e como essas estão inseridas em uma problemática habitacional, no qual é negada/ignorada pelo poder público. Para entender essas questões é utilizada o conceito de casas de cômodos e cortiços de Motta (1894), juntamente com o de Habitações Coletivas presente no Dicionário Ilustrado de Arquitetura de Maria Paula Albernaz e Cecília Modesto Lima (2000), percebendo esta como um problema recorrente nos centros urbanos, e, provavelmente, a única possibilidade de ocupação do espaço central pelo público mais vulnerável, analisando a negação da moradia digna como também a negação do direito a cidade e do espaço urbano. Além disso, são analisadas ocupações populares no Centro de Fortaleza e suas vivências coletivas na habitação, bem como a luta pela moradia. Para examinar essas experiências são utilizadas entrevistas orais, bem como fotografias de domicílios e documentos oficiais questionando sobre quem ocupa, como ocupa e porquê ocupa, fazendo a trajetória sobre como chegou e por qual motivo permaneceu.

Palavras-chave: Habitações Coletivas; Espaço Central; Memória.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est de réfléchir à l'existence et aux expériences des ménages dans les logements collectifs du centre de Fortaleza et à la manière dont ils s'insèrent dans un problème de logement, dans lequel il est nié/ignoré par le gouvernement. Pour comprendre ces questions, le concept de maisons de chambres et d'immeubles de Motta (1894) est utilisé, ainsi que celui de logement collectif présent dans le Dictionnaire illustré d'architecture de Maria Paula Albernaz et Cecília Modesto Lima (2000), percevant cela comme un problème récurrent dans les centres urbains, et probablement la seule possibilité d'occupation de l'espace central par le public le plus vulnérable. analysant le déni de logement décent ainsi que le déni du droit à la ville et à l'espace urbain. En outre, les occupations populaires dans le centre de Fortaleza et leurs expériences collectives en matière de logement sont analysées, ainsi que la lutte pour le logement. Pour examiner ces expériences, des entretiens oraux sont utilisés, ainsi que des photographies de ménages et des documents officiels interrogeant qui occupe, comment ils occupent et pourquoi ils occupent, faisant la trajectoire de leur arrivée et de leur raison.

Mots-clés: Logement collectif; Espace central; Mémoire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cruzamento da Rua Barão do Rio Branco com Rua Guilherme Rocha (1910)	45
Figura 2 - Cruzamento da Rua Major Facundo com Rua R. Dr. João Moreira (início do séc. XX)	45
Figura 3 - Cartão postal Rua Guilherme Rocha com Major Facundo – 1911	47
Figura 6 - Farmácia Pasteur e sua arquitetura neoclássica, localizada na Praça do Ferreira, 1940	50
Figura 9 - Rua São Paulo segunda metade do séc. XX	54
Figura 10 - Senador Pompeu nos anos de 1920	55
Figura 11 -Senador Pompeu entre 1960 e 1970	56
Figura 12 - Senador Pompeu 1990	56
Figura 13 - Avenida Imperador, 2022	57
Figura 14 - Fachadas habitação, localizada na Avenida Imperador, 2023	59
Figura 15 - Sala de apoio Empresa Vitória presente na habitação, 2023	59
Figura 16 - Sala de apoio Empresa Vitória presente na habitação, 2023	60
Figura 17 - Banheiro presente na sala de apoio, 2023	60
Figura 18 - Banheiro presente na sala de apoio, 2023	61
Figura 19 - Área de serviço presente na sala de apoio da Empresa Vitória, 2023	61
Figura 20 - Entrada da casa de cômodo do senhor Gabriel, 2023	62
Figura 21 - Banheiro Coletivo – Pousada Imperador, 2022	77
Figura 22 - Quarto com banheiro - Pousada Imperador, 2022	78
Figura 23 - Banheiro individual – Pousada Imperador, 2022	78
Figura 24 - Banheiro individual – Pousada Imperador, 2022	79
Figura 25 - Hall da escada – Pousada Imperador, 2022	80
Figura 26 - Quarto da pousada – Pousada Imperador, 2022	81
Figura 27 - Mesa e cardápio quarto pousada – Pousada Imperador, 2022	82
Figura 28 - Cardápio quarto localizado na pousada – Pousada Imperador, 2022	82
Figura 29 - Frigobar, quarto localizado na pousada – Pousada Imperador, 2022	83
Figura 30 - Entrada da habitação 265 em 2023	84
Figura 31 - Sala de Jantar da Habitação 265 em 2023	85
Figura 32 - Sala de estar da Habitação 265 em 2023	86
Figura 33 - Armário presente na sala de estar da Habitação 265 em 2023	86

Figura 34 - Geladeira Coletiva da Habitação 265 em 2023	87
Figura 35 - Cozinha coletiva da Habitação 265 em 2023	87
Figura 36 - Teto da sala de estar da Habitação 265 em 2023	88
Figura 37 - Teto do corredor da Habitação 265 em 2023	88
Figura 38 - Banheiro coletivo da Habitação Coletiva em 2023	90
Figura 39 - Quarto de Fernando na Habitação 265 em 2023	97
Figura 40 - Quarto do Fernando na Habitação 265 em 2023	98
Figura 41 - Fogão à álcool, quarto de Fernando na Habitação 265 em 2023.....	98
Figura 42 - Lavanderia, quarto de Fernando na Habitação 265 em 2023	99
Figura 43 - Quarto de Erivelton na Habitação 265 em 2023	107
Figura 44 - Quarto do Erivelton na Habitação 265 em 2023.....	107
Figura 45 - Ocupação Bárbara de Alencar em 2006	115
Figura 46 - Ocupação Bárbara de Alencar em 2006	116
Figura 47 - Ocupação Bárbara de Alencar em 2006	116
Figura 48 - Bandeira colocada na faixa da na fachada no prédio no primeiro dia de ocupação, 2021	119
Figura 49 - Movimento de Graffiti para organização do espaço	126
Figura 50 - Roda de conversa sobre o povo negro, hip hop e favela.....	127
Figura 51 - Creche Francisca Bernado, Ocupação Dragão do Mar em 2022	132
Figura 52 - Atividade de palhaçaria, Ocupação Dragão do Mar 2021	137
Figura 53 - Ato MLB na Habitafor em 24 de abril de 2024	138

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O HABITAR E A HABITAÇÃO COLETIVA: UM DEBATE INSTITUCIONAL	12
2.1	Habitação Coletiva: um problema global	16
2.2	O Centro de Fortaleza e a questão da moradia: os usos e desusos das habitações coletivas e espaços centrais	25
3	HISTÓRIA E CIDADE: DO AFRANCESAMENTO AO “ABANDONO” DO ESPAÇO CENTRAL	40
3.1	Multiplicidades de centros	43
3.1.1	O imaginário da cidade <i>ideal</i>	44
3.2	O centro que já não é	52
3.3	Habitações coletivas	63
3.3.1	Indo para “Rua”	68
3.4	CASA 265	83
3.4.1	Personagens e experiências na habitação	90
3.4.2	O abandono e a busca por acolhimento	100
4	OCUPAÇÕES POPULARES NO ESPAÇO CENTRAL: OCUPAÇÃO BÁRBARA DE ALENCAR E OCUPAÇÃO DRAGÃO DO MAR	111
4.1	Ocupação Bárbara De Alencar	114
4.2	Ocupação Dragão do Mar	117
4.2.1	A ocupação	118
4.2.2	Ato 24 de abril de 2024	138
5	CONCLUSÃO	141
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Fortaleza, possui 7.786,44 hab/km²¹, segundo o último censo, que ocorreu no ano de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Considerada uma metrópole é marcada por uma forte desigualdade social que a transforma em múltiplas. A cidade teve como marco do seu desenvolvimento urbano o século XX, no qual houve um grande aumento populacional em decorrência, em sua maioria, ao êxodo rural, a busca da sobrevivência em meio a estiagem adentrando para o ambiente citadino.

O urbano se transforma, modifica-se e é modificado em uma dinâmica mútua de seus ocupantes, os que já estavam na cidade e os que a adentraram. As paisagens mostram passagens do tempo, continuidades e rupturas de uma cidade que, por vezes, não existe mais, porém que ainda está guardada nas lembranças e no imaginário de quem a viveu.

O Centro de Fortaleza que antes era visto pelo glamour da dita “Belle Époque” agora mostra sinais de abandonos que ficam visíveis aos seus passantes e moradores. Além disso, há uma errônea ideia que aquele ambiente possui exclusivamente uma função comercial, excluindo suas inúmeras características e homogeneizando seu cotidiano.

Em meio ao caos de um centro urbano vemos e ouvimos sons de carro, vozes de vendedores de rua, um grande número de pessoas e a pressa constante em seus passantes, compradores e vendedores. Um centro múltiplo, habitacional e comercial, com funções distintas em um mesmo local, porém, é importante ressaltar, o ambiente habitacional é distinto do existente na primeira metade do século XX.

As modificações de sua trajetória necessitam de uma análise multidisciplinar para pensar o urbano e as experiências criadas a partir dessas, tendo a historiografia com um papel crucial nessa reflexão, como menciona Marc Bloch: “A História é o estudo dos homens no Tempo”², cabendo a essa o estudo sobre as modificações no espaço a partir de seus ocupantes ao longo do tempo, colocando em pauta suas relações sociais, culturais e subjetivas, não dissociando o corpo do espaço.

As relações criadas com o espaço possuem um elo com os imaginários, as sensibilidades e as experiências do indivíduo e do grupo que está inserido. Através dessas os personagens sociais tem sua socialização afetada, influenciando os espaços ocupados e acessados.

¹ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2023.

² BARROS, José D’Assunção. **História, Espaço, Geografia**. Diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

A imagem de Fortaleza através da chamada Belle Époque, trouxe ao Centro a ideia de um local higienista, excludente, com o glamour admirado e cobiçado pela população que valorizava o espaço da capital.

O esvaziamento central, fenômeno mundial que ganha força nos anos 80 dialoga com uma diferente forma de habitar. Entre 1980-1991, segundo os dados habitacionais da Prefeitura de Fortaleza³, há o surgimento de 195 casas de cômodos, tipologia de habitações coletivas com a coletivização de alguns cômodos (sala, cozinha, lavanderia, banheiro...), enquadrando-se em habitações multifamiliares existentes até os dias atuais. O alto preço dos imóveis e esvaziamento de habitações unifamiliares favoreceu o aumento dessas no espaço central.

O Centro de Fortaleza, que anteriormente já foi ocupado pela elite fortalezense, estava dando espaço para outros habitantes, que possuíam alguma ligação com o bairro, sendo por vezes afetiva e/ou trabalhista. A diminuição de casas possibilitou o aumento de lojas, serviços e habitações coletivas. Os usos e desusos dos locais acontecem a partir das modificações dos interesses nos mesmos. Além das transformações das utilizações dos imóveis, aumentou também nesse espaço o número de vazios urbanos, dando ao centro uma imagem de abandono que foi reforçada pela falta de preocupação do poder público com sua organização e planejamento.

A falta de moradia de qualidade ou o déficit habitacional não é um problema específico do centro de Fortaleza, sendo presente em toda capital, conforme o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza – PLHISFor⁴. A questão da falta de moradia é uma equação que tem como elementos o planejamento urbano e o mercado imobiliário que impossibilita as pessoas com menor poder aquisitivo a adquirir um imóvel de qualidade em uma área de acessos e serviços básicos.

A moradia em habitações coletiva não é algo novo, sendo recorrente no século XIX em cidades como Rio de Janeiro, que passaram por uma forte industrialização. Na Europa esse fenômeno é marcado pelas chamadas vilas operárias ou quartos operários, como aborda Michelle Perrot em seu livro “A história dos quartos”. Em Fortaleza esse fenômeno é marcado por uma busca de rentabilidade dentro da situação de abandono do espaço central, fazendo com que antigos moradores façam subdivisões dentro de sua habitação, transformando-a em uma moradia multifamiliar, também chamada de habitação coletiva adaptada. Em outros casos, essas

³ Relatório 04: Estudo das vantagens competitivas do Centro da cidade de Fortaleza” (SEPLA, 2004^a)

⁴ Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza – PLHISFor” (2010)

habitações são construídas com a intenção de aluguel de quartos, recebendo a nomenclatura de habitação coletiva construída.

A divisão entre cômodos coletivos e privados, dão ao espaço uma ideia antagônica entre público e privado, fazendo que a socialização no ambiente da casa seja determinada por regras internas, assim como as relações dentre seus locatários, que são em grande número composto por homens, idosos e trabalhadores do Centro de Fortaleza, no qual tive a honra de entrevistar em menor número.

O quarto em uma habitação coletiva pode ter apenas o caráter de dormitório ou de todo o cotidiano de seu morador. A casa se torna um ponto de partida para a cidade, a área central, fazendo com que a localização seja considerada mais importante que sua estrutura interna.

As moradias coletivas do Centro de Fortaleza, em sua maioria, são adaptadas e de aluguel, e por falta de manutenção, recebem a nomenclatura de habitação coletiva precária de aluguel (HCPA)⁵, apesar de serem recorrentes em grandes centros urbanos, em Fortaleza não há nenhuma lei que a regularize ou fiscalize a infraestrutura, fazendo com que estejam cada vez mais precarizadas, não oferecendo o conforto desejável para uma moradia.

A busca pela moradia insegura vem pela urgência de um imóvel, um cálculo que insere a localização e facilidades que pode oferecer ao cotidiano, sendo por vezes, por uma questão de falta de capital, impossível a busca por uma moradia digna que ofereça conforto e comodidade ao seu dia a dia.

A falta de preocupação com a moradia ou a facilidade em marginalizar um grupo em meio uma ocupação habitacional é instrumento para negar o direito à cidade de sujeitos específicos. Pensar em moradia é refletir sobre experiências de diferentes pessoas, reforçando o funcionamento de um Estado Democrático que preza pela cidadania.

A problemática desenvolvida na pesquisa foi realizada através de uma seleção historiográfica de fontes, entre eles: “Relatório 04: Estudo das vantagens competitivas do Centro da cidade de Fortaleza” (SEPLA, 2004^a), “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza” (1992), “LEI N° 10.928/91” (Prefeitura de São Paulo, 1991), “Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza” (2009), “Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza – PLHISFor” (2010), cartões postais da primeira metade do século XX, assim como fontes orais de moradores e moradoras dessas habitações, juntamente com o elo e diálogo das mesmas, a partir da extração e problematização de narrativas, utilizando teóricos

⁵ SALOMONI, Clarissa de Menezes. **Cortiços no Centro de Fortaleza**. Viver lá. Fortaleza: DAU/CT-UFC, 2011.

como Verena Alberti, Alessandro Portelli, Pierre Nora, Halbwachs, Michael Pollak para o debate acerca da memória e história oral. O conceito de Habitações Coletivas e Direito à Cidade presente no Dicionário Ilustrado de Arquitetura de Maria Paula Albernaz e Cecília Modesto Lima (2000) e na obra “Direito à Cidade” de Henri Lefebvre, respectivamente. O fazer historiográfico existente no trabalho pretendeu analisar as relações de poder, tática de vivências, disputas de narrativa, como o habitar está relacionado com o cotidiano, as experiências e possibilidades dos espaços ocupados.

O seguinte trabalho é organizado em introdução, Capítulo 01: “O habitar e a habitação coletiva: Um debate institucional.”, em que é feito uma análise sobre a problemática habitacional de forma global, nacional e local, refletindo acerca da precarização e o surgimento de habitações coletivas através de uma política habitacional insuficiente a partir de uma perspectiva de um estado burguês e de um ideal capitalista em meio ao crescimento industrial e transformações da cidade.

Em seguida, o Capítulo 02: História e Cidade, no qual é feito um diálogo entre a historiografia e o estudo sobre a cidade, ressaltando a importância de pensar as experiências vividas nos espaços, bem como não se pode desassociar o corpo dos espaços, pensando os mesmo em uma relação mútua, em uma dinâmica social e cultural, além disso, também é realizada uma reflexão nas transformações de Fortaleza por meio do ideal da chamada Belle Époque, trabalhando os imaginários da cidade e os abandonos. É trabalhado também nesse capítulo as Habitações Coletivas e suas experiências no espaço central, em que é analisada as experiência de personagens sociais com a casa e a cidade e como este elo se dá através da formação de identidade, afeto e sensibilidade com o espaço central. Para isso são analisadas narrativas de 6 moradores e ex-moradores dessas habitações, dando ênfase a habitação 265, no qual foi possível realizar uma reflexão mais ampla acerca das falas dos entrevistados, bem como as relações de poder criadas no espaço.

O Capítulo 03: Ocupações Populares no Espaço Central: Ocupação Bárbara de Alencar e Ocupação Dragão do Mar, faz uma breve trajetória sobre a história da habitação social no Brasil e analisa as Ocupações Bárbara de Alencar (2006) e a Ocupação Dragão do Mar (2021-2022), refletindo sobre a organização, experiências, afetos criados nesses ambientes e de que modo o poder público lida com esses movimentos.

Ao final, encontra-se a conclusão com as considerações finais a respeito da pesquisa realizada ao longo do mestrado acadêmico.

2 O HABITAR E A HABITAÇÃO COLETIVA: UM DEBATE INSTITUCIONAL

O habitar uma casa está para além de ocupar um espaço físico. Nela são desenvolvidos hábitos e costumes, criadas as primeiras relações com o outro, suas singularidades, sendo possível notar em seu interior as características do morador. É um espaço construído por quem ocupa a partir das experiências do habitar. Como mostra Carlos Pequena:

O significado contemporâneo de habitar parece alterar-se rápida e profundamente. Seu sentido é amplo, como na expansão do sujeito psíquico, que reside não apenas em sua morada física - mas em seus hábitos, costumes e vestimentas - expressando-se na sua maneira de ocupar a cidade⁶.

O verbo habitar, como abordado por Pequena, está para além de uma estrutura física, apesar de estar relacionado com habitação não se restringe a ela e não está isolada da cidade, criando assim uma elo entre o corpo, o urbano, sua socialização e cultura.

Um dos aspectos presente no imaginário sobre o morar e a própria moradia é a ideia de lar, associada ao sentimento de conforto e acolhimento, por vezes, a um espaço familiar, mas essa realidade é subjetiva dependendo do grupo em que o indivíduo está inserido, podendo haver uma completa negação dessa idealização.

Morar em um grande centro urbano, implica viver a vida com um certa rapidez, no qual se dorme pensando em acordar, acordar-se pensando em sair e se sai pensando em chegar, tudo em um ritmo acelerado, em que nenhum segundo deve ser perdido, tornado todo momento primordial. A aceleração durante o dia, as vezes, não permite que nós olhemos para a cidade, que perceba seu papel dentro dessa estrutural espacial e social construída pelos seus personagens e que, na mesma medida, os constrói e destrói.

Pensar no urbano implica refletir sobre a urbanização, a modificação de ruas, prédios, olhares e paisagens, que segundo Milton Santos, não são sobre o hoje, mas sempre sobre o ontem, o passado. O ideal de urbanizado/moderno na cidade vem a partir de olhares de grupos específicos que acabam por serem responsáveis por dizer o que é bonito, feio, civilizado e bom, ideias e ideais que acabam reverberando um planejamento urbano desigual e de segregação, a chamada cidade torta⁷.

A urbanização nas grandes cidades e principalmente nos núcleos urbanos modificaram além da espacialidade geográfica, a estrutura e os tipos de moradia existentes.

⁶ PEQUENA, Carlos Augusto Joly. **Habitar Híbrido**: Interatividade e Experiência na área da Cibercultura. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, 2007, p. 18.

⁷ SENNETT, Richard. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.

Sabemos que no Brasil há uma série de problemas que causam e que são causados pela falta de moradias. Uma especulação imobiliária, que segue uma lógica mercantilista de ocupação do espaço, fazendo que haja um aumento no número de pessoas em situação de rua e/ou em moradias precárias. Como afirma Raquel Rolnik: “Todos os dias, alguém está sendo despejado pela impossibilidade de morar onde está morando”⁸.

A procura por moradia/habitação por diferentes grupos deve ser analisada a partir de sua relação com a cidade e os sujeitos que a ocupam e essas podem ter inúmeras diferenças umas das outras, o que acaba gerando uma certa indeterminação para o termo, como aborda a arquiteta Suzana Pasternak.

O conceito de habitação já é bastante impreciso. Que características teriam em comum um chalé suíço, um iglu ou um apartamento num arranha-céu em zona urbana? E é indiscutível que são locais de moradia. Quando se fala em habitação, leva-se em conta não só a unidade habitacional, mas também os aspectos de integração dessa unidade na trama urbana, além do grau de atendimento a serviços de infraestrutura e equipamento social.⁹

A problemática da moradia e dos tipos de habitação não é uma novidade e está presente em toda a história mundial, sendo mais recorrentes em sociedades modernas e contemporâneas que tem como base a acumulação de capital¹⁰. A questão principal não é só a falta de moradia, mas a sua má distribuição e as desigualdades presentes em seus acessos.

Como já mencionado por Pasternak, a moradia não está isolada do espaço/do urbano. Quando se pensa em cidade e em sua ocupação, uma das primeiras reflexões que surgem, referente a habitação, é onde se vai morar, como será a estrutura da moradia e o que se tem nas proximidades. O valor pago não é apenas pelas paredes e pelo teto, como menciona Ermínia Maricato:

O acesso à moradia está ligado ao seu preço, que, por sua vez, depende da sua localização na cidade. Quando alguém compra uma casa, está comprando também as oportunidades de acesso aos serviços coletivos, equipamentos e infraestrutura. Está comprando a localização da moradia, além do imóvel propriamente dito. (MARICATO, 1997, 43)¹¹

O direito à moradia em constituição é bastante recente, somente com a modificação do artigo 6º da constituição 1988, ocorrida em 2000, que moradia torna-se um direito

⁸ MURARO, Cauê; FAJARDO Vanessa. Moradias irregulares são fruto de falta de opção, políticas inadequadas e especulação imobiliária, dizem especialistas. **Portal de Notícias G1**. São Paulo, 03 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/moradias-irregulares-sao-fruto-de-falta-de-opcao-politicas-inadequadas-e-especulacao-imobiliaria-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em: 02 Out. 2019.

⁹ PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 51–66, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CHFxfxZBNt7kyDWRtSfXQFF/?lang=pt#>. Acesso em: 12 maio 2022.

¹⁰ ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

¹¹ MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. 7.ed. São Paulo: Atual, 1997.

reconhecido. Contudo, é importante pensar em quem tem acesso a esse direito e que tipo de moradia se adquire. Além disso, atentar-se que direito à moradia não significa o direito à propriedade, é possível ter acesso a moradia, porém não possuir a posse do imóvel.

É primordial destacar que o direito à moradia abre a possibilidade de intervenção estatal na regulamentação e implantação de domicílios, em tese, uma política habitacional de habitações sociais, ou seja, de baixo custo, porém é indispensável notar que estas não anularam a existência de domicílios privados, em que pessoas têm acesso através do pagamento de uma taxa mensal, o aluguel.

Os dados do déficit habitacional do Brasil, no século XX eram imensuráveis e imprecisos, como mostra a citação abaixo:

Nos anos 1960, o déficit habitacional foi mensurado em 1,2 milhão (“Idéias e programas em favor da habitação econômica”, Habitat, 1956, n.33, p.34-38), passando por 3 milhões de casas (“III Congresso Interamericano da Indústria de Construção”, Arquitetura e Engenharia, 1962, n.64, p.41-42), 5 milhões de unidades (“Habitação popular”, Arquitetura IAB, 1963, n.13, p.42-44), chegando até 6 ou 7 milhões (“Ainda a reforma habitacional”, Arquitetura IAB, 1964, n.23, p.2). Não é difícil atestar que, metodologicamente, as estatísticas tenham sido falhas e incompletas: havia, de fato, uma grande dificuldade de se mensurar o número real da população atingida pela crise de moradias e como esse número se distribuía no território brasileiro¹².

O que demonstra uma falta de preocupação e um enorme problema habitacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, esses dados eram limitados e não possuíam grande importância na agenda do Estado brasileiro que estava preocupado somente em mostrar seus feitos, ignorando a necessidade quantitativa de pessoas sem teto:

No que se refere às políticas habitacionais, observa-se a limitada divulgação de dados sobre um dos temas de maior visibilidade política no Brasil do Século XX. Sua importância na agenda do Estado brasileiro não encontra expressão nos AEBs, que pouco informam sobre indicadores de políticas habitacionais, em nítido contraste com a divulgação de dados estatísticos referidos a outras políticas sociais como saúde, previdência e trabalho. Apenas aparecem registradas informações sobre os programas implementados pelo Banco Nacional da Habitação - BNH - durante o período de 1965 a 1978¹³.

Nos anos de 1964 – 1997 dentre as 26 milhões de moradias construídas, apenas 23% resultaram de recursos do Sistema Financeiro de Habitação (CUTOLO, 1999). O acesso à propriedade é bastante dificultado pelos altos valores dos imóveis que não dialogam com a renda recebida pela população mais pobre¹⁴.

¹² NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida. Artigos e Ensaios. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo- USP, 2009, p. 103.

¹³ Estatística do Século XX. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro 2006, p.114.

¹⁴ HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009, ISSN 1516-6481.

As habitações urbanas podem ser divididas em unifamiliares, no qual se encontra presente um núcleo familiar e multifamiliares, no qual se encontra presente mais de um núcleo familiar. As habitações multifamiliares também podem receber a nomenclatura de habitações coletivas, que segundo a arquiteta e pesquisadora Clarissa Salomoni, são habitações que tem o compartilhamento de cômodos de forma coletiva, podendo ser a entrada, o corredor, a lavadeira e em alguns casos até o banheiro, recebendo também a terminologia de cortiço¹⁵.

É possível ver em centros urbanos prédios abandonados que são utilizados como moradia coletiva/cortiços de ocupação. No entanto, alguns deles sofrem pressão para uma desocupação, alegando ilegalidade, o que vai contra o Art. 5º, inciso XXIII da Constituição Federal 1988:

O direito à propriedade está garantido pela Constituição Federal, Art. 5º, inciso XXII, recebendo caracterização no inciso seguinte, XXIII, que determina que “a propriedade atenderá à sua função social”. Segundo o critério constitucional, que também é jurídico e sociopolítico, a propriedade é um direito e dele descendem os direitos e deveres de propriedade, nos quais se encontra o dever de exercer uma função coletiva a ser definida, como se verídica no capítulo sobre política urbana, art. 182, por meio do Plano Diretor Municipal¹⁶.

A falta de preocupação com a moradia ou a facilidade em marginalizar um grupo em meio uma ocupação habitacional é instrumento para negar o direito à cidade de sujeitos específicos. Pensar em moradia é refletir sobre experiências de diferentes pessoas, reforçando o funcionamento de um Estado Democrático que preza pela cidadania, como é abordado pela professora e pesquisadora Lígia Melo:

A moradia adequada tem um significado importante no conjunto de direitos fundamentais reconhecidos pelo texto magno. Em países em desenvolvimento como o Brasil, reconhecer, proteger e garantir a moradia adequada tem enorme relevância social, com reflexos no funcionamento do Estado Democrático, já que sua realização é condição necessária para promover a cidadania¹⁷.

A política voltada para a moradia considerada adequada deveria permitir os acessos básicos à cidade e/ou bairro que os personagens sociais já ocupam/construíram memórias e afetos.

¹⁵ SALOMONI, Clarissa de Menezes. **Cortiços no Centro de Fortaleza. Viver lá**. Fortaleza: DAU/CT-UFC, 2011.

¹⁶ Constituição Federal, Brasil, 1988. In: MELO, Lígia. **Direito à moradia no Brasil**: política urbana e acesso por meio da regularização fundiária. Belo Horizonte, Fórum, 2010, p. 47.

¹⁷ MELO, Lígia. **Direito à moradia no Brasil**: política urbana e acesso por meio da regularização fundiária. Belo Horizonte, Fórum, 2010, p.44.

2.1 Habitação Coletiva: um problema global

A preocupação com a utilização da cidade e sua ligação com a moradia é um movimento recente tendo como um dos principais marco a “Carta aberta de Atenas”, escrita durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna que tinham como intenção pensar a cidade funcional.

O encontro em questão ocorreu nos anos 30, em mundo pós Primeira Guerra Mundial e durante a Segunda Revolução Industrial e levou em consideração as experiências europeias de ocupação, bem como a formação da cidade. O ponto principal do congresso/carta de Atenas foi o restauro e cuidado com monumentos citadinos, porém não se limitou a esse aspecto, tendo presente em seu conteúdo anseios acerca da moradia. A carta em questão delimitava que:

[...] os bairros habitacionais precisam ocupar as melhores localizações no espaço urbano, sempre se observando a topografia, o clima, a insolação e as áreas verdes disponíveis; [...] alguns bairros devem ser totalmente corrigidos, senão destruídos, para que possam atender às condições mínimas de qualidade de vida da população; [...] deve-se evitar que as habitações fiquem próximas ao trânsito de veículos motorizados: As habitações serão afastadas das velocidades mecânicas, a serem canalizadas para um leito particular, enquanto o pedestre disporá de caminhos diretos ou de caminhos de passeio para ele reservados.¹⁸

Pensar em uma nova forma e construir e ocupar a cidade se tornou primordial para se pensar a sua funcionalidade, porém é importante refletir que em uma cidade desigual o acesso a esse planejamento na forma de construir ou habitar irá chegar de maneiras diferentes a cada grupo, alguns nunca possuindo esse acesso.

As cidades europeias durante as chamadas Revoluções Industriais sofreram um inchaço populacional através de intensas migrações de trabalhadores se tornando uma localidade repleta de moradias irregulares, chamadas de cortiços, um espaço insalubre e insuficiente para uma moradia digna e confortável. A procura por esse tipo de moradia era plural, tendo como público operários/trabalhadores de um modo geral, jovens saindo da casa dos pais, entre outros¹⁹.

Os quartos operários eram locais pequenos divididos entre grupos de pessoas, sem muita materialidade, alguns possuindo apenas algumas palhas que eram utilizadas para dormir. Muitas vezes, os responsáveis por essas habitações eram os donos das fábricas. Esses tipos de

¹⁸ Carta de Atenas. Assembleia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, novembro de 1933. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁹ PERROT, Michelle. Quartos Operários. In: PERROT, Michelle. **História dos quartos**. Tradução de Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

quartos, apesar de serem mais comuns, durante a primeira e a segunda revolução industrial, exemplificam um problema ainda atual, o da habitação, como mostra Perrot:

[...] não se pode falar de “quartos operários” como uma variedade de quarto, a exemplo do quarto do rei ou do quarto da criança. Eles fazem parte de um problema social: o da habitação, problema que se arrasta há mais de dois séculos, devido às migrações urbanas e industriais, desorganizadoras do habitat tradicional.²⁰

Sobre os quartos operários Perrot diz

[...] se amontam em quartos ou cômodos pequenos, insalubres, porém situados na proximidade de seu trabalho. Vi [...] algumas dessas habitações miseráveis, onde duas famílias dormiam cada uma em um canto, sobre a palha jogada no chão e contida por duas tábuas²¹.

A necessidade de morar próximo ao trabalho vinha de uma emergência capitalista que não se preocupava com o bem estar do funcionário, mas se estaria na fábrica a todo momento considerado importante para o patrão. Os chamados quartos operário, se enquadravam em uma habitação coletiva e não possuíam materialidade voltada para o conforto.

Com base nas informações apresentadas, é possível notar que o fenômeno das habitações coletivas não é algo novo, sendo presente em vários momentos da história e em diferentes espacialidades, como no Brasil. Apesar disso pouco aparecem em registros oficiais do estado e em periódicos ao longo dos anos, sendo colocadas como pauta somente a partir de uma visão sanitária, ou seja, como questão de saúde pública, como é abordado por Salomoni, em seu trabalho sobre “Cortiços/HCPA no Centro de Fortaleza:

Os registros e documentações do séc. XIX se concentram nas arquiteturas consagradas, são poucos os relatos existentes sobre habitação popular. O “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ephigênia”, publicado por Motta (1894), é uma das raras descrições do que seria essa habitação na época. Pelo próprio título do documento, pode-se perceber o teor elitista da análise e um pensamento impregnado por noções higienistas, em vigor no final do século XIX. A área delimitada pelo relatório é um recorte de alguns quarteirões de um bairro específico da cidade de São Paulo. Essa região foi fortemente atingida pela epidemia de febre amarela, o que confirma que a motivação desses estudos técnicos foi a preocupação com a saúde pública.²²

É importante notar que as habitações coletivas tinham um caráter de habitação popular, tendo uma enorme adesão, contudo eram rechaçadas, enquanto as unifamiliares eram consideradas arquiteturas consagradas. Em outras palavras, as primeiras eram consideradas

²⁰ PERROT, Michelle. Quartos Operários. In: PERROT, Michelle. **História dos quartos**. Tradução de Alcida Brant – São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 197.

²¹ PERROT, Michelle. Quartos Operários. In: PERROT, Michelle. **História dos quartos**. Tradução de Alcida Brant – São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 199.

²² SALOMONI, Clarissa de Menezes. **Cortiços no Centro de Fortaleza. Viver lá**. Clarissa Salomoni de Menezes; Almir Farias (Orient). Fortaleza: DAU/CT-UFC, 2011, p. 15.

inapropriadas, insalubres e inóspitas, enquanto as segundas eram moradas adequadas, de louvor dentro de um imaginário elitista do habitar a cidade em que as habitações coletivas eram renegadas e marginalizadas do olhar público.

O olhar higienista do Estado e de terceiros sempre estiveram voltados para essas habitações, que ganharam “visibilidade” a partir de grandes epidemias no Brasil durante o surto de Febre Amarela no século XIX e XX, obrigando ao Estado a intervir na questão habitacional como afirma o arquiteto e pesquisador Nabil Bonduki:

A questão sanitária tornou-se, portanto, prioritária para o governo, justificando seu controle do espaço e moradia dos trabalhadores. O receio do caos e da desordem, a ameaça que os surtos epidêmicos representavam para a organização econômica, o pânico que um mal conhecido trazia à população, o prejuízo que a morte de imigrantes recém-chegados causava a finanças públicas e enfim, o medo da classe dirigente de vir a ser atingida pelas doenças, foram as razões que levaram o Estado a intervir no espaço urbano.²³

É possível notar que as habitações coletivas e a interferência na questão habitacional vem inicialmente como uma preocupação higienista, porém não podemos resumi-la a isso, pois o espaço urbano é repleto de alteridades que são repugnadas por uma burguesia nascente que não queria dividir o mesmo espaço com pessoas de classes sociais, considerada por elas, como inferiores.

Na obra “Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial” de Sidney Chalhoub, o autor faz uma análise sobre as experiências de classes pobres, negros, escravizados, libertos e livres em cortiços brasileiros, especificamente cariocas, fazendo a utilização da expressão classes perigosas, de Mary Carpenter, quando se refere aos olhares da corte frente aos personagens dessa habitação. Segundo o autor o termo era utilizado a partir do temor da nobreza diante a abolição da escravidão, da ociosidade e da pobreza, como podemos notar na citação abaixo:

Vamos encontrar o conceito de classes perigosas como um dos eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, em maio de 1888. Preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade. [...] A comissão parlamentar encarregada de analisar o projeto de lei sobre a repressão à ociosidade vai buscar os fundamentos teóricos de sua guerra santa contra os vadios — tratava-se de uma questão de "salvação nacional" principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue

²³ BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. p. 30.

acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador.²⁴

Os escritos de Chalhoub são importantes para perceber quais sujeitos estavam presentes nesse tipo de habitação. O termo “classes perigosas” não é exclusivo de sua obra, estando presente também nos escritos de Michelle Perrot, acerca dos olhares recebidos pelos moradores dos quartos operários. Segundo o pesquisador e sociólogo Zygmunt Bauman, classes perigosas é o conceito utilizado em uma sociedade competitiva e de supervalorização para sujeitos considerados incapacitados, não assimiláveis, sendo esses excluídos²⁵.

Os espaços não são construídos de maneira isolada. Eles são feitos a partir das subjetividades dos sujeitos. Não é possível existir uma sociedade sem a espacialidade. Os personagens sociais partem e estão localizados em um lugar, no qual modificam e são modificados. O espaço para a historiografia, diferente da definição geográfica, é visto a partir da constante relação mútua com o sujeito, como aponta Ramos em sua análise lefebvreviana: “o corpo e espaço se convertem um no outro. Não dá para falar de corpo sem pensá-lo espacialmente, nem de espaço sem pensar no corpo”²⁶.

Os corpos presentes em habitações coletivas são os que o estado e a sociedade, de modo geral, assinalam como menos importantes, encarados como um problema que causa temor, inferiores, criminosos, doentes. Essa visão esteve presente nas habitações multifamiliares europeias e brasileiras em diferentes períodos, que tiveram como público operários, ex-escravizados, pessoas negras e imigrantes. O medo das chamadas classes abastardas é o receio de perder controle, espaço e poder que historicamente foi dado e mantido a um grupo em detrimento de outro, reforçando e mantendo uma estrutura racista e classicista que recebeu o aval do estado indiferente e que reforça essa estrutura.

Pensar na construção social dos espaços dentro de uma perspectiva das subjetividades e do capital é pensar em espaços desiguais e, por vezes, segregacionista, existindo bairros direcionados a pessoas com um maior poder aquisitivo e outros para de menor poder aquisitivo, influenciando na estrutura e acessos, igualmente como o poder público lida com ele (bairros planejados versus bairros “desordenados”). A cidade moderna ao invés de

²⁴ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 20-22.

²⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

²⁶ RAMOS, Elvis Christian Madureira. O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-181965, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/181965/174453>. Acesso em: 25 mar.2022.

acolher e proteger, como foi sua proposta inicial, exclui e segrega, estigmatizando sujeitos e espaços²⁷.

Os olhares sobre os espaços são produtos voltados aos sujeitos que os ocupam. Os medos dos cortiços ou das habitações coletivas é o medo ou aversão de seus moradores, que são erroneamente responsabilizados pelos surtos epidêmicos. Considero importante questionar o grau de responsabilidade estatal que não se preocupou inicialmente com a questão de moradia popular de qualidade, em meio a um inchaço populacional em um contexto de avanços industriais, migrações e a chamada abolição da escravidão. Será que a culpa pelos surtos de doenças são dos moradores e moradoras de habitações precárias ou de um Estado que pouco teve preocupações com políticas habitacionais?

A chamada “Revolta da Vacina” ou surto de febre amarela e/ou peste bubônica foi a justificativa responsável pela demolição dos chamados “cabeça de porco”. O argumento utilizado era dar “saúde às cidades”, com o intuito de desinfetá-la de seus males e mazelas, ou seja extinguir os cortiços dos lugares onde os focos contagiosos poderiam se alastrar, contaminando também os grupos mais abastecidos, tendo como efeito a distinção social e espacial realizada no século XX, mas não conseguiu acabar com as práticas das habitações coletivas que ocorriam e ocorreriam ao longo do país.

Com a extinção de alguns poucos cortiços no estado do Rio de Janeiro e São Paulo, seus domiciliares foram despejados em locais distantes do centro da cidade, conhecidos posteriormente como favelas, porém a prática dos cortiços ainda permaneceu bastante recorrente e a ideia de uma moradia “salubre”, “digna”, unifamiliar não se manteve. Era no centro que se concentrava os trabalhos e era lá que a classe trabalhadora queria estar, mas com o preço de terras e alugueis elevados na região, a alternativa mais viável continuava sendo o encortiçamento²⁸.

Segundo o cientista político e sociólogo Lúcio Kowarick, em 1961, 18% dos habitantes de São Paulo viviam em cortiços. Em 1975, houve uma diminuição de 9% desse número, com a média de 3,6 pessoas por cômodo, um quarto deles sem janelas externas. De acordo com Coordenadoria Geral do Planejamento, em 1980, 18% dos municípios abrigavam esse tipo de habitação. As mudanças percentuais e/ou a diminuição nos números apresentados não significavam que população dessas habitações diminuiria gradativamente, mas que o aumento dessa população não acompanhou o inchaço populacional ocorrido no estado. As

²⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

²⁸ KOWARICK, Lúcio. Cortiços A humilhação e a subalternidade. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 25, n. 2, 2013.

habitações coletivas possuem um grau de importância dentro da dinâmica habitacional de ocupação da cidade, como mostra a tabela abaixo construída pelo autor:

Tabela 1 - Crescimento populacional e moradores de cortiços no município de São Paulo.

Ano	População em mil habitantes	População de moradores de cortiços	Porcentagem de moradores em cortiço.
1906	370	123	33
1960	3.800	684	18
1970	5.900	470	8
1980	8.600	770	8
1991	9.600	600	6
2010	11.000	1.000	9

Fonte: KOWARICK, Lúcio. Cortiços A humilhação e a subalternidade. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2, São Paulo, 2013. P 60.

Entre as vantagens desse tipo de habitação temos o acesso de forma mais facilitada ao mercado de trabalho, encontrado nos espaços centrais, eliminando os gastos de dinheiro e tempo dos trajetos. Como desvantagens podemos citar a falta de privacidade, as divisões das utilizações coletivas dos cômodos, filas nos banheiros e/ou lavanderias e a utilização de um espaço pequeno para inúmeras tarefas, dando ao um pequeno dormitório a características e divisões imaginárias de casa (cozinha, sala, etc).

A cidade de São Paulo, através da organização de movimentos sociais por moradia digna, conseguiu, em 8 de janeiro de 1991, a assinatura da Lei nº 10.928 (Projeto de Lei nº 504/89), do então Vereador Luiz Carlos Moura, para a regulamentação de cortiços no município. A lei levava em consideração as experiências das habitações coletivas, já que anteriormente essas eram invisibilizadas, dispendo sobre as condições de habitação dos cortiços e outras providências. Segundo a mesma:

- Art. 1º Define-se cortiço como a unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características:
- a) constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano;
 - b) subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título;
 - c) várias funções exercidas no mesmo cômodo;
 - d) acesso e uso comum dos espaços não edificados e instalações sanitárias;
 - e) circulação e infraestrutura, no geral precárias;

f) superlotação de pessoas.²⁹

A definição de cortiço utilizada pela lei dialogava com o imaginário criado sobre esse tipo de habitação. Além disso, é importante para direcionar quais domicílios deveriam ser acompanhados e fiscalizados pela prefeitura, que é responsável por quaisquer providências para cumprimento desta lei, assim como as demandas dos moradores e moradoras dessas moradias.

O Art. 3, definia como condições mínimas de habitação:

- d) área mínima do cômodo ou divisão não inferior a 5 m² (cinco metros quadrados), com sua menor dimensão não inferior a 2 (dois) metros;
- e) adensamento máximo de 2 (duas) pessoas por 8 m² (oito metros quadrados), considerando toda a área construída da edificação, vedado o revezamento;
- f) banheiro revestido de piso lavável e de barra impermeável até 2 (dois) metros de altura;
- g) os banheiros serão dotados, pelo menos, de vaso sanitário, lavatório e chuveiro em funcionamento, compartimentados, sempre que possível, de forma independente, com abertura para o exterior;
- h) haverá no mínimo 1 (um) tanque, 1 (uma) pia e 1 (um) banheiro para cada grupo de 20 (vinte) moradores;
- i) o pé direito será de, no mínimo, 2,30 m (dois metros e trinta centímetros);
- j) as escadas e corredores de circulação terão, pelo menos, 80 (oitenta) centímetros de largura.

A preocupação com o número de banheiros, pias, chuveiros, sanitários, ou seja, materiais e compartimentos de uso coletivo refletiam um cuidado com a salubridade do local, apesar das condições mínimas referidas serem ainda consideradas precárias. É importante notar que muitas dessas não eram cumpridas, podendo ter, como já mencionado, mais de 3 pessoas ocupando o mesmo cubículo/quarto ou um banheiro que não possuía as mínimas condições de uma higiene pessoal, já que para além da estrutura, não se pode demorar no mesmo. É necessário ressaltar que a salubridade do banheiro em uma moradia é uma questão de saúde, necessitando que o mesmo possuísse uma estrutura e limpeza contínua para prevenção de doenças, o que não é uma realidade em domicílios precários.

Ainda que as condições mínimas mencionadas fossem realizadas, não garantiam uma moradia confortável. Apesar da importância da regulamentação, as condições referidas ainda são insuficientes. O público dessas moradias é plural, entre eles temos: crianças, idosos, trabalhadores, trabalhadoras, grávidas, adolescentes, isto é, pessoas que precisam de um espaço para se desenvolver, porém isso não é encontrado nessas habitações.

²⁹ São Paulo. LEI Nº 10.928, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10928-de-08-de-janeiro-de-1991>. Acesso: 03 de fev. 2023.

Analisando o artigo 3º é possível notar que a linha “a” foi vetada, a mesma se referia a comprovação da segurança do imóvel mediante a exposição, exigindo a fiscalização do Estado com um laudo que seria renovado a cada dois anos, porém o mesmo alegou que:

[...] o projeto penaliza o Poder Público, em benefício dos responsáveis pelo imóvel, que, na realidade, deveriam suportar ônus de comprovar sua segurança. Ademais, o elevado número de habitações coletivas existentes na cidade - a par da renovação a cada dois anos - exigiria que inúmeros servidores se dedicassem exclusivamente à elaboração desses laudos, em prejuízo das demais obrigações pertinentes ao serviço público.³⁰

Isto é, aumentando o risco de desmoronamento, havia a ausência da preocupação do serviço público em relação à estrutura física dessas moradias. A lei também mencionava os convênios de prestação de serviço, como, por exemplo, água, energia elétrica e rede de esgoto, no qual a prefeitura iria orientar e coordenar, garantindo que esses fossem ofertados aos seus moradores. Além disso delimitava que seria obrigação do locatário expor os gastos dessas atividades em mural com o intuito de “prestação de contas”, já que uma prática muito comum nesses locais cobranças abusivas, sem justificativas e comprovações, obrigando o morador e/ou moradora pagar inúmeras taxas, que, por vezes, eram superiores às reais.

Embora havendo uma lei para regulamentação, as habitações coletivas, não receberam muitas fiscalizações sendo necessário a intervenção de movimentos sociais para a preservação e revitalização desse tipo de moradia.

Apesar da referida lei, segundo o professor doutor Andrea Piccini, a situação de vida nos cortiços não sofreu muitas modificações, possuindo ainda precariedade e uma alta densidade populacional. Que nos anos 80 e 90 a maior parte dessas habitações estavam em situação irregular, pois não cumpriam o que estava presente na Lei Moura, possuindo ainda uma forte aglomeração, superlotação, e uma mescla e sobreposições de funções, no qual o quarto possuía inúmeras utilizações (cozinha, sala, quintal), como já mencionado, por vezes colocando o cortiço em uma posição socialmente inferior a favela. A irregularidade advinha da falta de fiscalização e comprometimento do poder público, que tratava essas moradias enquanto instrumentos de seus interesses nas diferentes gestões municipais. Porém afirmava que as multas generalizadas aos seus proprietários iriam provocar uma falta de habitação na cidade, sem estoque de moradias para sua substituição³¹.

³⁰ São Paulo. LEI 509 DE 13 DE OUTUBRO DE 1989. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/projeto-de-lei-camara-municipal-509-de-13-de-outubro-de-1989>. Acesso em: 03 fev. 2023.

³¹ PICCINI, Andrea. Contexto Urbano. In: SANTOS, André Luiz Teixeira dos. et al. (Org.). **Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço**. São Paulo: FAUUSP, 2002, p. 36-37.

Além da Lei Moura (n. 10.928/91), o município de São Paulo possuía nos anos 90 a Lei n. 11.945/95 que fundava o Conselho de Intervenção e Reparação dos Cortiços (CIRC) e a Lei Estadual n. 9.142/95 que estabelecia o uso obrigatório de 10% da arrecadação do ICMS para a intervenção em cortiços/habitações coletivas precárias de aluguel, classificando-os como habitação de interesse social. Entretanto ambas não possuíram um bom funcionamento na prática, sendo a segunda (Lei Municipal n. 11.945/95) considerada, posteriormente, como inconstitucional.

As experiências e o tratar das habitações coletivas não podem ser apenas pelo viés sanitário ou de segurança pública, já que seus moradores são tratados de forma marginalizada, mas como questão habitacional de responsabilidade do Estado, das demais capitais brasileiras e mundiais.

Os projetos de revitalização e requalificação dos centros urbanos passam por um olhar de gentrificação, onde as ditas “melhorias” são direcionadas às classes dominantes. A “nova vida” que é apresentada nesses projetos, desclassificam e eliminam as dinâmicas já construídas nesses locais, excluindo e expulsando as pessoas que querem ter acesso a esse centro dominado pelo comércio e pela especulação imobiliária. Decisões antidemocrática, pois não escutam as demandas dos verdadeiros sujeitos que estão nesses espaços. As reflexões sobre a questão da moradia no Brasil, precisam ser pensadas em conjunto com quem é afetado por ela.

Práticas, como as referidas, vêm sendo mantidas desde do início de século XX, com a criminalização dos cortiços. Os termos podem ter mudado, juntamente com o mandatário político, mas infelizmente os olhares e o tratar de habitações populares de interesse social mantiveram um padrão elitista. Em uma cidade do capital, o estado se mantém burguês, reforçando e/ou possibilitando o aumento das desigualdades sociais através do planejamento urbano³².

É preciso tratar essas moradias enquanto habitações comunitárias ou semi-comunitárias, uma mudança de olhar e da terminologia de cortiço ou ressignificá-la, já que aos longos dos anos foi atribuído um caráter negativo e inferior. Requalificar esses lugares não deve significar mudança de seu público ou construções de habitações que os mesmos não podem pagar.

As experiências de cortiços e habitações coletivas possuem uma maior visibilidade em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que tiveram em sua história uma maior articulação

³² SENNETT, Richard. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.

de luta pela moradia, sendo o berço de movimentos como dos Trabalhadores Sem Teto. Porém isso não significa que as demais experiências dos personagens presentes nessa moradia ao longo do país não existissem. A falta de documentos ou legislação que regulamentam essas habitações ao longo do território nacional simboliza a falta de preocupação e indiferença dos órgãos públicos aos personagens que a ocupam, como é o caso da cidade de Fortaleza, que de 1980 a 1991 teve o surgimento de 195 casas de cômodos³³, domicílios considerados habitações coletivas. Ainda que esses números estejam presentes em uma pesquisa oficial, a Prefeitura Municipal de Fortaleza não deu explicações para o surgimento, não levando em consideração esses dados para outras pesquisas acerca do habitar o centro.

2.2 O Centro de Fortaleza e a questão da moradia: os usos e desusos das habitações coletivas e espaços centrais

O centro de Fortaleza é um espaço múltiplo, durante o período diurno e vespertino temos um local movimentado, com gritos de comerciantes de rua (camelôs), com o ir e vir de passantes e trabalhadores, e um grande número de lojas sempre abertas para receber seus consumidores. Além disso, também teremos restaurantes voltados para a alimentação dos trabalhadores e compradores do espaço central. O centro descrito é o que gera economia, que é liderado pelo viés capitalista e que foi ganhando cada vez mais espaço com a saída e diminuição do número de lojas. O centro noturno, após o horário comercial, é um local mais silencioso, sem o movimento comercial podemos ver a movimentação de alguns bares, motéis, prostituição e um grande número de pessoas em situação de rua. As duas dinâmicas ocorrem no mesmo local, porém uma é considerada rentável enquanto a outra é posta como imperceptível.

Possuindo 8.655 hab./km², segundo o último censo, que ocorreu no ano de 2021, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece)³⁴, o município de Fortaleza apresenta a maior densidade demográfica do Ceará e é considerado um dos mais desenvolvidos economicamente e estruturalmente. Apesar disso é marcado por uma forte desigualdade social que transforma a cidade em múltiplas.

³³ PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Tendências sócio demográficas do Centro de Fortaleza (Relatório 01)**. In: Estudo das vantagens competitivas do Centro da cidade de Fortaleza. SEPLA, 2004.

³⁴ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2022/01/05/estudo-revela-os-maiores-e-menores-municipios-cearenses-com-relacao-aos-indicadores-sociais-e-economicos/#:~:text=J%C3%A1%20com%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20densidade,de%208.655%20hab.%2Fkm2>. Acesso em: 25 de dez. 2022.

Fortaleza é uma metrópole que teve seu desenvolvimento tardio, ganhando o título de vila e capital do Ceará em 1726³⁵, período em que era considerada inferior se comparada a outras vilas presentes no estado como mostra o trecho abaixo:

O primeiro presidente da capitania autônoma, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao chegar a Fortaleza, espantou-se com a pobreza da capital onde havia “uma falta absoluta de todas as cousas de primeira necessidade”. E comparou-a à vila de Aracati de “numerosa população, comércio bem estabelecido”, acrescentando que: “A civilidade, a polidez de seus habitantes fazem esta Vila [o Aracati] assás recomendável, juntando a isso uma agradável e regular arquitetura nas suas casas, e no grande número delas os donos possuem avultados cabedais”. Enquanto a vila de Fortaleza era “um montão de areia profundo apresentando do lado pequenas casas térreas, encontrando nesta classe a muito velha e arruinada casa dos governadores”. (Ofício de 1º. 01.1800)³⁶

Fortaleza teve avanço urbano a partir do suas relações comerciais, com a abertura dos portos em 1808, juntamente com a autonomia administrativa do Ceará, em 17 de janeiro de 1799, que anteriormente dependia da província de Pernambuco.

O crescimento da cidade, no século XIX, se deu aos arredores do Rio Pajeú, local onde funcionava o centro administrativo. Com alguns comércios, o centro ficava dividido em sua função comercial e habitacional da elite fortalezense, que almejava viver a vida em moldes europeus. Com as estiagens esse local passa a ser também procurado pelos retirantes das secas, sendo as mais graves 1877, 1878 e 1879³⁷.

A chegada dos retirantes na capital no Ceará ocorreu simultaneamente no mesmo período de surtos de epidemias, como a cólera, varíola e febre amarela, o que resultou em um grande temor da elite fortalezense, sucedendo a tentativa de isolamento dos viajantes, que foram destinados a abarracamentos distante do centro da cidade.

A ideia de salubridade ou temor das epidemias escondia uma segregação higienista, através de uma divisão de quem poderia ocupar o centro da cidade e ter acesso aos seus serviços e empregos. Os sertanejos foram criminalizados, não era incomum que jornais da época expressassem o medo da elite de ter suas lojas roubadas por esses novos habitantes de Fortaleza³⁸.

³⁵ COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, 2014.

³⁶ COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, 2014, p. 87.

³⁷ SOUZA. Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Org.). **Seca**. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, 2002.

³⁸ Ibid.

A saída da aristocracia fortalezense do centro iniciou-se de forma gradativa no final da primeira metade do século XX, esses iam para bairros como Benfica, Jacarecanga, Aldeota e Meireles³⁹, sendo os dois últimos considerados, em 2014, os maiores IDH de Fortaleza.

Além do surgimento de novos bairros, o século XX, assim como o século XIX, também foi marcado pelo grande aumento populacional em decorrência, em sua maioria, do êxodo rural, a busca da sobrevivência em meio a estiagem adentrando para o ambiente urbano. A população citadina, segundo os resultados censitários de 1950 apresentou um aumento de 49,9% em relação ao ano anterior, nos anos de 1950/60, 1960/70 e 1970/80 os índices de crescimento foram de, respectivamente, 90,5%, 66,6%, 52,5%⁴⁰.

A organização urbana da cidade em meio ao inchaço populacional se deu de maneira desenfreada e desigual, sendo pautada em fronteiras invisíveis que reforçaram ainda mais segregação urbana e negavam o direito à cidade, como uma moradia de qualidade.

A diminuição de domiciliares fez com que esse se tornasse um bairro mais comercial. Segundo a Lei de Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo de 1975, o centro era considerado um bairro comercial. Na década de 80, concentrava apenas 2,95% da população da cidade, que tinha como número total de 1.307.61123, as pessoas que o habitavam possuíam um vínculo empregatício no local.

A pesquisa de domicílios do relatório de Estudo das Vantagens Competitivas do Centro da Cidade de Fortaleza, mostra que de 1980 a 1991 houve a diminuição de 1.184 casas, passando de 6.297 para 5.113, o aumento de 623 apartamentos, que anteriormente eram 2.301 em 1980 passando a 2.924 e o surgimento de 195 casas de cômodos⁴¹. O aparecimento de casas de cômodos na pesquisa era um fenômeno novo e sem muitas explicações no período.

As casas de cômodos entram na nomenclatura de Habitações Coletivas. Segundo a definição de Motta, casas de cômodos são: “sobrados convertidos em cortiço por meio de subdivisões dos cômodos existentes. Esses “cortiços” eram casas de dormidas nas quais se adequavam alguns cômodos para uso comum, como cozinhas e latrinas”⁴². Habitações bem diferentes se comparadas com unifamiliares da elite.

O número de habitações coletivas nos anos 90 na cidade de Fortaleza era de 0,60%, considerado um número pequeno, sendo a porcentagem equivalente a preocupação pública com

³⁹ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza**. Annablume.2000.

⁴⁰ IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 10 dez. 2022.

⁴¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Tendências sócio demográficas do Centro de Fortaleza** (Relatório 01). In: Estudo das vantagens competitivas do Centro da cidade de Fortaleza. SEPLA, 2004.

⁴² SALOMONI, Clarissa de Menezes. **Cortiços no Centro de Fortaleza. Viver lá**. Fortaleza: DAU/CT-UFC, 2011.

essas moradias. Diferente de São Paulo, esses imóveis são menores e particulares, ou seja, não são resultados de ocupações, e por vezes só são perceptíveis através das placas “aluga-se quartos” e/ou “aluga-se quitinetes”. A correria urbana, as vezes, não permite que notemos esses locais, mas eles existem, juntamente com o problema habitacional.

O centro, no período mencionado, passava por um fenômeno mundial chamado “descentralização”⁴³, que consiste na saída de alguns acessos e serviços que estavam exclusivamente no centro da cidade a outros bairros, porém é necessário salientar que essa chegada foi de maneira desigual, indo inicialmente a bairros que eram considerados de elite, fazendo com que o Centro de Fortaleza ainda possuísse acessos que não haviam chegado a bairros mais abastados, havendo a necessidade do deslocamento até o centro da cidade.

A política habitacional dos anos 70 e 80 foi marcada pelas construções de Conjuntos Habitacionais de Interesse Social, seguindo a lei nº 5234 DE 07 de dezembro de 1979:

Consideram-se Conjuntos Habitacionais de Interesse Social os Projetos elaborados na sua conformidade e destinados à urbanização de áreas para implantação de programas habitacionais promovidos pelas entidades governamentais COHAB-CE, programa de Assistência a Favela da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA) e Fundação do Serviço Social de Fortaleza e cujo custo total, por unidade, incluindo a infraestrutura, não ultrapasse a 500 UPCs.⁴⁴

Como produto dessas obras temos o Conjunto José Walter, Conjunto Palmeiras e Conjunto Ceará, porém essas tiveram como uma de suas características o distanciamento da cidade funcional, já que não se encontravam a par da cidade e estavam dentro de uma política que pensava na habitação de forma isolada, negando do direito à cidade, já que a maioria dos acessos estavam distantes desses conjuntos e se encontravam no centro de Fortaleza, o que nos leva a pensar que a problemática da moradia está para além da habitação.

O número de vias para o transporte rodoviário de outros bairros para o centro, no período, ainda era limitado, sendo mais comum a utilização de transporte rodoviários, que possuía horários específicos para seus trajetos. Ambos, rodoviário e ferroviário, tinham como destino final o centro, com o intuito de levar as pessoas ao trabalho. Morar no espaço central garantia a facilidade da chegada e saída do trabalho, diminuindo a possibilidade de atrasos e possibilitando ir ao trabalho andando⁴⁵.

Ainda que o centro de Fortaleza durante os anos 80 fosse considerado um local de possibilidades, ele também estava passando por um esvaziamento habitacional de domicílios

⁴³ CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

⁴⁴ PREFEITURA DE FORTALEZA. LEI Nº 5234 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1979, Fortaleza.

⁴⁵ FORTALEZA. **Trem Metropolitano de Fortaleza**: Análise sócio-econômica. Setor Cartográfico, Região Metropolitana de Fortaleza, 1990.

unifamiliars, ganhando outras características de ocupação e sujeitos sociais, sendo retratado comumente em periódicos da época como um local insalubre e de desvalor.

Ao contrário do passado, morar hoje ali passou a ser um desprestígio. Há, além da poluição sonora, uma verdadeira guerra das últimas casas que resistem as ofertas de compras dos empresários que desejam ali instalar pontos comerciais, afora também a constante preocupação com as trombadinhas, que fazem do local seu ponto de ação predileto⁴⁶.

A mudança dos personagens no espaço central também modificou os olhares voltado para ele, que já chegou a ser ocupado pela alta sociedade fortalezense. Foi substituída, segundo um olhar elitista, pela poluição sonora, pressão da especulação imobiliária e “periculosidade” de sujeitos que estavam ocupando o local.

A historiadora Maria Stella através do seu artigo “cidade e história”, nos ajuda a compreender e refletir melhor sobre essa problemática da história das urbanizações. A historiografia diferente de outras ciências, que também estudam fenômenos urbanos/urbanidades, não utiliza o viés analítico da “causa-efeito”. Desse modo, não podemos afirmar que o esvaziamento habitacional unifamiliar do centro da cidade foi em decorrência da descentralização e avanço comercial.

A diminuição do número de habitações unifamiliars e o aumento de habitações coletivas revelam a mudança na forma de ocupar o centro, que estava sendo constituído pelas Habitações Coletivas Precárias de Aluguel (HCPA) e, além disso, revelam também um novo avanço/aumento do número de comércio, já que a diminuição do número de casas foi maior que o número de habitações coletivas e apartamentos, mas é importante salientar que a diminuição de domicílios não é equivalente à de moradores, pois as habitações coletivas possuíam vivências multifamiliars, ou seja, mais de uma família ocupando o mesmo imóvel.

As habitações coletivas aparecem nas pesquisas habitacionais do centro de Fortaleza em um contexto de mudança de indivíduos na ocupação e transformação do espaço central. O imaginário criado acerca desse tipo de moradia possui, em geral, teor negativo. Dessa forma não é incomum ocorrer mudanças de nomenclatura, sendo por vezes chamadas de pousadas ou hotéis.

A matéria do Jornal O Povo, intitulada “No trâmite do passado a opção de morar no Centro” de novembro de 1986, traz o relato de Ginésio de Sousa, que segundo ele foi o primeiro a transformar sua casa em uma “hotel” na Rua 24 de Maio.

⁴⁶ PONTES, Edna. No Trâmite do Passado: A opção de morar no centro. **Jornal O Povo**, 7 nov. 1986.

Homem, caladão, meio ensismado é Ginésio de Sousa. Ele mora há 20 anos numa casa que há 18 anos transformou em hotel. Diz que tomou essa decisão sobretudo, por uma questão econômica. “Não tinha profissão, emprego é coisa difícil, então como minha casa fica no centro, por que não montar um negócio? É bom sabia? As amizades que já fiz, não dá pra contar” explica. Ele não esquece de contar que seu hotel foi o primeiro da Rua 24 de Maio, e que depois da sua idéia muita gente passou a fazer a mesma coisa.⁴⁷

É possível notar que em sua fala não aparecem o termo “casa de cômodo” ou “cortiço”. Os jornais da época possuíam uma escrita voltada para pessoas com um maior poder aquisitivo, não sendo abordada experiências plurais. Além da nomenclatura utilizada, é importante notar o interesse financeiro nesse tipo de imóvel.

Uma importante características das habitações coletivas presentes no centro de Fortaleza é que essas funcionam através do inquilinato, ou seja, eram/são de alugueis. As casas de cômodo, como já abordado, são casas que passaram por uma reforma/divisão de cômodos, geralmente um aumento no número de quartos para alugar, podendo serem pagas diariamente, semanalmente ou mensalmente, possuindo uma grande rentabilidade a quem a possui. Suponhamos que uma casa de cômodo possui 10 quartos e cada quarto possui o preço de 20 reais diário para aluguel, em 30 dias apenas 1 quarto gera 600 reais, valor inferior se comparado com residências unifamiliares, mas totalizando 6.000 de lucro para o proprietário por uma habitação precária.

Dona Inês, ex-moradora de casas de cômodos durante os anos 80 e 90, quando perguntada sobre como encontrou esse tipo de habitação disse:

Eu estava procurando... Aí eu perguntei boca a boca... “gente alguém sabe onde tem uma casa que alugue cômodos?” ali não falta pessoa, olha no Centro, se você chegar assim todo mundo sabe tudo... “ah, tem uma casa ali que tão alugando” [...] aí eu fui até lá, conversei, com ela[...]⁴⁸

É possível notar em sua fala que a divulgação desse tipo de moradia era feita “boca a boca” e as mesmas não foram encontradas nas divulgações de imóveis dos jornais. A não utilização dos periódicos para divulgação desse tipo de habitação pode ser um possível indicativo de marginalização que eram destinadas aparentemente a sujeitos e estruturas específicas.

Sobre o público dessas habitações, menciona:

Algumas trabalhavam como camelôs vendendo pulseiras, essas coisas, eu já trabalhava em loja, já tinha uma senhora que vendia marmitta, fazia a marmitinha lá no quartinho dela, tinha fogão e entregava, e já tinha outras que não trabalhava,

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ FERNANDES, Raimunda Marinês Oliveira [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Caucaia, 23 set. 2019.

passava o dia lá sentadas... e só mesmo... tinha lá a vida delas, a vida delas lá nos quartos⁴⁹.

As habitações mencionadas se localizavam, em sua maior parte, bem próximo dos comércios, tendo como público trabalhadores comerciais. O quarto ganha vários usos, entre eles, dormitório e trabalho, por vezes sendo utilizado para a prostituição. Sobre a estrutura de sua primeira morada coletiva, falou:

A Dona... Lourdes era espécie de... Era uma casa, na frente da casa ela fazia almoço, ela servia almoço pras pessoas que trabalhavam nos comércios próximo e tinha um corredor em que ela alugava os cômodos... A casa era grande, geralmente essas casas do Centro são antigas, então todas elas são antigas... então ela era grande, tinha uma frente quadrada, aí tinha a parte que ela servia a refeição, tinha um balcão, tinha uma porta que era fechada, essa porta todo mundo tinha a chave, aí tinha um corredor grande, imenso... Lá na frente, no meio do corredor, tinha uma pia... essa pia era assim... tinha o banheiro e tinha a pia... o banheiro uso das necessidades fisiológicas e a pia fora pra gente lavar o rosto, escovar os dentes, essas coisas... A pia não ficava dentro do banheiro, ficava no corredor e esse corredor era grande e ia até o final da casa, tinha um quintal grande acimentado, onde tinha um tanque que a gente lavava a roupa da gente[...] O banheiro era fora... Quem chegou ficava na fila esperando o outro tomar banho, pra poder entrar⁵⁰.

Além disso, também disse que o quarto em que morava era bastante pequeno e pelo banheiro ser coletivo, ela evitava ir ao mesmo durante a madrugada, pois tinha receio sobre a sua segurança e acabava esperando amanhecer. Ser mulher em uma habitação coletiva requer um cuidado maior em decorrência das inúmeras violências que são destinadas socialmente aos nossos corpos.

A casa de dona Lourdes não possuía uma cultura material que proporcione um conforto aos seus moradores, possuindo mais um propósito voltado para o trabalho que para moradia dentro da espacialidade central.

Segundo Mike Davis:

Em toda parte do Terceiro Mundo a escolha da moradia é um cálculo complicado de considerações ambíguas. Como a frase famosa do arquiteto anarquista Jonh Turner, “Moradia é um verbo”. Os pobres urbanos têm que resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança⁵¹.

Sobre as habitações coletivas, Mike Davis as analisa como uma habitação temporária, dentro de uma pequena tentativa de ascensão e estabilidade de trabalho, no qual posteriormente irá ter a volta ou a procura da periferia, como busca da propriedade que não é permitida ter no centro da cidade.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006, p.39.

As habitações coletivas possuem divisões internas, existindo o dono do imóvel, o locatário intermediário, que é a pessoa que cuida do imóvel e que está em contato direto com os moradores, sendo às vezes morador também, e os inquilinos que se dividem em antigos e novos (SALOMONI, 2011). Dentro dessa divisão existe uma hierarquização de poder, sendo o locatário intermediário a pessoa que dita as regras dos espaços, fazendo com que da casa tenha sua organização e dinâmica subjetiva.

A moradia coletiva é um local de disputas, no qual os *outsiders* são sempre colocados como inferiores e submissos por seus semelhantes. Não é possível afirmar que o aparecimento de casas de cômodos no centro de Fortaleza ocorreu somente nos anos 80, mas que a mesma a partir do período mencionado, entra para os dados dos domicílios centrais. Os Relatórios de Vantagens de Desvantagens Competitivas do centro de Fortaleza (R01) de 2004, é um documento com interesse comercial, que de modo algum se preocupa com a questão habitacional, apenas reforça que o espaço central é destinado ao comércio, durante os anos 80, 90.

Nos anos 2000 o número de habitações no espaço central foi ainda menor, havendo apenas 4.117 casas, 2.773 apartamentos e 130 casas de cômodos⁵². Apesar da diminuição, as habitações coletivas ainda fazem parte da realidade da região central, estando bastante presente na dinâmica habitacional do bairro.

A falta de moradia de qualidade ou o déficit habitacional não é um problema específico do centro de Fortaleza, sendo presente em toda capita cearense, conforme o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza – PLHISFor, a partir de dados do Censo IBGE/2000:

[...] existiam 82.771 Domicílios Particulares Permanentes (DPP) em aglomerados subnormais, o que representaria 15,74% do total de domicílios de Fortaleza.1 Deste quadro geral de domicílios, Fortaleza apresenta um déficit quantitativo total, ou seja, o número total de domicílios novos a serem construídos para atender às situações de precariedade habitacional, para o ano de 2002 de 77.615 unidades, correspondendo a 14,75% do total dos domicílios do município. Destaca-se que esta quantidade de domicílios representa 60,37% do déficit total da RMF e 19,81% do total do estado do Ceará. Por outro lado, verifica-se que o percentual de déficit habitacional é bem próximo ao número de domicílios vagos (69.995 mil imóveis). Contudo, a relação não pode ser realizada de forma tão simplificada, visto que estes imóveis possuem, contudo, relação direta com a expansão do mercado imobiliário de média e alta renda, seja para o setor turístico ou para na aquisição como forma de investimento, além de decorrem dentre outros motivos: da incapacidade de absorção dos imóveis pelo mercado de locação ou da localização errada e distante de conjuntos habitacionais em relação aos locais de trabalho (PEQUENO, 2009, p.71).⁵³

⁵² PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Tendências sócio demográficas do Centro de Fortaleza (Relatório 01). In: Estudo das vantagens competitivas do Centro da cidade de Fortaleza. SEPLA, 2004.

⁵³ PREFEITURA DE FORTALEZA. Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza – PLHISFor, 2010. Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA/ Prefeitura de Fortaleza, 2010, p.10-11.

A questão da falta moradia e acessos na cidade de Fortaleza é uma equação que tem como elementos o planejamento urbano e o mercado imobiliário que impossibilita as pessoas com menor poder aquisitivo a adquirir um imóvel de qualidade em uma área de acessos e serviços básicos.

Em uma conversa com a pesquisadora e arquiteta Clarissa Salomoni⁵⁴ que pesquisou sobre as HCPA no oeste do centro de Fortaleza em 2011, disse que como as estruturas das casas eram bem diversas, optou pelo Oeste do centro de Fortaleza, pois a partir do PLHISFor/2009, era onde havia um maior número de habitações coletivas. As estruturas pesquisadas pela autora tinham tamanhos variados e diferentes tipologias na forma de construir e habitar. Algumas moradias eram horizontais, funcionando embaixo bares e restaurante, outras eram antigos casarões reformados. Nas casas podiam haver quartos com banheiros, ou um banheiro de uso coletivos, quartos de diferentes tamanhos em uma mesma habitação, quartos vizinhos com diferentes aspectos materiais. O menor quarto visitado pela autora media 6 metros quadrados.

A pesquisadora dividiu essas moradias em duas tipologias: construída e adaptada. As adaptadas são:

[...] imóveis adaptados originalmente para uso residencial, ou misto. São edificações de 1 ou 2 pavimentos, eventualmente 3, podendo apresentar sobra de fundo de lote como quintal, e com divisão precária dos cômodos originários em cubículos. Apresentam serviços higiênicos e sanitários coletivos externos. As HCPA enquadradas nessa categoria apresentam um espaço em constante mudança, são imóveis em que a figura do proprietário pouco aparece e o edifício muda de acordo com as necessidades dos moradores. A autorreconstrução é presente e constante, o que pode ser verificado na diversidade de materiais utilizados em diferentes reformas e na presença de materiais de uso efêmero. É característica desses espaços uma forte hierarquização nos cômodos. Os moradores que permanecem mais tempo possuem cômodos maiores e adaptados as suas necessidades. Isso também acontece com a infraestrutura. O morador com maior permanência garante privilégios como banheiros próprios pagando o mesmo aluguel, enquanto que o morador recém chegado habita os menores cômodos com situação de salubridade mais crítica.

Enquanto as construídas são:

São imóveis concebidos e construídos com finalidade de locação de cômodos. São lotes com edificações diferenciadas que aparecem, frequentemente, na forma de vila de cômodos horizontais. Quando dividem a mesma estrutura, em geral, apresentam dois pavimentos. Possuem uma padronização da unidade do cômodo e costumam apresentar esse padrão em tamanho de cômodos e em acesso a infraestrutura sanitária. Com frequência, disponibilizam banheiros privativos, além de uma pequena pia de serviço dentro da unidade habitacional. São imóveis concebidos com a intenção de locação de unidades, têm uma planta mais fácil de compreender e recebem maior

⁵⁴ MENEZES, Clarissa Salomoni de. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 11 nov. 2021.

investimento inicial em sua construção. Esses fatos, nem sempre representam maior qualidade espacial e arquitetônica; algumas vezes, a lógica do investidor resulta em unidades ainda menores e em lugares de baixíssima habitabilidade⁵⁵.

O centro de Fortaleza, que era considerado um local abandonado pelo poder público e conseqüentemente para o mercado imobiliário nos anos 2000, se tornou uma fonte de renda bastante lucrativa informalmente. Havendo casas construídas e adaptadas para esse tipo de moradia. As duas morfologias de habitação demonstram as diferentes caminhadas, intenções e interesses dos donos dos imóveis. O que as diferem são os trajetos de construção, sendo ambas com interesse comercial de otimização de espaços para aluguel.

Para Salomoni, a dinâmica habitacional do centro é modificada a partir do abandono das classes dominantes:

Tem pessoas que são expulsas... O centro esvazia e aí tem um retorno de uma população que de certa forma é excluída, marginalizada, colocada numa questão de abjeção. Você não faz parte do centro, mas tal hora você volta quando esse centro não é mais interessante para uma classe dominante⁵⁶.

A andança da elite fortalezense em diferentes bairros e como o planejamento urbano vai se constituindo a partir dessas ocupações, demonstra que tipo de cidade habitamos, no qual os bairros que são abandonados pela elite também são pelo poder público e isso não é uma característica específica apenas do espaço central, mas também de outros locais da cidade de Fortaleza, um diálogo entre o aumento da extensão territorial e a vontade de segregação da classe dominante.

A habitação no espaço central não é/foi mostrada como importante para o poder público, com a modificação dos habitantes, o centro visto, ainda de maneira mínima é o comercial. Mas como não ver essas pessoas que ocupam esses espaços fora da dinâmica comercial? Como o olhar é treinado para ver apenas o que traz lucro? O Estado dentro de uma estrutura capitalista reproduz e produz a ideia da valorização do capital, pouco se importando com políticas públicas que tenha como intenção a diminuição da desigualdade social. Temos como grande dilema no espaço central a falta de diálogo e conexão desses dois centros, mas temos como elo o abandono público em sua estrutura.

O centro histórico de Fortaleza não possui um projeto de valorização fixo para a preservação da memória e história do bairro, que foi constituído através de práticas elitistas,

⁵⁵ SALOMONI, Clarissa de Menezes. **Cortiços no Centro de Fortaleza. Viver lá**. Fortaleza: DAU/CT-UFC, 2011, p. 69-70.

⁵⁶ MENEZES, Clarissa Salomoni de. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 11 nov. 2021.

excluindo durante a primeira metade do século XX a população pobre desse espaço e delimitando quem pode ocupar o centro, quem é “digno” de morar.

A moradia unifamiliar do espaço central se localiza no centro expandido, um pouco mais distantes do comércio, da correria e gritos urbanos, enquanto as habitações presentes no caos comercial são as coletivas. O viver dentro dessas habitações é voltado para o trabalho tendo essas um ritmo diferente aos finais de semana. Nem todo morador ou moradora dessas passam o sábado e domingo em seus interiores. A tentativa constante de ignorar essas habitações vai para além da estrutura física, mas como os sujeitos físicos, os personagens sociais são considerados inferiores ao poder público municipal.

Além do centro de Fortaleza possuir uma forma mais facilitada do acesso para o trabalho, ele também fica próximo à praia e alguns bares, tendo alguns aparatos culturais de grande importância, como o Instituto Dragão do Mar, mas que muitas vezes não recebem a manutenção dos Estado. O centro proporciona à população o trabalho e lazer.

Segundo o Censo do IBGE de 2000, a maioria da população do centro (55,7%) tinha entre 20 e 49 anos, 31,4% recebia até três salários mínimos, 55,7% era composta por mulheres, no qual 44,3% dos domicílios ocupados eram alugados⁵⁷.

Sobre o público que frequenta o Centro, o Instituto Polis traz as seguintes informações:

Pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004) revelou que quem frequenta o Centro são moradores dos bairros periféricos de Fortaleza e do próprio Centro. A maioria (80%) pertence às classes socioeconômicas C e D e utiliza como meios de transporte: ônibus (70%) e trem (15%). Apenas 5% dos frequentadores vai ao Centro de carro próprio. A pesquisa mostrou ainda que cerca de 29% dos frequentadores vão ao Centro diariamente, 23% semanalmente e 20% eventualmente, surpreendendo ao revelar que 63% dos entrevistados não vão para realizar compras. Os entrevistados apontaram como aspectos positivos da região: a variedade de lojas e produtos (58,43%), as praças (25,17%), os preços oferecidos (24,50%), os cinemas e lazer (18,33%), o shopping (14,13%) e o fácil acesso (12,21%)⁵⁸.

Com a descentralização comercial, o espaço central encontra-se ocupado por pessoas que não possuem grande capital financeiro, sendo frequentado por trabalhadores, compradores e moradores daquele ambiente. O ir ao Centro demanda tempo e gastos financeiros, sejam eles com trem, ônibus ou carros particulares, o que faz com que algumas pessoas prefiram morar neste local ou em suas proximidades.

Em 2009, a Prefeitura Municipal de Fortaleza lança o Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza, segundo o Jornal Diário do Nordeste. O plano

⁵⁷ BRASIL. Censo 2000. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro, 2000.

⁵⁸ PÓLIS, Instituto. **Moradia é central: inclusão, acesso e direito à cidade**. Fortaleza 2009.

“pretende requalificar o espaço para a moradia, direcionando imóveis vazios à demanda habitacional da cidade”. O plano habitacional era participativo, ou seja, aberto à sociedade civil, que na época poderia até direcionar os possíveis interesses no bairro.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional:

O Desenvolvimento de um plano habitacional para o Centro de Fortaleza tem como principal objetivo a elaboração de uma estratégia de atuação para reestabelecer habitação na área central da cidade. Desde a década de 90, o Centro sofre um processo de degradação ambiental e de esvaziamento residencial. O bairro possui infraestrutura e oferece trabalho, porém, hoje há edificações não utilizadas, subutilizadas e terrenos provenientes de demolições ocupando vários trechos do Centro⁵⁹.

A própria Prefeitura Municipal de Fortaleza assume que a região central está com uma grande degradação ambiental, sem manutenção ou cuidado público com o bairro. O período que o documento data o abandono é o mesmo período que surgem habitações coletivas nas pesquisas domiciliares em que a cidade passa pela chamada descentralização⁶⁰.

Os projetos de requalificação ocorridos em centros urbanos trazem uma experiência que não leva em consideração a dinâmica e as pessoas que ocupavam aquele espaço anteriormente. Em geral, ocorre uma gentrificação, mudando as estruturas dos imóveis bem como as pessoas que os ocupam, muitas vezes higienizando o local.

Segundo Simas (2018):

[...] entende-se gentrificação como um processo que converte um bairro desvalorizado, opção de moradia e de trabalho para baixa renda, em uma mercadoria valorizada a ser consumida pela classe média, empresas e turistas, ampliando assim a reprodução do capital na cidade em negócios turísticos, de entretenimento e/ou imobiliário. Em geral, este fenômeno é estimulado por iniciativas pública e/ou privada e está associado ao êxodo de grande parte da população de baixa renda para outras áreas desvalorizadas e periféricas. Esse êxodo pode acontecer de forma “silenciosa” devido ao aumento do custo de vida, sobre tudo de aluguel; ou de forma mais incisiva através de remoção e demolição de antigos cortiços, ocupações, vilas e prédios inteiros pelo poder público e/ou mercado imobiliário para construção de novos empreendimentos. Do ponto de vista do negócio, esse processo de segregação sócio espacial passa a ser desejado para não “repelir” os futuros clientes, ou seja, a classe média, empresas e turistas.

O termo gentrificação é uma expressão aportuguesada da palavra gentrification, que deriva da palavra gentry, grupo que representava a “alta nobreza” e “pequena nobreza” inglesa. Conceito construído pela socióloga Ruth Glass, ao descrever, no livro *London: aspects of change*, de 1964, um fenômeno de renovação de moradias no bairro londrino de Islington, com o êxodo dos habitantes da classe trabalhadora (OMM, 2015), ou seja, a remoção de um

⁵⁹ BRASIL. Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza. Ministério do Desenvolvimento Regional. Brasília, 2009. p.1.

⁶⁰ CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

grupo mais favorecido para a ocupação da nobreza/grupo favorecido pela política de estado. O projeto de gentrificação nas cidades é recorrente em espaços no qual há o domínio do capital, pois ele também se baseia em uma ideia de exclusão e segregação social.

Segundo Raymond Aron (1999), em meio ao cenário da concorrência do capital, Marx acredita que a política possui o papel de acentuar uma política de dominação, em que ocorre a exclusão de classes a favor da ideia de crescimento econômico de uma classe dominante:

Marx [...] apresenta o poder político como expressão dos conflitos sociais. O poder político é meio pelo qual a classe dominante, a classe exploradora, mantém seu domínio de exploração. (ARON, 1999, p. 132)⁶¹

A política mencionada na citação acima se encontra inserida no meio institucional feito pelo poder público, que potencializa as relações de poder, exclusão, segregação e gentrificação em grandes cidades. As relações sociais e as experiências cidadinas estão intrínsecas aos planejamentos urbanos e planos de governo.

A não reflexão sobre uma moradia digna aos personagens que já ocupam o espaço central, demonstra uma tentativa de exclusão de determinados corpos que são considerados socialmente como indignos, não merecedores do direito a cidade em que eles querem habitar, ocorrendo uma desigualdade de tratamentos, urgências e direitos de ocupações e moradias centrais. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1999), através de sua análise foucaultiana:

Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria um interdito e o rejeita. Estabelece limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atrai para um outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social. (SANTOS, 1999, p. 02)⁶²

O conceito de heterotopia mencionado trata-se de lugares e espaços que possuem sua construção de forma não hegemônica, “como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama” (Foucault, 2009, p. 411). As desigualdades nas relações urbanas sejam elas por elementos sociais e/ou culturais delimitam onde se pode estar na cidade, onde habitar, como morar e quais estruturas que se tem acesso. A problemática da moradia não está desconectada dos problemas sociais e culturais urbanos e deve ser analisada em conjunto dos mesmos, através de uma análise humana que pensa nas demandas dos grupos marginalizados e sua equidade de acessos.

⁶¹ *In*: ALMEIDA, André Araújo. **Segregação Urbana na Contemporaneidade**: caso da comunidade. Poço da Draga na Cidade de Fortaleza, 2015.

⁶² *Ibid.*

O interesse de requalificar ou até mesmo revitalizar o espaço central ocorrido em 2009, criou um imaginário pela análise de discurso, que esse espaço não possui a qualidade de vida, sendo necessário outras ocupações. Porém o Centro é ocupado de maneiras múltiplas por inúmeros sujeitos, como os trabalhadores e trabalhadoras, comércio, população em situação de rua, moradores de habitações multifamiliares e unifamiliares, passantes e consumidores. O Centro seria requalificado para quem? Com qual intuito? Não é possível “requalificar” com a população que já existe no local?

Os chamados “vazios urbanos” são prédios “abandonados” que não exercem sua função social, cabendo ao estado fazer com que a mesma seja exercida. Além desses, também entram nas mudanças propostas à região central os espaços destinados a estacionamentos, empreendimentos bastantes rentáveis devido a rotatividade e à crescente utilização do transporte particular na capital, que apesar de não serem muito utilizados pelos usuários do Centro, ainda há um número considerável. O programa de requalificação habitacional visava uma nova atribuição a esses imóveis.

Apesar da importância de refletir acerca dos vazios urbanos e da falta de função social de alguns imóveis, é necessário pensar que o espaço central já possuía habitações, moradores e moradoras que precisavam de uma atenção do poder público, tendo acesso a uma moradia de qualidade. Requalificar o Centro mudando seus moradores é ignorar completamente o problema habitacional presente no bairro que possui um grande número de pessoas em situação de rua e encortiçados.

A revitalização do Centro de Fortaleza ficou apenas no papel, um projeto não executado e não sendo disponibilizado na íntegra pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em seu acervo digital, estando presente na IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza, que não permitiu o acesso total ao documento, que tinha como principal meta pensar em um novo Centro longe do abandono e com características habitacionais, através de inscrições dos novos possíveis moradores do bairro.

Andando pelo espaço central, é possível ver um número considerado de pessoas em situação de rua, que ficou mais evidente após a pandemia da Covid-19, que fez com que pessoas perdessem suas rendas e ficasse impossibilitadas de pagar o aluguel. Segundo o relato de experiência “O silêncio que grita no Centro: Um olhar sobre as vivências junto à população em situação de rua” da Revista Científica Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues”, realizado por uma equipe multidisciplinar:

A cada mês, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Fortaleza-CE recebe cerca de 50 novos cadastros de

atendimento. O número de novos atendimentos ainda é subnotificado, já que cerca de metade das pessoas não aceitam atendimento. O único número que se tem vem do censo realizado pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) em 2014 e 2015. Conforme o relatório, Fortaleza tem 1.718 pessoas em situação de rua, estando concentrados em maior número no Centro e Beira Mar⁶³.

O número alto de pessoas em situação de rua demonstra falhas nas políticas de moradia, que não conseguem atender as urgências das demandas por habitação e não trazem resoluções à problemática. Uma política paliativa que visa resolver ou diminuir as consequências do problema mais evidente, mas não agindo na raiz da questão. Além do atendimento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)⁶⁴, as pessoas em situação de rua também possuem acesso a Pousada Social⁶⁵ e recentemente Refeitório Social⁶⁶, ambos localizados no Centro e em sua proximidade.

A localização do aparelho público voltado para pessoas de situação de rua localizado no Centro e em seus arredores não é coincidência, já que em 2015 esse local era onde se concentrava o maior número de pessoas nessas condições. Vale salientar que a política voltada para esse público só teve uma maior preocupação e visibilidade nos anos de 2014, no qual houve a assinatura, por parte da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), do Decreto Municipal nº 13.471, que cria a Política Municipal para a População em Situação de Rua, assim como a criação do Comitê Municipal de Políticas Públicas direcionadas a esse grupo. Em 2019, houve a adesão formal à Política Nacional para a População em Situação de Rua⁶⁷.

O Centro plural colocado muitas vezes como “Centro fantasma” possui vida, pessoas nas calçadas em situação de vulnerabilidade, apesar de ter surgido políticas públicas não são suficientes e não conseguem abarcar todo público alvo, não solucionando a raiz do problema da moradia que é para além da falta de teto, mas um diálogo constante entre a desigualdade social e a negação de direitos.

⁶³ Cadernos ESP. Ceará. 2019, jan. jun.; 13(1): 83, p.84

⁶⁴ Segundo a Prefeitura Municipal de Fortaleza: O Centro de Referência para População em Situação de Rua é um espaço referência para que qualquer pessoa em situação de rua possa procurar serviços de acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, realizar higiene pessoal, atividades socioeducativas e artísticas. Além de atendimento especializado por profissionais que auxiliem a resolução das suas demandas.

⁶⁵ Segundo a Prefeitura Municipal de Fortaleza: Garante segurança de acolhida noturna e temporária a indivíduos adultos em situação de rua. O tempo de permanência na Pousada é indefinido, ou seja, enquanto o usuário necessitar.

⁶⁶ Segundo a Prefeitura Municipal de Fortaleza: Equipamento oferece, diariamente, um almoço com cardápio balanceado e variado de alimentos ao preço simbólico de R\$ 1,00. O restaurante conta com o acompanhamento de um economista doméstico, que orienta a elaboração dos cardápios.

⁶⁷ CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Prefeitura de Fortaleza registra aumento da procura de serviços oferecidos à população em situação de rua.** Fortaleza, 07 maio 2021. Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/2021/04/07/prefeitura-de-fortaleza-registra-aumento-da-procura-de-servicos-oferecidos-a-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

3 HISTÓRIA E CIDADE: DO AFRANCESAMENTO AO “ABANDONO” DO ESPAÇO CENTRAL

Não se pode pretender que a cidade tenha escapado às pesquisas dos historiadores, dos economistas, dos demógrafos, dos sociólogos. Cada uma destas especialidades traz sua contribuição para uma ciência da cidade. Já foi constatado e verificado que a história permite elucidar a gênese da cidade e sobretudo discernir melhor que qualquer outra ciência a problemática da sociedade urbana.⁶⁸

Henri Lefebvre em seu capítulo intitulado “As ciências parcelares e a realidade urbana” presente em seu livro “O direito à cidade”, aponta a necessidade de se pensar o urbano, a importância do estudo interdisciplinar sobre a cidade e a sociedade urbana, colocando a ciência histórica como crucial para essa análise que por vezes negligencia esse campo de estudo. A escrita de seu livro é de meados dos anos de 1960, e desde lá houveram várias modificações na escrita e na investigação histórica. Os estudos sobre cidades e urbanidades ganharam e ganham cada vez mais destaque, porém a crítica do autor ainda é bastante pertinente.

A história durante o século XIX era considerada “o estudo do passado humano”, uma definição bastante limitada e limitante que ignorava as diferentes dinâmicas e temporalidades existentes. Marc Bloch quebra essa definição em sua obra “Apologia da história”, quando diz, contrapondo essa ideia, que “A História é o estudo dos homens no Tempo”, tirando-a somente do espectro do passado⁶⁹. Na atualidade sabemos que a historiografia tem forte ligação com o presente, pois as motivações e as reflexões de seus intérpretes partem do hoje, além disso, também possuímos o campo intitulado “História do Tempo Presente”, que traz as análises históricas para os dias que correm, em uma temporalidade mais voltada para os dias atuais.

Outro ponto importante para estudo da história são os espaços em que os sujeitos estão situados. Não é possível a sociedade sem a espacialidade, os personagens sociais partem e estão localizados em um lugar, no qual modificam e são modificados. O espaço para a historiografia, diferente da definição geográfica, é visto a partir da constante relação mútua com o sujeito, como aponta Ramos em sua análise lefebvreviana: “o corpo e espaço se convertem um no outro. Não dá para falar de corpo sem pensá-lo espacialmente, nem de espaço sem pensar no corpo”⁷⁰.

⁶⁸ LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

⁶⁹ BARROS, José D’Assunção. **História, Espaço, Geografia. Diálogos interdisciplinares**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

⁷⁰ RAMOS, Elvis Christian Madureira. O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-181965, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/181965/174453>. Acesso em: 25 mar.2022

A construção dos sujeitos nos espaços é feita a partir de suas subjetividades. Tomaremos de exemplo a casa. Quando iremos morar em uma nova habitação fazemos visitas para entender se aquela moradia atende às nossas necessidades mínimas. Ainda durante o processo de locação é pensado em como se poderia organizar aquela casa, onde iria ficar o armário, a geladeira, o fogão, a mesa... A organização da casa é sua, você constrói, mas é o espaço da casa que irá limitar e direcionar aquela organização. O exemplo da casa pode ser trazido para outros espaços da cidade, como bares, boates, trabalho, a partir de sua relação mútua, no qual você constrói/modifica o espaço e também é modificado por ele, podendo ocorrer de forma semelhante em ruas, bairros que vão expressar hábitos, crenças e imaginários de seus moradores. O espaço não existe sem a vida social⁷¹.

Pensar na constituição social dos espaços dentro de uma perspectiva das subjetividades e do capital é pensar em espaços desiguais e, por vezes, segregacionista, em que bairros são direcionados a pessoas com um maior poder aquisitivo e outros para de menor, influenciando na estrutura e acessos, como também como o poder público lida com eles (bairros planejados versus bairros “desordenados”).

A definição de cidade utilizada nesses escritos é de Lefebvre, que a define, inicialmente, como: “sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”⁷²

A cidade é o local de contradições, cheia de lacunas, espaços, paisagens que vão se modificando a cada caminhada aos olhares atentos. Como já mencionado, a dinâmica do urbano é dual, ele nos modifica e nós também a modificamos, mas isso ocorre de maneira gradual a partir dos interesses dos grupos que a ocupam e principalmente o interesse do capital, se tornando, por vezes, como o “lugar do desejo”.

A paisagem urbana é construída, em geral, pelo “ter” ou “não ter”, fachada de uma casa, prédio, escola não é para quem a habita, mas para quem está fora dela, dando uma ideia de prestígio do que o aguarda dentro da mesma. A ideia do visual não é apenas sobre estruturas física/imóveis, mas sobre tudo que se pode ver, o querer começa com o olhar, gerando uma falsa ideia de necessidade, na prática isso separa as pessoas em grupos sociais baseados na renda e no poder de compra.

⁷¹ RAMOS, Elvis Christian Madureira. O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-181965, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/181965/174453>. Acesso em: 22 mar. 2022.

⁷² LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução de: Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Editora Centauro, 2001, p. 62.

Segundo o autor:

[...] a cidade se manifesta como um grupo de grupo, com sua dupla morfologia (prático-sensível ou material, de um lado e social do outro). Ela tem um código de funcionamento centrado ao redor das instituições particulares, tais como a municipalidade com seus serviços e problemas, com seus canais de informação, suas redes e seus poderes de decisão⁷³.

Portanto, o poder público, através de seus planejamentos pode ressaltar as desigualdades entre grupos sociais, acatando as vontades dos mais abastados financeiramente.

A preocupação aqui demonstrada é para além da forma ou estrutura da cidadina, mas como essa é acessada, organizada, planejada e administrada. E assumo, desde já, que não penso no espaço urbano de forma homogênea. Ele é extenso, múltiplo, ganhando forma, às vezes, de maneira desorganizada e não planejada a partir dos inchaços populacionais e/ou falta de preocupação com públicos específicos.

A cidade é constituída de espaços múltiplos e memórias, fazendo com que cada local ganhe um significado singular para os diferentes personagens sociais. O espaço utilizado pela história é social, sendo fruto das diferentes dinâmicas ocorridas na sociedade, sendo considerado geográfico e/ou político, como mostra o historiador José D' Assunção Barros:

As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social.⁷⁴

O caminhar pelo centro de Fortaleza feito por um passante/pedestre tem um significado diferente se comparado com o de um morador ou ex-morador do local. Observar à distância ou só por alguns instantes em movimento não possibilita notar a magnitude e a subjetividade das experiências e memórias dos espaços. Segundo Michel Certeau, quando se pensa em olhares para a cidade podemos observar:

Mas “embaixo” (down), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, Wandersmännner, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo.⁷⁵ (159)

Fazer parte do urbano, de um centro, é estar dentro de um movimento contínuo, que muitas vezes impede as percepções, o personagem constrói o espaço por alguns minutos, mas

⁷³ Ibid.

⁷⁴ BARROS, José D' Assunção. **História, Espaço, Geografia. Diálogos interdisciplinares**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, p. 462.

⁷⁵ CERTEAU, Michel de. **Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 159.

o movimento, no percorrer das distâncias pode fabricar uma paisagem cultural longe das reflexões e dos olhares do sujeito, que por estar em movimento, não se percebem como construtores de onde passam, de acordo com Certeau, uma espécie de cegueira que caracteriza a cidade habitada:

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas relações e cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade [...] universo de locações por um não lugar ou por lugares sonhados.⁷⁶

Viver na cidade cheia de inconstância, dúvidas e multiplicidade se torna um sonho, no qual se cria a expectativa por uma cidade que não existe, que lhe possibilita fáceis acessos e um lugar para si, para além da moradia, uma construção de subjetividade e tradições. O que se espera da cidade, não é construído e nem recebido, principalmente se essa local for do capital, com urgências que vão pensar inicialmente no dinheiro ao invés dos seus habitantes. Se entender na cidade é também se conhecer enquanto indivíduo que a modifica com os olhares, ações e passos.

O plano para o espaço central a partir da perspectiva de modernização do século XX falhou, tendo nesse espaço personagens sociais que eram negados e invisibilizados, mas antes de falarmos sobre isso, é importante entender que plano era esse e quem eram esses grupos e personagens.

3.1 Multiplicidades de centros

Quando criança adorava conversar com a minha avó. Sentar ao seu lado na cama e ouvir suas histórias enquanto mexia em meu cabelo, uma das minhas atividades favoritas do dia. Tentava imaginar tudo aquilo que me contava, as pessoas, as conversas, os lugares, como se as suas memórias também fossem um pouco minhas e a sua vida fosse um grande livro de literatura, no qual, ela era a narradora personagem viva, contando suas experiências para mim. Tudo ali me parecia real e eu aos 9 anos ficava maravilhada querendo ver e viver.

Os diálogos com a minha avó durante a infância foram um dos primeiros contatos que tive com o passado. Lembro-me de como ficava entusiasmada com seus relatos e com

⁷⁶ CERTEAU, Michel de. **Invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 170.

objetos antigos que mostrava. Não tinha pretensão de trabalhar com o passado, quem dirá ser historiadora, mas os diálogos com ela influenciaram a minha forma de ver e sentir o passado.

Infelizmente, não tive a oportunidade de prosseguir ouvindo as suas histórias, pois ela teve Alzheimer e aos poucos foi esquecendo o passado e fazendo dele a sua fortaleza, em que misturava temporalidades, se apegando a algo que conhecia e que ainda não havia esquecido, as poucas de recordações que lhe restavam. A cidade que minha avó viveu não é a Fortaleza que conheço, os costumes, as práticas e as estruturas são diferentes.

O Centro da capital do Ceará não é o que foi planejado. O lugar passou por transformações idealizadas e não idealizadas, inchaços populacionais, não almejados inicialmente e que foram se espalhando pela cidade. Provavelmente você deve estar se perguntando o porquê desse prestígio ou quem são essas pessoas. O centro de Fortaleza foi pensado e habitado por uma elite, que possuía dinheiro e respeito social, época áurea, que o historiador Sebastião Rogério Pontes denominou como “Belle Époque”⁷⁷.

A cidade em disputa, mostra alteridade, em que grupos se consideram superiores a outros e essa superioridade condiciona o habitar a cidade, o que Sandra Jatahy Pesavento denomina como: “A cidade dos outros”⁷⁸, pois a cidade não é direcionada a grupos que são colocados a margem.

3.1.1 O imaginário da cidade *ideal*

Para planejar a cidade ou falar sobre a cidade ideal é necessário levantar alguns questionamentos, acredito que os primeiros deles são: “Que cidade é essa? Ideal para quem?”. O termo ideal provém do latim *idealis*, que significa “conteúdo, o que é existente numa ideia”, de *IDEA*, derivado do grego *idea*, significando, literalmente, “forma, aspecto”, derivado de uma fonte Indo-Europeia *weid-*, “ver”⁷⁹. Dessa forma, a cidade ideal é um lugar planejado, que segue uma forma estrutural pré-estabelecida, como a chamada “Belle Époque” e/ou modernização da cidade.

⁷⁷ PONTES, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reforma Urbana e Controle Social. 1860-1930.** Editora Demócrito Rocha, 2004.

⁷⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX.** Companhia Editora Nacional. São Paulo. 2002

⁷⁹ LOPES, Jander. Ideal. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/ideal/#:~:text=Resposta%3A,WEID%2D%2C%20%E2%80%9Cver%E2%80%9D>. Acesso em: 15 jun.2023.

Figura 1 - Cruzamento da Rua Barão do Rio Branco com Rua Guilherme Rocha (1910)



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 2 - Cruzamento da Rua Major Facundo com Rua R. Dr. João Moreira (início do séc. XX)



Fonte: Arquivo Nirez.

Mesmo após a Proclamação da República em 1889, o ideal a ser seguido ainda era o europeu, que era considerado civilizado, higiênico e superior aos demais costumes, que são vistos como primitivos. Segundo Norbert Elias, “o conceito de civilização é a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão

de mundo, e muito mais”. Seguindo essa linha de pensamento, temos o civilizado e o bárbaro. Fortaleza não queria ser vista com olhares que lhe colocassem enquanto atrasada.

É possível notar, nas fotografias acima, uma sociedade que difere da atualidade de forma estrutural, se relacionando com as vestimentas, arquitetura da cidade e hábitos, de modo geral. O período mencionado não apenas trouxe modificações para paisagem da cidade, mas como também aos seus costumes, experiências, como discorre Sebastião Pontes:

[...] a euforia européia com as novidades extasiantes decorrentes da revolução científica- tecnológica (1850-1870 em diante). Com efeito, esse período, momento fundante do nosso mundo contemporâneo, é marcado por um intenso fluxo de mudanças que não só produziu transformações de ordem urbana, política e econômica, como também afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas, alterando seus comportamentos e condutas, seus modos de perceber e de sentir.⁸⁰ (PONTES, 2004, p.162 -163)

O termo em francês que significa “bela época” ocorreu em outros capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e Pernambuco. Apesar do caso de Fortaleza não ser isolado, é necessário pensar os porquês desses moldes serem tão importantes e a ligação disso com a *civilité* francesa.

Para Elias:

Conceitos como *politesse* ou *civilité* tinham, antes de formado e firmado o conceito *civilisation*, praticamente a mesma função que este último: expressar a auto-imagem da classe alta europeia em comparação com outras, que seus membros consideravam mais simples ou mais primitivos, e ao mesmo tempo caracterizar o tipo específico de comportamento através do qual essa classe se sentia diferente de todos aqueles que julgava mais simples e mais primitivos.⁸¹

O mesmo também menciona em sua obra “O Processo Civilizador” que os costumes da corte foram gradualmente associados pela burguesia, o que resultou em um imaginário de civilização francesa consolidado.

A civilização a partir desse roteiro tem o intuito de diferenciação, uma hierarquia social, semelhante e por vezes baseada na corte e em todo seu prestígio que era cobiçado pela burguesia. Era importante para a sociedade francesa, principalmente após revolução burguesa, assumir um local de destaque que a distanciasse de adjetivos, como simples e/ou primitiva.

O processo de modernização da cidade dialogou com a industrialização de forma dinâmica, a elite fortalezense que veio a se tornar a burguesia da capital queria a ser considerada tão importante quanto a francesa, sendo encarada com uma sociedade civilizada no trópico. Fortaleza a partir de suas reformas urbanas gostaria de ser uma imagem da Europa, uma cópia

⁸⁰ PONTES, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reforma Urbana e Controle Social. 1860-1930.** Editora Demócrito Rocha, 2004. p.162 -163.

⁸¹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

e seus moradores deveriam ser considerados semelhantes a europeus, essa era a nova imagem de civilização e progresso da capital cearense.

O chamado “Código de Posturas” criado em 1865, vigorando em 1893 sob o comando do intendente Guilherme Rocha, que também ficou conhecido como Haussmann, eram inalcançáveis para grande parte da população, desse modo, o código, na prática, excluía pessoas que não se enquadrava nos requintes europeus que a elite se orgulhava.

O apelido “Haussmann” faz referência a George-Eugène Haussmann, responsável pelas reformas urbanas em Paris, que tinham o intuito de modernizar a cidade, para isso realizou a demolição de 19.730 prédios históricos e a construção de 34 mil novos, além de transformar antigas ruas em grandes e amplas avenidas, caracterizadas por fileiras de prédios neoclássicos em tons de creme alinhados e proporcionais. Haussmann ficou à frente das reformas urbanas até meados de 1870, período contemporâneo aos códigos de posturas fortalezense.

Durante a primeira metade do século XX era comum encontrar cartões postais da cidade, no qual possuíam como plano de fundo as principais ruas do Centro de Fortaleza. Como podemos analisar abaixo:

Figura 3 - Cartão postal Rua Guilherme Rocha com Major Facundo – 1911



Fonte: Arquivo Nirez.

Segundo Nirez, os cartões eram fabricados pelos donos dos comércios que percebiam no Centro um local admirado, frequentado intensamente, um ponto turístico do período. Na imagem acima é possível notar um fluxo urbano, juntamente com algumas modernidades: automóveis, a iluminação, os trilhos e o bonde elétrico. O movimento deixa

evidente que Fortaleza não é mais a vila de tempos atrás, a modernidade da cidade também representa outros hábitos culturais, como era exigido segundo o código de postura da cidade. A calça, os sapatos o paletó em conjunto com o chapéu significava um traje de respeito para um local de respeito que era o espaço central.

Além das vestimentas, o pesquisador Sebastião Rogério Pontes, afirma que também foram modificadas as formas de se portar na cidade e até dentro de casa. Era comum que as residências tivessem alguns espelhos que tinham a função de controlar o cotidiano, uma incessante vigilância, que levava em consideração o dito popular “Os costumes de casa vão a rua”.

O historiador Daniel Roche, em seu livro intitulado “História das coisas banais” abordou a mudança na forma de consumir a partir do século XIX. Para ele era necessário pensar além do produzir e consumir, que era comumente tratado pela história econômica. Para ele era necessário analisar esse consumo em uma abordagem cultural, transcendendo olhares que os reduzem a uma simples materialidade ou distinção social.

Sem dúvida, na história da vida material estabelece “os limites do possível e do impossível”, como desejava Braudel, mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informações e de comunicações que organizavam a significação das coisas e dos bens, e não na sucessão e separação nítida de temporalidades propícias a comportamentos típicos.⁸²

Temos dessa forma uma relação entre significados e significantes, no qual os significantes são os objetos e as dinâmicas que estão inseridos e os significados são suas funções sociais e culturais. Dessa forma, o material não é analisado de forma isolada, mas através dele podemos fazer estudos sobre as sociedades.

Segundo Eliane Morelli Abrahão:

As análises dedicadas ao espaço doméstico – arranjo e alocação do mobiliário, alterações de equipamentos de trabalho doméstico-, podem contribuir para o entendimento da construção material de noções como conforto, funcionalidade, higiene, individualidade, prestígio e sociabilidade.⁸³

Segundo Nicolau Sevcenko após a Proclamação da República foi criado um imaginário da elite que era necessário possuir uma outra imagem do Brasil, que dialogasse com as demandas dos novos tempos e que fossem respeitados pela Europa:

[...] o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento que era

⁸² ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo séc. XVII – XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 13.

⁸³ ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Morar e viver na cidade de Campinas (1850 – 1900)** – Mobiliário e utensílios domésticos. Editora: Alameda. Rio de Janeiro, 2010, p.33.

mais ávida a expectativa por eles. (...) Era preciso pois findar com a cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim.⁸⁴

As análises de Sevcenko, tem como plano de fundo principal o Rio Janeiro, que, no período mencionado, era a capital do Brasil, que estava em vulnerabilidade política e sofrendo com séries de epidemias, porém essas características não se enquadravam apenas ao Rio de Janeiro. O Ceará com suas secas recorrentes no final do século XIX, já mencionadas no capítulo anterior, triplicaram a população de Fortaleza que se concentrava no perímetro central, e a elite fortalezense, assim como a elite carioca tinha aversão a essas pessoas, no qual consideravam inferiores.

Como traz o autor:

O Brasil entrou – e já era tempo – em fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o ‘conforto’ já encontraram quem lhe abrissem as portas desta terra, de onde andavam banidos por um decreto da Indiferença e da Ignomínia coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar e já está passando por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os dias contatos.⁸⁵

As reformas das cidades foram um fenômeno nacional, na tentativa constante da aceitação, remodelação e padrão de civilização europeia. Fortaleza estava seguindo os planos de Nova República com interesses burgueses, a burguesia *la française*. Hábitos e costumes deveriam ser modificados para se encaixar no imaginário de civilizador burguês do período.

A regra era modificar, seguir um padrão europeu, Fortaleza deveria ser uma nova Paris. A arquitetura colonial mudou-se para um estilo francês, dialogando com o neoclassicismo, presente em alguns prédios. A jovem República com o lema “ordem e progresso”, buscava não apenas trazer a boa higiene para a população, através da modernização, mas também promover o embelezamento e aformoseamento da cidade.

⁸⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Editora Brasiliense, São Paulo, 1999, p.29.

⁸⁵ Ibid.

Figura 4 - Farmácia Pasteur e sua arquitetura neoclássica, localizada na Praça do Ferreira, 1940



Fonte: Arquivo Nirez.

A farmácia Pasteur (referência a Louis Pasteur, um cientista francês de grande importância para medicina) possui uma arquitetura em estilo neoclássico, com pilastras em estilo grego, dando visibilidade a pequenas varandas, portas retangulares largas e altas, coroamento arredondado, carregando em conjunto o nome da loja. Uma clareza construtiva, com forte inspiração na arquitetura clássica grega e romana, utilizando formas geométricas, retangulares e simétricas, que tem como destaque objetos sofisticados, exprimindo sua grandeza

As lojas e o comércio vendiam essa imagem afrancesada da cidade tão almejada pela elite, os artigos europeus eram considerados de luxo, sendo apropriados pelo capital.

A elite burguesa através de seu prestígio conseguia direcionar os caminhos da cidade em relação a sua cultura e planejamento. O seu poder não foi instituído através de um papel/carta/ofício, mas ele existia e agia de maneira nítida, sem necessidade de algo escrito para saber que existia, ele era simbólico, seus símbolos estavam dentro da cultura material e das inúmeras relações em uma dinâmica existente que conseguiam direcionar os caminhos da cidade. Segundo Pierre Bordieu, isso ocorre pois:

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectividade apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes).⁸⁶

⁸⁶ BORDIEU. Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 10.

Apesar de muito se falar sobre a elite/burguesia e pessoas pobres, é interessante romper essa ideia binária sobre a existência de apenas duas classes sociais, a que tem poder e a que é invisibilizada. É importante pontuar que também existiram e existem grupos que estão em um “meio termo” e esses também ocupavam o espaço central. Nesse ambiente também havia uma alteridade em relação a costumes e grupos sociais. O Centro de Fortaleza foi pensado para a elite, mas não foi ocupado apenas por ela.

Sebastião Rogério Pontes, através da Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolveu um projeto de história oral intitulado “Memória de Fortaleza: Um olhar popular”, em que entrevistou diferentes personagens sociais que habitaram esse local, dentre eles, José Ferreira, mais conhecido como José do Bonde. Como o nome já indica, ele foi motorneiro em diferentes linhas do bonde de Fortaleza e também habitou o Centro de Fortaleza.

José nasceu em 1915 e logo foi morar na Avenida Imperador, próximo ao colégio Dorotéias, mas segundo ele a escola ainda não existia no local, só havia “mato” e a rua era constituída de areia. Ele morava de favor em uma casa arranjada por seu padrinho Inácio Parente, dono das Casas Parente, através do mesmo conseguia alguns acessos na cidade.

Analisando o projeto de história oral, já mencionado, não é incomum encontrar narrativas de pessoas que não faziam parte da elite, mas que de alguma forma conseguiam ocupar de maneira mínima aquele espaço.

José do Bonde após sair do Centro com apenas 6 anos de idade, foi morar com sua família no bairro Aldeota, em que viveu até o início de sua vida adulta. Quando perguntado sobre os números de residência na Aldeota no período mencionado, respondeu:

Tinha nada, tinha barraco de palha. Pobreza ali. Quem me botou pra fora da Aldeota foi os ricos. Quando eu cheguei na aldeota não tinha ninguém rico, era só os casebrezinhos. A gente vivia bem, aí os ricos começaram a fazer casão, aí ficarão com raiva da gente. Aí eu disse: “quer saber de uma coisa papai? Cada macaco no seu galho! Vamo vender isso aqui e vamo desacuar prum lugar que só tenha pobre mesmo”.⁸⁷

E sobre o que os novos moradores da Aldeota faziam, disse:

Ora, tinha um velho que morava lá vizinho, um dia de domingo, eu no portão assim conversando com o carreteiro dele. Me esculhambava. Aí foi e disse: “isso aqui vai ficar muito bom. Por hora não, tem ainda esse pessoal aí. Mas daqui uns tempos vão saindo e a gente vai melhorando o bairro”. Aí eu disse: “égua, vou sair logo é logo.” Aí sai.⁸⁸

⁸⁷ Projeto História e Memória de Fortaleza: O olhar popular. Entrevista com José Ferreira. NUDOC – UFC, 09/02/2000.

⁸⁸ Ibid.

A organização do espaço e a divisão de bairros seguem interesses dos grupos dominantes, como já pontuado, o planejamento urbano os acessos a cidade do capital é desigual, existindo uma segregação, no qual grupos não reconhecidos pela elite são constantemente estigmatizados e expulsos.

A divisão de classes/grupos sociais ressalta a desigualdade e através dessa modifica os tratamentos e olhares recebidos do grupo que se acha nobre em relação aos que tem uma imagem associada à pobreza. O olhar de cima segue um pensamento de estigma⁸⁹, no qual esses personagens são colocados em uma hierarquia social de importância e visibilidade, que beira o higienismo, semelhante a uma doença contagiosa em que os doentes devem ficar distantes.

O espaço central teve e tem presente outros grupos que foram aumentando após a saída da elite desse local, como pessoas em situação de rua e casas de prostituição que não são novidades. O plano do Centro da elite não durou. O que encontramos hoje é um local abandonado associado somente ao comércio, que com o número de shoppings também estão diminuindo. Comumente o funcionamento do bairro é associado ao horário comercial como se sua existência se resumisse a isso.

3.2 O centro que já não é

Quando um referencial é destruído é como se tudo o que ele representa fosse embora com ele. Cada vez que uma casa antiga é demolida, morre um pouco de uma história de vida também. Histórias que aconteceram ali, debaixo de suas telhas; histórias que passaram por ali, contando com a casa como cenário de uma despedida, de uma vitória, de uma confraternização; ou histórias que se utilizavam dela apenas como pano de fundo, como paisagem, para uma fotografia⁹⁰.

Viver em sociedade passa pela construção da memória que produz uma singularidade e identidade das pessoas e dos locais que gera a sensação do pertencer, como se os espaços estivessem em uma dinâmica de acolhimento, familiaridade, gerando o conforto em relação à localização e o caminho traçado na rua. A rua ganha uma “personificação”, transformando-se em sujeitos conhecidos, possuindo seu ritmo, fluxo e som, e, como um ser vivo, muda dependendo do horário.

Os espaços possuem significados e nosso andar pela cidade não é mapeado. O nosso mapa passa pelo olhar, uma fotografia feita de olhos do que é e do que foi, nossos referenciais nas diversas andanças, como menciona Aline Mesquita:

⁸⁹ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Editora LTC, 1981.

⁹⁰ ROSA, Aline Mesquita Martins. **História das casas como história da cidade**: Um estudo da memória urbana de Fortaleza através da memória de moradores antigos do Centro. Universidade Estadual do Ceará, 2009.

O simples passar pela esquina que não tem mais “àquela casa rosa” faz errar o caminho que se percorre todos os dias até o trabalho, à escola ou à farmácia. Ela não está mais lá. Assim, literalmente da noite para o dia, perde-se o referencial de espaço, sem o tempo necessário para deter a atenção em outro ponto de referência. Isto é, tempo dá, mas nunca se pensa nisso, pois a casa sempre se fez presente apontando o caminho e “dizendo” que é ali que se deva virar. E nem faria muita diferença pensar nessa hipótese, pois quando uma delas é demolida, geralmente no seu lugar surge um enorme vazio, todo murado, estendendo-se pelo seu antigo entorno, cheio de propagandas afixadas com modelos sorridentes à espera do novo imóvel.⁹¹

Milton Santos no Encontro Nacional de Paisagismo, ocorrido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade de São Paulo (USP) em 1995⁹², disse que a paisagem não é sobre o hoje, mas sobre o passado, demonstrando a história, trajetória e movimento feito nos espaços e faixadas. A paisagem não é isolada do espaço e da história, ela está inserida na construção urbana, na relação passado e presente, na formação dos sujeitos.

O centro de Fortaleza existe, considero que isso não é um questionamento para as pessoas que convivem com aquele local, mas considero importante mencionar e analisar as diferentes existências que de modo algum estão isoladas da dinâmica urbana e são grande importância para entender o que eram essas habitações coletivas, antes de serem habitações coletivas, seu projeto inicial em uma cidade que se considerava uma reformulação de uma sonhada Europa brasileira.

A descentralização do espaço central ocorreu para além da questão habitacional. Alguns serviços oferecidos por algumas instituições e órgãos começaram a se espalhar pela cidade que não estava mais reduzida ao seu centro,

Segundo o jornalista, colecionador e pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo, mais conhecido como Nirez, durante a segunda metade do século XX, serviços como do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran-CE), que anteriormente era localizado na rua Antônio Pompeu, Centro, mudou-se para o bairro Maraponga em 1978, além desse, também menciona em sua cronologia ilustrada, os seguintes acontecimentos:

7 de fevereiro de 1974 fecha o centro de abastecimento Duque de Caxias por completa falta de higiene, como se não fosse possível a higienização. Ficou abandonado, transformando-se em uma favela. (...) 27 de janeiro de 1975 muda-se a Imprensa Oficial do Ceará, que ficava anteriormente na rua Senador Pompeu para a Avenida Washigton Soares. (..) 14 de março de 1983 é construída a Praça Murilo Borges, localizada entre as ruas Pedro I, Rua da Assunção e Rua Floriano Peixoto, ao lado do edifício Banco do Nordeste, por iniciativa do próprio banco que adquiriu e demoliu casas que ali ficavam⁹³.

⁹¹ Ibid.

⁹² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OMVXSD_HQDk. Acesso em: 26 ago.2023.

⁹³ AZEVEDO, Miguel Ângelo de (NIREZ). **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**: Roteiro para um turismo histórico e cultural. Universidade Federal do Ceará, 2001.

Com a dinâmica da cidade se modificando e saída de grupos e serviços da área central, a mesma começou a receber menos olhares, o morar e o imaginário de um centro com papel comercial ganhou mais destaque, as moradias que eram térreas, se tornaram “Altos”, dando lugares a lojas. O interesse era o capital e com o passar dos anos, as fachadas que traziam resquícios de um outro período foram sendo camufladas por nomes de comércios, que aos poucos iriam escondendo o prestígio dos antigos sobrados.

Além da estrutura da cidade, seu ritmo e fluxo também foi modificado entre os anos 60 e 80. Os resultados censitários de 1950 apresentaram um aumento de 49,9% em relação ao ano anterior. Nos anos de 1950/60, 1960/70 e 1970/80 os índices de crescimento foram respectivamente 90,5%, 66,6%, 52,5%⁹⁴. O inchaço populacional, juntamente com a globalização modifica a forma de trafegar pelo urbano.

Figura 5 - Rua São Paulo segunda metade do séc. XX



Fonte: Arquivo Nirez.

É possível notar na imagem acima, que a transição para segunda metade do século XX, juntamente que o aumento do número de carros, trouxe para o urbano um fluxo congestionado, com a necessidade do alargamento das ruas, leis de trânsito, sinalizações, semáforos e locais apropriados para estacionar, o que justifica o aumento do número de estacionamentos na capital. As vestimentas se tornaram mais diversas, seguindo a tendência do jeans e roupas mais leves e ventiladas mais adaptadas ao clima fortalezense.

⁹⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 10 dez. 2022.

O número de automóveis na área central e seu fluxo também demonstra que apesar da diminuição do número de casas e da descentralização, o Centro ainda era o local escolhido para se realizar compras e/ou atrás de serviço, e apesar da diversidade de roupas dos passantes presente na fotografia a utilização da calça ainda era de uma cultura de vestimenta recorrente para homens, um indicativo de continuidade de inconsciente dos códigos de posturas da cidade.

Os famosos sobrados, vistos com admiração, também vão sofrendo alterações no estilo de varanda e coroamento presente, também são inseridas em construções térreas. As diferentes imagens abaixo mostram um imóvel que foi sofrendo alterações a partir dos interesses de uso:

Figura 6 - Senador Pompeu nos anos de 1920



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 7 -Senador Pompeu entre 1960 e 1970



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 8 - Senador Pompeu 1990



Fonte: Arquivo Nirez.

As imagens da Rua Senador Pompeu nos anos 1920, 1960/1970 e 1990, aproximadamente, ambas são do mesmo prédio em diferentes momentos de uso e ocupações. Na primeira imagem é possível notar um belo sobrado com arquitetura eclética, com bastante janelas e elementos franceses em suas vidraçarias que mais parecem belas varandas. Nesse período o estabelecimento tinha como função hotel. No segundo momento, com o avanço comercial, a arquitetura original é escondida e modificada e o prédio passou por uma reforma onde ganhou portas corrediças e um grande letreiro no qual apenas é possível notar o coroamento⁹⁵ da arquitetura original. A sua função deixa de ser habitacional para ser 100% comercial. Na terceira imagem foi retirado o letreiro, deixando apenas o nome do novo estabelecimento, sendo possível ver apenas parte do coroamento na parte superior.

A cidade passa por constantes alterações estruturais que irão influenciar os usos e desusos das edificações para um maior aproveitamento do espaço transformando-o em um local cada vez mais rentável no Centro de Fortaleza. A arquitetura, que demonstrava suas gênesis e marcas de seu tempo, foi dando lugar a estabelecimento comerciais, que aos poucos, através de seus grandes letreiros, iam escondendo suas fachadas ‘originais’.

Segundo Nirez, os imóveis no espaço central tinham uma grande extensão e largura, podendo ir de uma quadra a outra. Com a diminuição do centro habitacional esses foram transformados em comércio e outros foram divididos, como é possível notar na imagem que se segue, na Avenida Imperador:

Figura 9 - Avenida Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal.

⁹⁵ “Coroa” que era utilizada na parte superior dos imóveis, com intenção de mostrar seu prestígio e estética.

Na imagem os três imóveis parecem ser continuação do outro, possuindo forma arquitetônica semelhante, como o formato da porta, moldura iguais. O empreendimento do meio destoa dos demais, pois é fruto de uma construção mais recente, porém é notório uma continuidade na parte superior. Nirez afirma, que a prática de divisão imóveis/habitações foram muito comuns na segunda metade do século XX.

As edificações que não foram divididas e/ou comercializadas começaram a ter outras funções, entre elas a moradia informal e temporária, com as habitações coletivas. Andando pela Avenida do Imperador é visível várias plaquinhas de alugueis de quarto/quitinetes com valores que podem ser pagos na diária ou semanal. Em geral são casas com uma grande extensão, possuindo um corredor que vai acompanhar toda a dimensão da casa.

Segundo José Liberal de Castro, as casas-corredores surgem no Brasil em construções do século XIX⁹⁶ com o intuito de trazer privacidade para o espaço a partir do isolamento dos cômodos, no qual não será necessário transitar de um quarto para outro. Mas ganham outro sentido nas habitações coletivas. A entrada e o corredor que permitir transitar por todo imóvel ganham caráter de cômodos público, muitas vezes a entrada não possui nenhuma tranca, sendo possível qualquer desconhecido adentrá-la.

A relação do público e privado ganha outras características. Esse tipo de habitação possui cômodos coletivizados como banheiro, corredor e a lavanderia. É importante salientar que os cômodos privados podem garantir aos inquilinos privacidade, não necessariamente uma intimidade respeitada. Atividades simples como escutar música ou até mesmo ter relações sexuais podem ser um problema, dependendo das regras da habitação. É possível ter um ambiente privado mas terá que seguir as regras da casa, que em geral não respeitam sua intimidade ou escolhas na ocupação do espaço.

Andando pela Avenida Imperador é possível ver algumas arquiteturas que visivelmente não são da nossa década e uma delas me chamou atenção pela sua placa “alugue-se quartos mobiliados”. Ao lado desta havia uma casa azul de arquitetura semelhante, abandonada e com a porta amarrada apenas por um lenço de cabelo. Noto um senhor saindo e vou em sua direção perguntar sobre a mesma. Ele está fardado com uma roupa de transporte coletivo metropolitano e informa-me que ali funciona uma sala da Empresa Vitória alugada pelo proprietário que vi ao lado da sala que fazia parte da habitação.

⁹⁶ CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura no Ceará**. O século XIX e algumas antecedências. Instituto do Ceará Histórico, Geográfico e Antropológico, 2001.

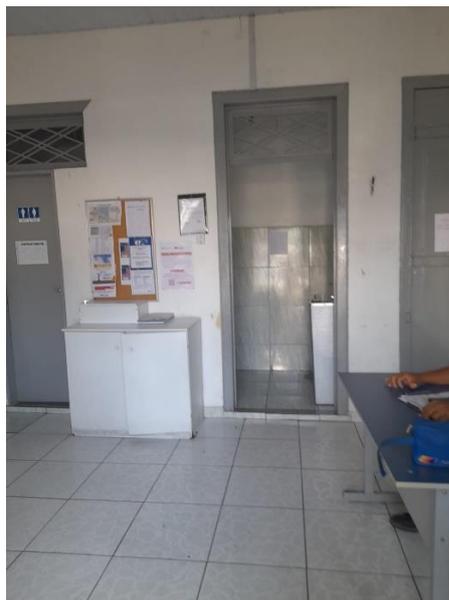
Figura 10 - Fachadas habitação, localizada na Avenida Imperador, 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Atrás da parada de ônibus está localizada a sala alugada e que segundo funcionários passou por alterações/reformas. Anteriormente nela estava localizado o maior quarto da habitação como é possível notar nas imagens abaixo:

Figura 11 - Sala de apoio Empresa Vitória presente na habitação, 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 12 - Sala de apoio Empresa Vitória presente na habitação, 2023



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 13 - Banheiro presente na sala de apoio, 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 14 - Banheiro presente na sala de apoio, 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 15 - Área de serviço presente na sala de apoio da Empresa Vitória, 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

O local possui banheiro, uma pequena área de serviço que possui uma pia para lavar louça e alguns armários antigos, tendo no total aproximadamente de 15 metros quadrados. Funcionários afirmam que as pias, as cerâmicas foram todas colocadas pela empresa, que recebeu o quarto de forma insalubre para o funcionamento proposto. Janelas e portas passaram por uma manutenção.

Inicialmente, olhando para essa sala, não há características de um quarto, pois está na entrada da habitação. Olhando a estrutura da casa permito-me arriscar que era a sala do imóvel. Os banheiros e a área de serviço foram adicionados depois. A atual entrada com a placa “aluga-se quartos mobiliados” era a entrada de uma garagem dividida/transformada em corredor.

A mudança na utilização do espaço e sua descaracterização remetem bastante a um centro abandonado pelas pessoas que um dia o ocuparam. Apesar ser o mesmo espaço, ele mudou suas configurações, paisagens, tradições a cada nova ocupação⁹⁷.

Os imóveis das elites sofreram abandonos e mudanças de uso para o comércio ou moradia multifamiliar, como a casa do senhor Gabriel, que após seu falecimento, foi abandonada pela família, segundo funcionários da Empresa Vitória. Antes de ser abandonada, possuía uma sala de apoio para a empresa. Atualmente se encontra com a porta amarrada com um lenço, na tentativa de evitar possíveis invasões.

Figura 16 - Entrada da casa de cômodo do senhor Gabriel, 2023



Fonte: Acervo Pessoal

A professora e pesquisadora Clarissa Salomoni conheceu Gabriel e mencionou que era super receptivo e sua casa era bastante organizada, possuindo como moradores famílias e crianças⁹⁸. Uma característica marcante é que Gabriel era proprietário do imóvel, algo raro

⁹⁷ BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia**. Diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, p. 462.

⁹⁸ MENEZES, Clarissa Salomoni de. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 11 nov. 2021.

nesses tipos de habitação, que em geral são cuidadas por locatários intermediários, que possuem como obrigação a organização do espaço, fazer com que as regras sejam seguidas, o aluguel seja pago e até mesmo resolver possíveis conflitos que venham a existir. Gabriel possuía um cuidador chamado Roberto, mas que foi expulso da habitação logo após o falecimento do dono.

Não é incomum notar a presença de idosos nesse tipo de habitação. O afeto ao Centro e a nostalgia mostram uma identidade pelo que foi o local de memórias, sentimentos e pertencimento. Foi na casa que Gabriel morou com sua esposa, criou seus filhos, os viu crescer, ir embora e faleceu.

O se apegar ao que não existe mais, uma lembrança, o pertencer a um local é uma característica muito presente em idosos que viveram toda sua vida em um mesmo local. O espaço se torna um signo de memória que reconforta e acolhe dentro da projeção do passado que não existe mais. O interesse pelo retorno comercial não é maior que o afeto criado, já que acompanhou e morou na casa até sua morte.

O Centro de Fortaleza, o que ele já foi, é e será, envolve diferentes personagens, temporalidades, ocupações e o planejamento urbano que preocupam os administradores desse tipo de morada. Sempre me perguntavam se eu trabalhava para Prefeitura de Fortaleza, agente da defesa civil. O abandono e as irregularidades são constantes o que traz medo e desconfiança a cada pergunta sobre o local.

3.3 Habitações coletivas

O andar pelas ruas, o trabalhar, entender-se enquanto indivíduo tem um elo constante com a memória, porém é importante pontuar que história e memória se diferem. Segundo Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. (...) A história, porque operação intelectual e lacizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto,

na imagem, no objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções, às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.⁹⁹

Apesar da memória não ser uma verdade absoluta e está passível de manipulação e esquecimento, é uma fonte histórica de grande importância pois preenche lacunas que os documentos oficiais não abordam sendo necessário que seja analisada de forma minuciosa. Ou seja, é importante questioná-la, criticá-la e fazer analogia desta com outras fontes.

A memória, por vezes, é dividida em memória individual e memória coletiva, em que a memória individual é produzida pelo indivíduo a partir de suas subjetividades, estando esse inserido em um grupo de referência, uma construção do ser em meios a acontecimento a partir de seus olhares/experiências; a memória coletiva será a memória de um grupo, lembranças compartilhadas e edificadas a partir de dinâmicas sociais, vivências em comum, somatória de vários sujeitos. Apesar de existir essa divisão, Halbwachs nos mostra que não desassociadas:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nos vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.¹⁰⁰

A construção da identidade, da forma que lidamos com mundo e com as memórias são referenciadas a partir das experiências com o coletivo. O modo que olhamos as ruas, os prédios, quais lugares devemos andar, quais não, o que devemos temer vem por intermédio da relação com o outro fazendo com que a memória individual tenha uma coletividade. As memórias coletivas possuem inúmeras memórias individuais construídas coletivamente em uma constante dinâmica.

A utilização da memória no campo historiográfico foi inicialmente combatida, pois acreditavam/defendiam que não era confiável, não podendo ser inserida em um método científico. Segundo Verena Alberti, “a história oral, é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador de fita”¹⁰¹. Na prática, ela equivale na realização de

⁹⁹NORA, Pierre. Entre memória a história: a problemática dos lugares. Trad Yara Aun Khoury. **Proj História**, São Paulo, p.9, 1993.

¹⁰⁰HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido do original francês “La memoire collective”, 2. ed. Presses Universitaires de France Paris, França, 1968, p. 26

¹⁰¹ ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da História. In: **Fontes Históricas**. Editora Contexto, 2005, p.155.

entrevistas gravadas com personagens sociais que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Apesar da história oral aos poucos ir se consolidando pelo ocidente no início do século XX, possuindo como marco 1948 o início da história oral “moderna”, é somente nos anos 70 que chega no Brasil, sendo realizado em 1975 o I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo Subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS), com representantes das Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Getúlio Vargas e Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. As produções de história cultural e história do tempo presente nos anos 80 influenciaram a visibilidade e consolidação da metodologia, que começa a ganhar respeito e notoriedade nas produções historiográficas¹⁰².

A ascensão da história oral permitiu a quebra da hierarquia de significações e fontes historiográficas e ampliar as percepções históricas, gerando mudanças de perspectivas de grande importância para as pesquisas de história do tempo presente.

Os esquecimentos e os silêncios da memória fazem parte de uma seleção do dito e não dito. Segundo Pollak:

As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (...) A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor¹⁰³.

O estudo sobre memória é, em sua essência, um estudo sobre sensibilidades e identidades formadas através da memória e experiências de sujeitos e grupos. A seleção é por vezes voluntária em uma tentativa de se resguardar da reação do outro frente a uma lembrança traumática ou que contradiz um relato oficial acreditado por um público. O dito e não dito passa por uma tentativa de autoproteção, de esquecer os traumas que estão guardados no íntimo de cada sujeito, como se o não falar fizesse essa lembrança sumir ou o sofrimento nunca ter existido.

Os silêncios nas entrevistas podem ser vistos através das pausas mediante perguntas, a mudança de olhar, o salto de uma temporalidade para outra sem explicação ou

¹⁰² ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da História. In: **Fontes Históricas**. Editora Contexto, 2005, p. 160-161.

¹⁰³ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.9, 1989.

contexto prévio, uma fuga constante, que quando percebida é possível ser acompanhada por lágrimas ou até mesmo encerramento da entrevista.

Para Alberti:

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade¹⁰⁴.

A construção da identidade não está desassociada do espaço físico e material, as vivências de um grupo em um tempo e espaço é essencial para firmar esse conceito.

A memória das cidades, principalmente dos centros urbanos, está consolidada na paisagem de uma cidade que não existe mais, porém resguardada pelos idosos que vivenciaram essa temporalidade. A memória do espaço é afetiva. Se andarmos com um idoso no Centro de Fortaleza, provavelmente irá falar sobre histórias que viveu naquele local, em quais ruas e estabelecimentos trabalhou, quais pessoas encontrava no trajeto, em quais bares bebia entre outras informações de um cotidiano afetivo, que sente saudade.

O esvaziamento significativo de habitações unifamiliares nos anos 80 no espaço central resultou em um imaginário essencialmente comercial e um abandono do serviço público a partir da descentralização comercial com o aumento de shoppings espalhados pela cidade. O centro de Fortaleza se torna um local indesejável, caótico, reduto de degradação e inseguro, sendo considerado um local inóspito para moradia por alguns. Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, há uma tendência contemporânea de desagregação dos centros urbanos:

Há muito tempo os centros são objetos de ferozes batalhas: eles não querem desaparecer sem combate, eles resistem. Parece-me, entretanto, que a evolução age profundamente contra o centro urbano. Ele não é mais adaptado à vida econômica, à vida das relações que dominam as populações urbanas. Então, o que ele se torna? *Centro storico*, dizem muito bem os italianos. E se ele ainda brilha, é a beleza da morte. Caminha-se em direção ao centro-museu. [...] Se o centro perde em energia, ganha em prestígio; é que ele permite ver num relance a cidade: sua beleza o resume. Tal como a heráldica resume o destino de uma família [...] O centro sobrevive e provavelmente sobreviverá por muito tempo pelo recurso ao imaginário. (LEGOFF, 1998, p.152-153. *apud* SILVA FILHO, 2003)

O notar e analisar o espaço central não é recorrente para a maioria que trafega nesse local, visto que essa ação é feita de forma automatizada, que não permite o olhar para o alto e ver as fachadas que denotam as marcas e as temporalidades que estavam inseridas. O cotidiano no espaço central traz elementos do capitalismo tardio, repleto de passos apressados, trajetórias curtas e objetivas que não o desviam do interesse do capital, colocando o patrimônio, o cuidado

¹⁰⁴ ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da História. In: **Fontes Históricas**. Editora Contexto, 2005, p. 167.

e a memória da cidade como desimportante, secundário, como expressa na dita frase popular: “tempo é dinheiro”.

A preocupação patrimonial na cidade de Fortaleza, especificamente no perímetro central ocorre de maneira bem limitada e restritiva. Em uma caminhada ao IPHAN-CE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), fui informada que o mesmo só é responsável pela conservação e tombamento do Theatro José de Alencar, localizado ao lado. Os demais prédios são de cuidados municipais. O processo de tombamento de imóveis não ocorre somente em decorrência da sua antiguidade/período que foi construído. Para que esses sejam tombados é necessário que tenham uma importância social e cultural para a comunidade/grupo. O tombamento é uma tentativa de cuidado com a memória criada em um espaço.

Os espaços ocupados por grupos são significantes e olhados de forma afetiva e identitária, recebendo a denominação de lugares de memória, que segundo Pierre Nora:

Lugares de memória são antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação¹⁰⁵.

Os lugares de memórias colocados como oficiais são museus, memoriais, arquivos, cemitérios, monumentos. Esses passam por uma estatização para se tornarem públicos e receber os cuidados de conservação. As memórias e lugares precisam ser legitimados por pares das instituições responsáveis. Os imóveis particulares só são preservados caso seus proprietários o façam. Os lugares não possuem memória, ela é construída através das subjetividades e sensibilidades dos indivíduos no espaço. A não existência de uma legitimação do lugar não significa que esse não é um lugar de memória para o grupo que o ocupa ou ocupou.

A cidade no século XX passa por um grande processo de urbanização, ao longo do país. O aumento populacional nas cidades muda a relação com a história a partir das novas dinâmicas existentes do urbano.

A cidade coloca o mundo na história e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais. Os monumentos e o espaço público solicitam nossa inteligência e, por vezes, complicados esquemas interpretativos apresentam-se como desafios e pedagogias insubstituíveis. É na cidade que a história se exibe¹⁰⁶.

¹⁰⁵ NORA, Pierre. Entre memória a história: a problemática dos lugares. Trad Yara Aun Houry. **Proj História**, São Paulo, p.10, 1993.

¹⁰⁶ VELHO, Gilberto. Antropologia e cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002, p.30.

Já ouvi de algumas pessoas, como quase um dito popular que “Fortaleza é uma cidade sem memória”, porém acredito que seja ao contrário, a nossa cidade, assim como seus moradores tem uma extensa memória que fazem parte da história da cidade, esta só precisa ser ouvida.

3.3.1 Indo para “Rua”

Sempre andei no Centro de Fortaleza desde a infância, mas não me animava com essa empreitada. Andar em um local quente puxada pelo braço por minha mãe, não me parecia algo atrativo. Lembro-me dela sempre dizendo “tem que andar rápido, menina” ou dela reclamando “odeio esse povo que fica na frente e anda devagar”. Ela ia ao centro ou na rua, como costumava falar, para resolver algo ou fazer compras, pois considerava mais barato e não tínhamos muito dinheiro. A parte divertida dessa saída era que sempre íamos tomar sorvete para tentar aliviar o calor.

Quando cresci comecei a olhar pra cima e questionar o porquê de ter tantas lojas. Onde estava as casas daquele bairro, será que ninguém morava lá? Via também um grande número de pessoas dormindo na Praça do Ferreira, o que aumentou meu questionamento sobre moradia, que só foram sanados ao longo do desenvolver da pesquisa.

Através dessas andanças pude notar o grande número de “alugo quartos”, seguidos de contatos telefônicos. As habitações coletivas (moradias multifamiliares) que tive acesso encontravam-se nas ruas, onde existia/existe grande tráfego de ônibus, pessoas e um forte comércio. Porém ter acesso a elas teve um grau de dificuldade. Visitar a casa de alguém é algo muito íntimo e ao contrário das casas unifamiliares, eu estaria adentrando o único cômodo privado, o quarto.

As concepções iniciais foram que eu precisava ir com uma vestimenta que me pontuasse como pesquisadora, portanto “estar arrumada”. Isso resultou inicialmente em um distanciamento dos moradores, pois quando chegava era questionada se era da Prefeitura de Fortaleza e se a visita era uma fiscalização para “fechar” o imóvel.

A primeira habitação visitada, porém, não adentrada estava localizada na rua São Paulo. Tinha como locatária intermediária uma mulher loira, de meia idade, com aproximadamente 1,62 m de altura. Estava conversando com um rapaz que atende por Luiz e queria alugar um quarto, onde já havia morado outras vezes, e resolveu voltar com a família. Loura, como era chamada, o informou que o quarto que tinha disponível era pequeno e que não caberia sua cama e geladeira.

Ao me aproximar, percebi-a desconfiada sobre o motivo que me fez parar em frente à sua venda, que ficava ao lado dos quartos. Quando a perguntei sobre o valor da locação falou que eram 20 reais a diária, mas, olhando-me da cabeça aos pés, afirmou que aquela habitação não era para mim e não me permitiu entrar para ver os quartos que ficavam distribuídos em um longo corredor que tinha ao final uma pia destinada as lavagens de roupas. Quando informada da pesquisa, perguntou-me o que “iria ganhar” caso me concedesse uma entrevista. Loura cuida do imóvel desde 2011.

Os questionamentos iniciais que me vieram foram: por qual motivo aquela habitação não era pra mim? O que me difere de seu público? É notório em Loira seu interesse financeiro e como isso dita suas relações. A vestimenta utilizada por mim na visitaçao era uma calça jeans azul, uma blusa de gola preta, cabelo amarrado, óculos de grau, sandália rasteirinha e uma bolsa preta de lado.

A segunda habitação visitada foi a morada de dona Conceição, uma senhora de aproximadamente 70 anos que mora em uma habitação coletiva da avenida Imperador. Adentrando a moradia pude ver um longo corredor que possuía em seu final uma pia e um quintal. A casa possuía 10 quartos, sendo 5 no térreo e 5 no primeiro andar, segundo a moradora, todos possuíam banheiro.

O quarto de dona Conceição era utilizado como quarto e cozinha, possuía uma cama de solteiro, pia, fogão, geladeira e móvel que era utilizado como mesa. A mesma me informou que aquela pensão era somente de mulheres, que era proibido a entrada de homens solteiros e que atualmente só morava um homem nessa habitação, o marido de uma outra moradora mais antiga. Infelizmente não pude olhar outros quartos nem fazer medições. A locatária intermediária desse local trabalhava no comércio de forma informal, vendendo água e merenda no espaço central. Ambas não quiseram dar entrevistas.

O aparecimento de casas de cômodo nos dados da prefeitura de Fortaleza remonta aos anos de 1980, possuindo existências dessas até os dias atuais. É importante ressaltar que o Centro de Fortaleza sofreu várias modificações ao longo desse período e a relação com a moradia, seu público também sofreu algumas alterações.

Dona Inês, uma das entrevistadas que morou nas habitações durante o período mencionado, encontro-a durante idas ao Centro e conversas com colegas que lhe indicaram esse tipo de moradia. A entrevistada trabalhava em uma loja comercial.

Sobre a estrutura de sua primeira morada coletiva, falou:

A Dona... Lourdes era espécie de... Era uma casa, na frente da casa ela fazia almoço, ela servia almoço pras pessoas que trabalhavam nos comércios próximo e tinha um

corredor em que ela alugava os cômodos... A casa era grande, geralmente essas casas do Centro são antigas, então todas elas são antigas... então ela era grande, tinha uma frente quadrada, aí tinha a parte que ela servia a refeição, tinha um balcão, tinha uma porta que era fechada, essa porta todo mundo tinha a chave, aí tinha um corredor grande, imenso... Lá na frente, no meio do corredor, tinha uma pia... essa pia era assim... tinha o banheiro e tinha a pia... o banheiro uso das necessidades fisiológicas e a pia fora pra gente lavar o rosto, escovar os dentes, essas coisas... A pia não ficava dentro do banheiro, ficava no corredor e esse corredor era grande e ia até o final da casa, tinha um quintal grande acimentado, onde tinha um tanque que a gente lavava a roupa da gente... O banheiro era fora... Quem chegou ficava na fila esperando o outro tomar banho, pra poder entrar¹⁰⁷.

A casa habitada por Dona Inês se enquadra em uma moradia adaptada para ser uma habitação coletiva e também restaurante. Possuía como cômodos coletivo o banheiro, o corredor, a lavanderia e o quintal. Além disso, Dona Inês também menciona que o quarto que morava era bastante pequeno e devido ao banheiro ser coletivo evitava ir ao mesmo durante a madrugada, pois tinha receio sobre a sua segurança e acabava esperando amanhecer.

A experiência em casas de cômodos vividas por mulheres está repleta de marcadores sociais de gênero, o medo feminino de existir, de estar em um espaço que de alguma forma possa ser violentada. A utilização do banheiro, parte das necessidades fisiológicas do corpo, é negado como forma de tentativa de proteção e aponta que esse ambiente não é seguro, não possui acolhimento, mas limitações de conforto e práticas, ditando aquele local apenas como um dormitório para um corpo cansado do trabalho.

Quando perguntada sobre a ocupação das pessoas da casa, disse que em sua segunda habitação:

Algumas trabalhavam como camelôs vendendo pulseiras, essas coisas, eu já trabalhava em loja, já tinha uma senhora que vendia marmitta, fazia a marmitinha lá no quartinho dela, tinha fogão e entregava, e já tinha outras que não trabalhava, passava o dia lá sentadas...e só mesmo... tinha lá a vida delas, a vida delas lá nos quartos¹⁰⁸.

O quarto, entendido popularmente como o compartimento para dormir, para alguns, se torna além do dormitório, o espaço para o trabalho, para a alimentação, para socialização. Ele é a única possibilidade de um espaço privado, enquanto os ambientes coletivos ganham um caráter de público, sendo necessário ser dividido para caber na rotina dos pequenos metros quadrados sem muita salubridade. Parafraseando Jonh Turner, “morar é um verbo”, se torna vida, principalmente pra quem tem “suas vidas nos quartos”.

A “vida nos quartos” mencionada por Dona Inês mostra um indicativo para a prostituição nesses ambientes, que são dormitórios e locais de trabalho para essas mulheres. A

¹⁰⁷ FERNANDES, Raimunda Marinês Oliveira. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Caucaia, 23 set. 2019.

¹⁰⁸ Ibid

partir dos olhares morais esses lugares eram considerados impróprios, tendo moradores que não serão considerados cidadãos pela sociedade civil.

A história de Dona Inês com o Centro da cidade não surge apenas por suas experiências em habitações coletivas, considero importante para entender os trajetos trilhados saber sua história de vida que não surgiu no espaço central.

Raimunda Marinês ou Inês, como prefere ser chamada, nasceu no Bom Jardim, morou lá durante alguns anos com sua mãe e seu pai, que era alcoólatra. Em decorrência do vício sua mãe resolve separar de seu pai quando ainda tinha 10 anos de idade. As lembranças que Inês têm desse período são regadas de violências e conflitos, o que fez com que ela não nutrisse tantos afetos ao seu pai, que faleceu em 2018 de cirrose¹⁰⁹.

Após a separação, ela, mãe, irmã e irmão mais novo foram morar no Otávio Bonfim, bairro próximo ao Centro de Fortaleza, passou sua adolescência trabalhando com sua mãe e saindo escondida para algumas pequenas festas que ocorriam no bairro¹¹⁰. Considero importante ressaltar que ela nasceu em 1964, o ano que iniciou a Ditadura Militar no Brasil, apesar do contexto de centralização política, autoritarismo e negação de direitos, Inês queria ser livre, liberdade que não encontrava na conjuntura e em seu ambiente familiar. Depois de morar no Otávio Bonfim, mudou-se com a família para o Conjunto Ceará, no final dos anos 70.

Afetivamente não teve muitos amores, descobrindo que amava, mas não da forma esperada por terceiros. Ela, uma mulher negra e lésbica, envolveu-se, através de pressão familiar, com dois homens, o primeiro lhe trouxe um trauma enorme. Seu namorado levou-lhe em um quarto alugado e a obrigou a ter relações sexuais, deste estupro engravidou e foi abandonada grávida com 19 anos. Julgada por sua família, encontrava-se grávida e sem apoio, indo para maternidade sozinha. Sua mãe quando foi visitá-la levou seu filho para casa tendo sido criado pela mesma.

O segundo envolvimento ocorreu quando tinha 21 anos, também através de pressão de terceiros, neste também foi abandonada grávida, não recebendo os cuidados e acolhimento familiar, foi ao hospital sozinha com ajuda de uma vizinha, porém saiu da maternidade sem a criança, pois sua mãe a deu para um casal que lhe acompanhou na visita.

Em decorrência de todos esses traumas, Inês, sem emprego resolveu que ia se distanciar de sua família e foi morar nas ruas do Centro de Fortaleza, segundo ela aquele espaço lhe acolheu, fez amizades nas ruas, sofreu inúmeros perigos durante esse mês, até que foi encontrada por um casal de amigas, que a alimentaram, ofereceram um teto e a ajudaram a

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Ibid.

conseguir emprego. A moradia com as amigas durou alguns meses, até que conseguiu se mudar para habitações coletivas.

No espaço central conheceu outras mulheres que amavam mulheres e sentiu-se confortável para ser quem era. Começou a frequentar boates, barzinhos GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), como eram chamados na época, e se sentir bem consigo mesma. Afastou-se da família e ficou sendo impedida de ver o filho que estava sendo criado por sua avó. Segundo ela, foi no Centro onde ela se entendeu enquanto pessoa, percebeu o que gostava e se sentiu segura.

O ambiente insalubre, dividido entre público e privado, no qual morava com pessoas desconhecidas, abrigou-lhe mais que sua família, trazendo-lhe “brilhos nos olhos” quando lembra de suas experiências em habitações coletivas, falando dessas com um tom de saudade e repetindo várias vezes “ai, era tão bom”¹¹¹.

Acredito que é necessário não romantizar as experiências em habitações coletivas, porém é notório que a história de vida de Dona Inês lhe leva para esses ambientes que apesar das insalubridades, tornam-se mais afetivos que a moradia unifamiliar, no qual estava inserida.

O preconceito a pessoas homossexuais é alarmante. Apenas em 17 de maio de 1990, período posterior a sua ida ao Centro, que a homossexualidade para de ser considerada doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo retirada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)¹¹². Espaços voltados para a antiga população GLS eram considerados transgressores à moral e bons costumes da família.

Em 2019 no Brasil surgiu novamente o debate sobre a possibilidade de enquadrar a homossexualidade como doença, através do “Projeto da Cura Gay”¹¹³ (PDC 234/11), sugerindo à profissionais de psicologia as práticas de reversão de sexualidade. Segundo Pedro Paulo Bicalho, presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2019 à Agência Brasil: “A chamada “cura gay”, também denominada de terapia de reversão ou de conversão à heterossexualidade, são práticas de tortura e, portanto, produzem muitos agravos à saúde, entre eles, a própria construção de ideias suicidas”¹¹⁴. Apesar do projeto ser de 2011 e sendo aprovado

¹¹¹ Ibid

¹¹² WELLE, Deutsche. Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças. *In: Carta Capital*. 17 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/>. Acesso em: 21 abr.2024.

¹¹³ JUSBASIL. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/entenda-o-projeto-da-cura-gay/376191509>. Acesso em: 25 ago. 2022.

¹¹⁴ AGÊNCIA BRASIL. **Conselho de Psicologia critica prática de “cura gay” Homossexualidade e bissexualidade não são doença nem desvio**. São Paulo, 22 out,2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-10/conselho-de-psicologia-critica-pratica-de-cura-gay>. Acesso em: 21 abr. 2024.

apenas em 2013 e arquivado em seguida, em 2019 há o pedido para a volta do projeto de lei pelo setor mais conservador do país.

Esse assunto fez ressurgir nas mídias a carta de Sigmund Freud (1935) em resposta a uma mãe que o pedia para que "curasse" seu filho homossexual:

A homossexualidade não pode ser considerada uma doença. Nós a consideramos como uma variante da função sexual. Se ele se sentisse infeliz por causa de milhares de conflitos e inibições em relação à sua vida social, a psicanálise poderia lhe proporcionar tranquilidade, paz psíquica e plena eficiência.

Grandes homens da antiguidade e da atualidade foram homossexuais, e entre eles algumas das figuras mais proeminentes da história, como Platão, Michelangelo, Leonardo da Vinci etc...

É uma grande injustiça e crueldade perseguir a homossexualidade como se fosse um crime¹¹⁵.

A resposta de Freud que foi reafirmada pelo Conselho Federal de Psicologia apenas em 1999, nove anos após de não ser considerada doença, reforça a importância e necessidade da compreensão acerca da pluralidade afetiva entre as pessoas e como o preconceito sofrido podem influenciar diretamente os trajetos traçados na vida. Dona Inês se sentiu acolhida no Centro de Fortaleza apesar da precariedade que estava inserida, não sabemos como seria sua vida se tivesse sido apoiada por sua família, se não tivesse sofrido pressão para se relacionar com homens.

O carinho criado pelo espaço central reflete as vivências construídas por ela e seus grupos de amigos naquele local, os afetos pelos lugares de memória podem ser construídos coletivamente, gerando uma identidade com o local. Após o Centro, morou no Montese e depois no Conjunto Marechal Rondon, onde mora até os dias atuais.

3.3.2 Pousada Imperador

Além de Inês, também tive a honra de entrevistar, sr. Xavier, um homem negro de 69 anos, natural de Meruoca, viúvo e pai de uma criança que não mora com ele. Xavier mora em habitações coletivas desde dos anos 80. Atualmente é locatário intermediário em uma moradia multifamiliar localizada na Avenida Imperador, sobre a estrutura do primeiro imóvel coletivo:

Por vão... Era uma pousada igual aqui. Quartos esse mesmo, Era kitnet, né? kitnet, né? A gente chama, né? Daqui é a pousada e kitnet, né? Era as coisas mais mais

¹¹⁵ EL PAÍS. **Freud contra o crime da cura Gay**: não se deve só ajudar homossexuais a “se aceitarem”, mas a superar as sequelas deixadas pela homofobia. 21 set. 2017. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/21/opinion/1506025854_128074.html. Acesso em: 18 mar. 2023.

simples, né? Era pequeno. Mas como era solteiro, os quartos eram que tamanho mais ou menos, não tinha banheiro. Tinha um banheiro coletivo. É assim para todos¹¹⁶.

Esse imóvel na Rua Princesa Isabel, segundo Xavier ajudava em seu trabalho de vendedor de sucos, chegando a trabalhar na própria habitação que morava com a dona do imóvel. As vendas dos sucos eram feitas na frente da propriedade que funcionava com uma lanchonete. O banheiro era coletivo e sua utilização era por ordem de chegada, porém, segundo ele, isso não era um problema e não havia aglomeração para seu uso, pois os moradores passavam o dia no trabalho. Diferente de Dona Inês, sr. Xavier não tinha medo ou incomodo de utilizá-lo.

A relação do público e privado em uma casa de cômodos é diferente da relação de público e privado de residência unifamiliar. Nessa a casa toda é um ambiente privado e tem como referência sentimental social um lugar acolhedor, protegido e seguro, apesar de nem todas serem assim. Tendo como mistura do público e privado a calçada, extensão da casa e encontro da rua. Diferente das casas de cômodos que somente o seu cômodo é privado, porém sua intimidade talvez não seja. A casa de cômodos pode ser entendida como a extensão da rua, no qual os espaços coletivos podem trazer a insegurança e incerteza da cidade, um valor semelhante com o da calçada. O que dialoga com o pensamento de Norberg-Schulz:

A casa realmente nos leva a um interior e representa a necessidade de estar situados. Mas também existem casas com um caráter público. Isto significa que persistem nelas parte do nível urbano, o que o reino público é reconhecido como uma extensão do mundo privado, de maneira em que o homem pode dizer que 'reside' nos edifícios públicos como na sua própria casa. Em outras palavras o conceito de lugar pode ter uma margem de variação. (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 38)

Um mesmo espaço sendo dividido por pessoas que possuem suas singularidades e subjetividades pode resultar em algum momento em conflito, desentendimento entre seus moradores. Como mostra sr. Xavier com suas experiências no final dos anos 80:

Quando eu entrei tinha um casal, aliás, três casais brigando direto, aquelas confusões, aí teve um... teve casal que era meu vizinho e era briga direto, ele (Evaldo) aqui bebia não tinha moral de nada, bebia, então era briga direto, o caba dava nele aqui, quebrava cabo de vassoura na cabeça dele aqui e ele não fazia nada, bebo, drogado, não sei... aí nesse período foi o tempo que entrei... Aí eles brigando, ele se meteu e leu um cabo de vassoura na cabeça, ele ligou pro homem e veio a viatura e ele (inquilino) passou 2 dias preso.¹¹⁷

A habitação mencionada acima é a segunda habitação e a que Sr. Xavier vive até os dias atuais. Antes de ser locatário intermediário era morador e presenciava várias intrigas e

¹¹⁶ SILVA, Antônio Xavier da. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 10 fev. 2022.

¹¹⁷ SILVA, Antônio Xavier da. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 10 fev. 2022.

descontamentos no espaço. Inicialmente a casa era cuidada por Evaldo, mas Xavier disse que esse tinha problemas com álcool e não conseguia colocar a casa nos “eixos”. Menciona que encontrou essa habitação através da indicação de um amigo que disse: “Xavier, vem morar onde eu moro, é um coronel, lá tem bagunça não”, porém o cotidiano era diferente do que foi falado por seu amigo. É possível perceber em sua fala que a propriedade do imóvel pertencer a um coronel traz uma sensação de conforto e segurança, mas é diminuída quando analisamos suas falas. Quando perguntado sobre Evaldo (locatário intermediário que o antecedeu) disse:

Quando eu cheguei aqui era um negócio da Cracolândia, quem mandava aqui era os bebos e os papudinhos, o povo que usava droga e gostava de passar a mão no que é dos outros, nesse período passei de 3 a 4 anos como morador, né? Só que eu não tinha esse negócio de entrando e saindo, mas era cheiro de papudinho bebendo aí¹¹⁸.

Quando perguntado sobre Evaldo, sr. Xavier fala do espaço e de sua desorganização, culpando Evaldo pela casa ser um local considerado por ele inapropriado para moradia e perigoso, inóspito, mas que ele morou por aproximadamente 4 anos. Mas como a casa de um coronel se torna esse espaço e por qual motivo sr. Xavier é contrário a administração de Evaldo. Segundo Xavier, ele não teve nenhum desentendimento e briga com as pessoas desses lugares, mas que esses tinham em suas rotinas várias brigas com teor de criminalidade:

Confusão tinha, era roubo, aqui no quarto ninguém tinha sossego, lá em cima tem os quartos as coisas, aí o povo ia beber e ia lá pra cima e pegava as coisas de lá. Aí o povo chegava... Evaldo, cadê as coisas lá de cima? Tá tudo tirado, não tem nada lá, Evaldo, o que você fez com o consumo? Aí ele: Não, eu não mexi não... O Evaldo era quem tomava conta, bebo, fumado, já tava quase... Ele não podia ficar aqui direto, o dono, porquê ele tava na atividade, ali na delegacia do quinto, ficava lá direto, ligava pro telefone dele e ele não atendia, raramente vinha aqui, aí quando chegava ficava essa arrumação. Parece que ele esperou que ele adoecesse pra ir embora daqui, aí que aconteceu é que antes desse camarada, ele ta até la em cima, o Pedro, entrei com ele, esse é cidadão que nem eu, responsável, tomava de conta de tudo. Ele pelejava pra eu tomar conta daqui e eu trabalhava em uma banda de forró, diferente do Pedro que era escrivão, aí povo falava que era uma micharia... Aí ele colocou essa camarada pra tirar a folga do Pedro... Aí ele veio falar comigo, aí eu: não Cel Souto, não dá não, eu gosto muito do meu trabalho, não dá certo não... Aí o negócio começou a fracassar, as vendas, os shows, isso antes da pandemia... Aí ele me segurou, aí não tinha jeito, aí eu fiquei mesmo. Aí eu aceitei, tô aqui até hoje¹¹⁹.

Apesar da ausência do Coronel Souto, é possível notar que para o entrevistado a culpa daquele espaço não está de acordo com as suas expectativas morais eram de Evaldo e que ele era responsável pelas bebedeiras, furtos, desorganização. Xavier não percebe a negligência do espaço praticada pelo Coronel que não visitava o imóvel, nem atendia as ligações para trazer resoluções de problemas. Souto, em sua visão, é uma pessoa responsável, respeitável, diferente

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ Ibid.

de Evaldo que bebia com os outros inquilinos, responsável pelo declínio da moradia. Xavier se coloca, em sua narrativa, como o salvador, um homem sério, responsável que veio para trazer a mudança para o espaço, a cidadania. Ele assumiu esse cargo de locatário intermediário durante os anos 90, estando nesse até os dias atuais.

Eu já tinha vontade de tomar conta disso daqui, aí depois que eu vi o negócio fracassando, eu esperei o cara me procurar de novo. Aí quando eu fui trabalhar deixou o recado: 'ei Xavier, o cel quer falar contigo'. 'Aí Souto, o Xavier tá aí', 'Aí Xvier, tem jeito não, vô vai tomar conta disso daqui, eu lhe dou todos os direitos trabalhistas, pago tudo, pode tomar conta disso daí e pronto' Aí falaram: é ele que ta tomando conta disso aqui. Aí pronto, foi saindo um, o outro, o outro... Foi saindo de um em um... Depois que o Evaldo saiu acabou tudo, por que aqui as coisas mudaram e polícia aqui não falta não, chama a polícia, que a polícia bate direto aqui, ordem do dono¹²⁰.

É importante perceber os imaginários que são criados sobre os inquilinos desses locais, em geral, sendo colocados como boêmios, marginais, criminosos, um espaço propício para o crime e desorganização. Lembro quando comecei a pesquisar e realizar as entrevistas desse objeto, muitos moradores e moradoras me desejaram sorte e pediram para que eu tivesse cuidado, pois, segundo eles, nesses locais se encontram de tudo, principalmente a marginalidade: "Eu ia tomar banho e deixava umas pratas aqui, quando voltava tinha pegado. Aí eu ia procurar 'você viu, Xavier?' aí.. 'se viu alguém pegando?' não, não vi. 'então, pronto' tava todo mundo aqui, aí não podia acusar ninguém, aí..."¹²¹.

A habitação cuidada pelo entrevistado possui divisões internas, no qual a parte superior do imóvel tem cinco quartos com banheiro, televisão e frigobar abastecido com alguns petiscos rápidos e bebidas alcoólicas. A parte inferior (térreo) possui 11 quartos, sendo esses 6 com banheiro e 4 sem banheiro. Além da distinção de andar é possível notar uma distinção de tratamento, referente as regras internas:

Não pode bebida, droga, ir pro banheiro sem camisa, ir de toalha, som, animais... digo logo, som cê pode usar até 21:30/22:00, de fechar a televisão aqui, eu dou a geral e o som que tiver aberto aqui tem que fechar. Aqui é pro caba trabalhar e repousar 'você disse que não bebe, mas eu não confio nisso não, porque muita gente vem morar aqui não bebe, diz que é crente e no fim acaba em nada... Aí tô na portaria aqui fecha mais tardar 22:00, aí não sai mais, a não ser que o caba tenha uma emergência ou trabalho e se sai tudo bem, mas se voltar e passar das 23:00 não venha não que não tem, é polícia na hora, você sabe se sair pra curtir e vier bater na porta, eu não quero nem conversa a hora que tiver batendo, eu ligo pro homem e mando a viatura pra cá. E aconteceu isso daí..."¹²²

Enquanto para alguns era proibido o consumo de bebidas alcoólicas, para outros essa já vinha de maneira sugestiva no frigobar, juntamente com alguns salgadinhos, quando

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

questionei sobre a diferença de tratamento e regras o sr. Xavier disse que a parte “de cima” era diferente, pois as pessoas que alugavam eram diferentes, segundo ele a parte superior é a pousada, que é para a cidadania: “ali é diferente, ali é pra cidadania”.

Segundo Carlos Nelson Coutinho:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado¹²³.

O conceito de cidadania é, em geral, associado a participação política, sendo muitas vezes associados a democracia grega na antiguidade, mas na cidade contemporânea como é definida a cidadania? Quem pode ser considerado cidadão e quem não pode receber essa terminologia?

O banheiro coletivo do imóvel, quando visitado estava em situações precárias, como é possível notar na imagem abaixo:

Figura 17 - Banheiro Coletivo – Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal.

Com bastante lodo nas paredes, pia quebrada, sanitário sem tampa e chuveiro também quebrado e porta de madeira danificada, o piso desnivelado e escorregadio, descarga sendo segurada por um cordão. Esse banheiro era utilizado por sr. Xavier e mais quatro quartos que não possuíam banheiros em seus interiores:

¹²³ COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. *Perspectivas*, São Paulo, v.22, p.42, 1999.

Aqui tem um, dois, três, quatro, cinco, seis, que tem banheiro, aí tem o meu, o meu é o 23, 22 não tem banheiro, 19 não tem banheiro, 18 não tem banheiro, 14 não tem banheiro, aí lá em cima tem 5. (...) Lá em cima é mais caro, porque é suíte. 4 tem banheiro e o quarto 2 não tem banheiro¹²⁴.

Os quartos sem banheiro custavam R\$ 70,00 reais semanais, enquanto os com banheiro custavam 80 reais, a diferença de R\$ 10,00 reais de um quarto para o outro faziam toda diferença em relação ao conforto cotidiano, abaixo é possível notar a estrutura do imóvel:

Figura 18 - Quarto com banheiro - Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 19 - Banheiro individual – Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal

¹²⁴ SILVA, Antônio Xavier da. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 10 fev. 2022.

Figura 20 - Banheiro individual – Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal.

No quarto uma cama feita de cimento com um colchão antigo, uma mesa pequena e um ventilador. O banheiro foi feito após a construção do mesmo, com a parede construída em cima do piso já existente. Além disso, o banheiro não possui porta e chuveiro, tendo também a descarga quebrada. Apesar dos problemas esse quarto é considerado confortável e grande em dimensões espaciais por sr. Xavier. O quarto apresentado na imagem acima estava desocupado assim como mais três “quartos comuns” da habitação.

Xavier tenta manter um controle sobre quem vai alugar os quartos. Segundo ele:

Quando vejo o caba é mal encarado, mal visto, meio mal-amanhado. ‘meu amigo, tá tudo cheio, tá tudo cheio, porque eu vejo como é o camarada... Se você um cara decente, bem parecido... Meu amigo é esse o preço, tem quarto, o preço é tanto, você vai pagar o aluguel, porque você paga o quarto no vencimento, um ou dois dias você vai embora, cadê seu documento? Aqui é coronel Souto, ele não aceita ninguém aqui sem documento e bebida, droga, não existe aqui. Se você me enganar vai embora¹²⁵.

A desconfiança e controle é presente nas regras do imóvel. Fico me questionando sobre quem seria a pessoa “mal encarada”, como é feita essa seleção estética e como isso se relaciona com o ser ou não cidadão. Assim como as chamadas classes perigosas dos cortiços nos períodos imperiais, gerando uma marginalização de grupos inseridos em habitações multifamiliares.

Em uma estrutura capitalista em que as pessoas recebem valorização a partir de seu poder aquisitiva. A busca pela habitação coletiva ressalta a falta de propriedade e faz com que estes sejam marginalizados pela falta de capital social, ressaltando a inclusão ou diferença de tratamento a partir de um ideal classicista e discriminatório.

Quando subimos para visitar a pousada, a escada demonstrava marcas do tempo, um concreto que já havia sido pintado algumas vezes. Ao sair da escada existia um pequeno hall com uma mesinha de centro bege um pouco desgastada e empoeirada, com algumas revistas

¹²⁵ Ibid.

antigas. Ao lado direito duas portas para o acesso de dois quartos. A esquerda um corredor e mais algumas portas. Era notório que aquele local não recebia manutenção, apenas algo superficial como uma pintura.

Figura 21 - Hall da escada – Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal

A fotografia acima foi tirada no dia da visita à pousada. Xavier tinha orgulho desse espaço, falava que as revistas eram para leitura dos hóspedes, mas essas aparentavam não ser lidas há bastante tempo. A plantinha artificial, que tinha a intenção de aconchego para o espaço aumentava a notoriedade do abandono.

A pousada, segundo Xavier foi muito utilizada no período que o local era valorizado, visitado, possuindo ainda o mesmo mobiliário e ainda estando em sua fala um louvor do período, o que denota uma nostalgia do passado.

Quando entrei no quarto notei que era menor que os que ficavam na parte de baixo do imóvel, porém possuíam mais conforto.

Figura 22 - Quarto da pousada – Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal.

Ao entrar era possível ver um frigobar, um ventilador e a cama de concreto. Ao lado direito uma mesa com alguns salgadinhos e uma tabela de preços. Atrás da mesa encontrava-se um banheiro modesto com chão de cimento queimado pintado na cor vermelha. Em cima da cama toalha, lençol, controle de televisão e alguns preservativos. No momento da visita estavam hospedados na pousada um casal e dois homens, em um total de 3 quartos alugados. Segundo o locatário intermediário o público era de cidadãos que vinham resolver alguma coisa na cidade, que estavam de passagem.

Questionei-o sobre visitas de outras pessoas às locações, e ele deixou pontuado que nos quartos abaixo eram proibidas visitas íntimas, que isso só “dava confusão”, mas não mostrou nenhuma indignação com casal que alugavam o quarto por apenas um dia, possuindo no interior do quarto até preservativos para uma relação sexual com segurança.

Olhei os salgadinhos colocados a mesa e alguns estavam fora do prazo de validade, porém resolvi não o questionar isso. Ao lado uma tabela de preços, como podemos notar nas imagens abaixo:

Figura 23 - Mesa e cardápio quarto pousada – Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal.

As anotações no cardápio eram feitas à mão, indicando ao lado do produto as quantidades existentes. Um ambiente simples sem nenhum requinte. Os produtos adicionais, como, por exemplo a cerveja da marca Brahma, estavam escritos a caneta.

Figura 24 - Cardápio quarto localizado na pousada – Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 25 - Frigobar, quarto localizado na pousada – Pousada Imperador, 2022



Fonte: Acervo Pessoal

Na primeira olhada ao interior do frigobar noto que não passa por uma limpeza do refrigerador há bastante tempo e com bastante gelo. Noto as quantidades de água mineral, refrigerantes e caixinhas de achocolatado. A estrutura do quarto apesar de melhor que os outros, não garantia uma estadia confortável para mais de três dias.

A diferença entre a “cidadania e a não cidadania” era de 30 reais por diária, um valor que pode não ser considerado alto para muitas pessoas, mas que faz total diferença para comprar alimentação e produtos de limpeza. Como os quartos não possuíam fogão, era necessário levá-lo ou comprar toda a alimentação pronta, o que acaba no encarecimento da vivência.

A última visita que fiz a HCPA 1 (Pousada Imperador) havia uma televisão nova, com correntes e presa a um cadeado. Sr. Xavier disse que foi comprada uma nova, pois a antiga havia quebrado e como o portão da pousada ficava sempre aberto tinha receio que a televisão fosse furtada enquanto estivesse no interior da pousada. O que se entende que mesmo com seus cuidados, a pousada não era um lugar seguro.

3.4 CASA 265

A casa de cômodo 265 já era observada por mim há bastante tempo. Localizada em frente a parada de ônibus de linha metropolitana de Caucaia, onde eu pegava ônibus durante a infância, gerava uma curiosidade em mim e em vários outros passantes por sua arquitetura. A

primeira visão era que deveria estar abandonada ou ocupada por pessoas em situação de rua. Depois de um tempo comecei a pensar que estavam morando nela as pessoas que trabalhavam no comércio, já que entravam com frequência na habitação.

Em uma quarta-feira sai de casa motivada a conhecê-la, mesmo sem nenhum contato. Então resolvi que iria bater na porta e apresentar-me, tentar um primeiro contato, conhecer a habitação. Chegando lá vejo um funcionário de uma empresa de transporte coletivo saindo do imóvel e vou conversar com ele perguntando informações sobre a casa. Esse me apresenta a Fernando, locatário intermediário do imóvel.

Ao entrar me chamou a atenção as marcas de reformas e construções do espaço. É possível notar que cômodos foram derrubados/desfeitos aos longos dos anos a partir dos diferentes propósitos de usos e ocupações.

Figura 26 - Entrada da habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal

A entrada tem um portão de ferro em linhas retas, no qual é possível ver um pouco de seu interior. Ao lado direito um pequeno muro que divide um espaço vazio que guarda uma bicicleta e uma churrasqueira inutilizada, parecendo algo relativamente recente. A esquerda do meio muro verde de entrada há uma rampa e um piso antiderrapante, mostrando uma possível preocupação com o acesso ao imóvel. Próximo à rampa e à meia parede, que também é utilizada como assento havia uma grande porta de madeira com um cadeado. Fernando me informou que esse era o primeiro quarto do imóvel.

As portas dos quartos eram altas, feitas com uma madeira grossa, divididas em duas partes, tendo sua fechadura centralizada no meio, todas com cadeado do próprio locador. No

primeiro quarto morava um senhor de proximidade 70 anos, reservado, pouco comunicativo e impaciente. Tentei conversar, mas se negou.

Entrando mais um pouco, um cômodo semelhante a uma sala de jantar e mais algumas portas a esquerda. Nessa sala de jantar havia uma mesa de madeira de 6 lugares, uma pia de louça e uma cama encostada na parede.

Figura 27 - Sala de Jantar da Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

O piso com cerâmicas pequenas e decoradas com marcas de paredes que foram retiradas. Perguntei ao Fernando se sabia das reformas que a casa havia passado. Falou que não, mas mostrou as marcas e disse que provavelmente os quartos à esquerda eram um outro cômodo maior que iria até a marca do chão o que demonstra que foi adaptada para esse novo uso. Além disto uma geladeira antiga e um colchão encostado em uma parede, que segundo ele era os móveis que foram trocados.

Figura 28 - Sala de estar da Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 29 - Armário presente na sala de estar da Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal

Após a sala de jantar, existia uma sala de estar com um sofá e alguns bancos estofados. Atrás do sofá uma marca de instalação de água e de cimento na parede em linha reta próximo à altura do peito, como uma marca de uma pia de jantar retirada. Fernando mencionou que pelas marcas e canos da instalação também desconfiava que ali anteriormente se tratava de uma cozinha. As marcas no chão, de uma possível parede retirada, continuavam. Próximo a porta de um dos quartos existia dois móveis na parede, que inicialmente acreditava ser uma instalação elétrica, mas abrindo percebo que são dois pequenos armários inutilizados, mas que um dia já fizeram sentido para aquele ambiente.

A linha reta do chão ia até o próximo cômodo, a cozinha, onde havia uma pia para lavar louça e uma geladeira com água e suco. Era possível notar que havia uma preocupação com o uso da geladeira para guardar alimentação ou bebida. Segundo Fernando para utilizar a geladeira cada inquilino tinha que colocar o alimento ou a bebida dentro de um saco para identificar que esta tinha dono/dona, já que tinha existido brigas pelo consumo de produtos alheios. Porém, as maiores confusões não foram por consumo de alimento, mas de bebidas alcoólicas, o que levou a regra de não permitir a utilização da geladeira para conservação de bebidas alcoólicas, como podemos ver nas imagens abaixo.

Figura 30 - Geladeira Coletiva da Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 31 - Cozinha coletiva da Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

O piso da cozinha era diferente da sala de jantar e sala de estar, o que demonstrava que talvez tenham sido colocados em momentos ou com propostas diferentes. A casa 265 era uma casa corredor, no qual através desse podemos andar toda extensão do imóvel. Outro aspecto interessante da habitação é que o corredor após a cozinha não tinha mais o piso de cerâmica, mas de cimento queimado. As casas no século passado no Centro de Fortaleza possuíam uma grande extensão, finalizando com quintal de grande dimensão, o que leva a crer que inicialmente esta casa iria até a atual cozinha e o restante fazia parte de seu quintal, sendo modificado a posteriori, além do piso, outro aspecto que nos leva a essa teoria é o teto e falas de Fernando.

Figura 32 - Teto da sala de estar da Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 33 - Teto do corredor da Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Segundo ele:

É, Ela não tem esse tempo todo não, a frente dela é antigo, muito tempo a frente, mas ela foi toda tipo reconstruída de novo, né? Como a que tem lá já foi feito, as telha aqui são antigo, né? que foram colocado e tal. Tem essa... uma base aí de 60 anos mais ou menos aqui, né? As estrutura, mas as paredes em pé tem mais tempo, né? São... Aqui foi só... foi tipo assim, foi reformado um lado e feito do outro, né? Por exemplo, esse quarto aqui era... era 2, aí ela partiu, ficou um aqui e outra ali. E é o alvenária, né? Então, como a gente tá vendo que já houve uma reforma, né? Já? Fazia muito tempo, né? É, não é muito velha. Mesmo assim a gente dizer, olha, está até em risco, não está, está intacto, tá, ó, você está vendo, ó, né? A frente é antigo, nunca mexeram na frente, né? Você viu lá é a fachada, mas de lá para cá, já foram feito parede, já foram feito. Como você está vendo, ó, que aqui é recente, ó, a gente vê, ó que é recente¹²⁶.

O teto até a cozinha utilizava madeira de carnaúba, possuindo marcas do tempo visíveis nos troncos e nas telhas. O restante da habitação tinha um telhado improvisado com tapumes tampando suas imperfeições. Fernando em sua narrativa sempre tentava reforçar que a casa estava em perfeitas condições para moradia, sempre ressaltando que as reformas puderam trazer possíveis melhorias e que apesar da casa não ter tido uma construção recente, ele julgava que a mesma não era antiga, mas não sabia exatamente quanto tempo estava “de pé”, trazendo uma estimativa de 60 anos de sua construção.

Em toda conversa/entrevista era notório o carinho que possuía pelo imóvel, falava com orgulho e motivação do cuidado com o espaço, moradores, reformas e o clima harmonioso no interior do imóvel. Os afetos criados pelo espaço veem através da identificação e identidade criada através de experiências anteriores e memórias em cada parede da habitação.

Após o corredor havia o quintal onde existia uma lavanderia, um banheiro coletivo e uma estante de madeira e cimento na parede. Além disso, havia também uma porta que dava acesso a outro quarto. O imóvel tinha 8 quartos distribuídos ao longo do corredor, estando o último localizado no quintal.

¹²⁶ SOUZA, Fernando. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

Figura 34 - Banheiro coletivo da Habitação Coletiva em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

O banheiro coletivo não apresentava nenhum conforto. Era pequeno, não possuía descarga e o chuveiro ficava próximo à porta. Fernando informa que apenas 3 inquilinos utilizavam esse banheiro já que o restante dos quartos possuía banheiros. A falta de higiene em um banheiro ou o seu compartilhamento pode gerar ou propagar doenças ou infecções, principalmente em ambientes que não recebem manutenções ou fiscalizações acerca de suas estruturas.

Qual a importância de uma estrutura para o bem estar da morada? Apesar de muitos quartos serem utilizados apenas como dormitórios temporários, o ideal de lar/casa passa uma concepção de acolhimento, bem estar e salubridade, o que em geral, não é encontrado em uma casa de conforto. A falta de estrutura e manutenção reflete em uma moradia barata, mas muito vantajosa para quem ganha com ela, que não se preocupa com o conforto do imóvel para uma maior obtenção financeira, sem se preocupar com seus inquilinos.

O preço da moradia no centro de Fortaleza é bastante caro, pela questão do abandono que o bairro se encontra. Apesar dos acessos a serviços é visível a falta de preocupação com o local que é resumido a uma área comercial.

3.4.1 Personagens e experiências na habitação

As primeiras visitas que fiz na casa 265 foram durante a semana, intercalando entre manhã e tarde e não pude ver muitos moradores. Apenas conheci dois idosos que andavam pela casa e pessoas que trabalhavam como vendedores de água e suco que entravam na habitação

pra utilizar um cômodo para guardar e pegar materiais para venda. Ao todo foram entrevistados quatro pessoas que moraram ou moram na casa de cômodos como locatário intermediário (Fernando), a locatária intermediária que lhe antecedeu (Cilene) e dois inquilinos (Carlos Alberto e Erivelton).

Fernando mencionou que a maioria dos inquilinos eram pessoas “de idade” ou que trabalhavam no centro ou com alguma proximidade com o local. Disse também que a casa era sempre tranquila, até nos finais de semana, em que tinha uma concentração maior de pessoas.

Quando perguntado quando começou a morar nessa habitação disse:

Morava também de aluguel aqui na Senador Alencar, né? Comecei a morar lá logo pouco tempo e lá recebi o convite e vim morar aqui, né? Principalmente tomar conta da casa, né? Então eu recebi o convite... tudo bem, então, quando eu vim morar aqui. É, falei com a dona proprietária que é a dona Fátima, e aí ela disse, bom, como é que vamos fazer? Eu digo, bom, é o seguinte, eu venho, eu vou morar aqui, vou tomar conta da casa e o que eu vou fazer aqui? Limpeza e alugar os quartos e outras coisas mais, não é? Fico por conta do aluguel, então nós fizemos uma troca, né? Eu faço o meu serviço pelo meu serviço. E pago com aluguel, né? Não moro de graça, né?¹²⁷

Desde 2017 Fernando toma conta do espaço em troca do não pagamento do aluguel. Responsável pela limpeza, fiscalização e cuidados com a manutenção. Questionei se Dona Fátima enviava algum valor para auxílio na alimentação e afirmou que não, que sua alimentação é comprada com o dinheiro que ganha vendendo água e suco nas ruas do Centro de Fortaleza. Um trabalho de dedicação total não remunerado em troca de uma moradia precária com aluguel mensal de R\$500,00 ou 30 reais a diária¹²⁸.

O trabalho que Fernando realiza é desproporcional ao retorno que recebe, pois tem dedicação total com o trabalho de locatário intermediário, o que resulta na diminuição do tempo em seu trabalho informal de venda ou lazer. Os períodos que Fernando trabalha fora da casa ou para resolver alguma pendência são quando não há nenhuma urgência no interior da habitação. Apesar disso afirmou que já houve momentos que saiu para realizar um pagamento e quando retornou estava havendo uma desavença entre dois moradores/vizinhos de quartos. Em um dos casos, foi chamada polícia militar para resolver a situação.

Essas coisas foi um cara que morou naquele quarto ali. Ele era acostumado a beber. A dona gostar de tomar só bebida boa... ele bebe, foi na geladeira, lá, ele tomou tudinho. Quando Ela Foi procurar, cadê a bebida dela? Ai foi uma confusão. Eu não estava aqui no momento, né? Mas quando eu cheguei, eu... eu contornei, né? A confusão estava... confusão... eu disse: “bom, é o seguinte, você vai trabalhar e vai pagar a bebida dela, entendeu? Você bebeu, você errou, né? E ela errou mais ainda porque ela não era para ela ter chamado a polícia, porque isso é caso de resolver. No diálogo, né?” Quando a polícia chegou, falou: “rapaz, tão simples pra se resolver,

¹²⁷ SOUZA, Fernando. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

¹²⁸ Ibid.

outras coisas pra nós resolver, pra vocês chamar a gente pra resolver negócio de cachaça. Quem bebeu? Ele paga”. Ele sempre bebeu, ele paga pronto. Então isso foi resolvido, “aí de pronto você vai trabalhar, aí você paga” tanto que ele já foi embora também era um senhor bem alto e ela era uma mulher sozinha que morava ali num quarto, ela trabalhava, trabalhava nesses de vender bombom, mas ela tinha as coisinhas dela, né, assim bebida dentro era dela, ela bebia na dela, lá também nunca fez bagunça, era só no quarto dela, mas houve esse desentendimento, mas foi tudo, né? Foi tudo consertado.¹²⁹

Após esse desentendimento foi proibido guardar bebidas alcoólicas na geladeira, para evitar possíveis confusões. Fernando menciona que não é contrário ao consumo de bebidas, mas tem que ser feito de forma individual dentro do quarto, espaço privado da habitação.

O chamar a polícia acabou transformando o caso de um espaço privado em um problema de estado, resolvido através de força militar, o que pode resultar no aumento da marginalização desses lugares, como ocorria com frequência no século XIX. A cultura da resolução através da polícia militar demonstrava uma certa fragilidade das posturas sociais/de conduta tão defendida em uma sociedade burguesa.

Além do conflito mencionado, Fernando chamou atenção para outro:

Tinha um cara que morou aqui, ele vendia churrasco e o cara da prefeitura morava nesse quarto. O que aconteceu? O carrinho dele aqui foi preso, por ele não, pela prefeitura... Ele era que ia lá e ajeitava, ele aqui pegou e deu R\$ 100,00 a ele, pra ele tirar o carrinho dele, ele disse, OK. Não tô sabendo de nada... Depois é que eu fui sabendo, né? Então isso que aconteceu, ele embromando hoje, amanhã, hoje e amanhã hoje, amanhã, hoje, amanhã e o homem dizendo: “Ah, eu quero trabalhar meu carrinho, te dei R\$100,00 aí quer dizer que eu vou perder meu dinheiro e meu carrinho?” Quando a mulher desse rapaz segurando ele e gritando e chamando pelo meu nome... eu tô lá no quarto, isso de noite, aí eu falo, o que é que tá acontecendo? Quando eu cheguei aqui, ele querendo arrombar a porta pra dar no cara lá dentro por causa dos R\$100,00, aí eu peguei e falei, né, “a gente vai fazer o seguinte. Vocês não vão a partir briga de ninguém não... Vocês são bem grandim, você está bebido, vamos resolver isso numa boa, que de agressão não vai adiantar de nada. Vamos resolver aqui numa boa que é melhor”, aí não vai não, “manda ele me dar meus 100, rapaz. É o seguinte, arruma... e devolva o dinheiro dele para acabar com isso aí que aconteceu. Ele não tinha o dinheiro do rapaz... “é o seguinte, se você não tem um dinheiro, é melhor você cair fora, porque vai dar uma briga maior”.¹³⁰

Os conflitos em habitações coletivas são recorrentes em narrativas de seus moradores ou de seus locatários intermediários que também são moradores. A relação de poder dentro do espaço coloca a eles a obrigação de solucionar e diminuir os conflitos, a responsabilidade total do imóvel e de quem os ocupa, tendo autoridade sobre os outros moradores e moradoras.

¹²⁹ SOUZA, Fernando. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

¹³⁰ Ibid.

As desavenças expostas por Fernando não são as únicas, segundo Cilene, a casa sempre foi repleta de conflitos e que esses ocorriam por não haver uma seleção acerca dos moradores que iriam dormir na habitação:

A regra tem de quem está cuidando, porque por ela entra qualquer pessoa, todo tipo que pode ser cheira pó, pode ser ladrão, pode ser quem for, ela não está nem aí. Ela quer saber se ela vê o dinheiro, entendeu? Eu digo para o Fernando, você não alugue assim, você está pondo na sua vida em risco. [...], teve uma época que eu só não levei uma furada, porque meu amor, meu Deus, não permitiu. Eu separei muita confusão lá dentro. Muito. Tinha gente que briga por pedra. Tinha gente que brigava por dinheiro que emprestou para um outro, outro não pagou e ali eu me metia. Era um risco, era um risco de tomar conta de casa... de quando se não... eu tenho vida própria, você não mora de graça porque você está se expondo, está se desempenhando ali, você dá o seu melhor, Fernando não tem vida própria.¹³¹

As falas são contrárias às de Fernando, que demonstra carinho e admiração à dona da casa, enquanto Cilene demonstra raiva e indignação. Dona Fátima é descrita por ele como uma mulher humana, empática, social, preocupada com o bem estar alheio, enquanto para ela, Fátima é interessada apenas em dinheiro, na remuneração que possui com o aluguel dos quartos, sendo para ela apenas uma atividade lucrativa.

A estigmatização do espaço e a diferença de público entre o período cuidado de Cilene e Fernando também é notório em sua fala. Enquanto ele afirma que os moradores são trabalhadores e idosos, ela afirma que era obrigada a alugar os quartos para pessoas conflituosas, por vezes, envolvidas em criminalidades. O que gerava risco à sua vida e a vida de outros moradores do recinto. Além do já foi mencionado, chamou-me atenção a fala sobre o colchão no chão da sala de jantar, que está presente na fotografia no início do capítulo, Fernando afirmou que estava lá provisoriamente, pois fora retirado do quarto por um inquilino o que vai de encontro com a fala de Cilene que afirma que era utilizado para alugueis de emergência, onde inquilinos dormiam nesse espaço sem ter privacidade.

Segundo Piccini, o conceito de habitações coletiva é uma moradia, onde há cômodos coletivos e privados¹³², o que enquadra a habitação 265. Mas durante as visitas e conversas com Fernando, notei que os espaços de uso coletivo da casa não são utilizados por seus moradores. A socialização entre os moradores não é proibida, alguns até conversam, porém apesar de não estar escrito em nenhum cartaz o código social da casa, para evitar conflitos é se recolher em seus quartos, em seu espaço.

É aqui, não é muito usado (apontou para sala de jantar). Porque todo mundo gosta de seu quartinho, né? Aqui é só tipo enfeite da casa pra, né? Mas um dia, por exemplo,

¹³¹ SOUZA, Maria Cilene. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

¹³² PICCINI, Andrea. Contexto Urbano. In: SANTOS, André Luiz Teixeira dos. et al. (Org.). **Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço**. São Paulo: FAUUSP, 2002.

uma pessoa tem uma família aí que um dia vir é... “Seu Fernando, minha família quer passar um sábado aqui. A gente pode ficar?” “Com certeza”, aí vai lá, dá uma limpeza... limpa... Aí eu ia tipo assim, né, um eventozinho né? Da família, né, querendo, né? Não pra morar, mas sim um sábado, um domingo aí, “seu Fernando, vem minha tia, vem meu... meu irmão, vem meu sobrinho, queria passar um sábado, a gente pode comer aqui?” “pô, com certeza, mas é... é assim... o pessoal gosta mesmo dos seus quarto, né? Almoça merenda e tal nos seus quartos. (...) geralmente as pessoas gostam de lavar roupa dentro do seu quarto, estenderam lá, né? E tal, tem lá... Tem lá as cordas lá pra botar as roupas, né? Mas assim é, é ali e colar. Eles gostam de lavar e botar lá, mas é muito difícil ali acolá, eles lava... eles mesmos lavam, estende no quarto, bota, né, pra secar maioria deles gosta de lavar e botar no quarto mesmo, né? E deles... tem deles que lava e bota lá no lá no quintal.¹³³

Fernando menciona a utilização dos cômodos coletivos apenas em momentos especiais, como uma ritualística antecedida de um pedido de autorização, sendo esses cômodos decorativos. O aluguel dos quartos não dá autonomia ao inquilino sobre o todo da casa, apenas sobre seus quartos, o que talvez diminuía a utilização dos espaços coletivos ou esta seja causada pela falta de identificação ou pertencimento com a casa, fazendo com que seus moradores temporários não criem um elo com o coletivo.

A habitação coletiva não é a casa unifamiliar, que realiza momentos em conjunto, como cozinhar, alimentar-se à mesa ou assistir televisão na sala. Existe nela um padrão individual que pode negar as sociabilidades existentes no meio. Morar em uma unidade multifamiliar é também estar em um espaço com desconhecidos que não sabemos nomes, de onde vieram e quais seus valores. É dividir o local com o novo podendo gerar desconfortos e desconfianças.

A privacidade e intimidade nos espaços privados também são reguladas pelo locatário intermediário, desde a altura dos sons, a entrada e saída dos quartos e visitas íntimas na locação, caso isso ocorresse, o inquilino era chamado para a conversa, podendo ser expulso do imóvel.

Ao longo das visitas à casa 265, notei a ausência de crianças e apenas 2 moradoras. Questionei sobre essa ausência, se existia alguma proibição ou se já tinham morado casais com filho e como tinha sido a experiência:

Não, já morou, mas não dá certo. Não dá porque é... não é não é assim, não é nem pela criança, não é porque já teve, já quem alugou foi até a dona Fátima, que alugou para um casal, 2 meninos... e o menino pulava isso aqui, menino batia nas porta, o menino corria para acolá, menino futricava. Eu não dizia nada, não sabe? Mas quando a dona Fátima veio... o menino rasgar o coisa da cadeira... diz: “Ah, não dá certo, não... não... vou pedir o quarto”. Eu digo: “aí é com você”. Por mim pode alugar quem você quiser. Aí ela pediu, aí ela disse: Fernando, só não alugue casal com criança”, eu digo: “quem alugou foi a senhora”.¹³⁴

¹³³ SOUZA, Fernando. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

¹³⁴ Ibid.

A proibição de crianças no espaço se justifica pelo cuidado e preservação do mesmo. Fernando sempre que fala sobre Fátima, a suposta locatária do imóvel demonstra respeito e admiração, chegando a afirmar que ela dava um prazo maior para o pagamento do aluguel, em caso de atraso, ressaltando também que a propriedade não era dela e que quando diminuía os clientes tinha que pagar o aluguel do imóvel com seu dinheiro.

Cilene fala com muita mágoa sobre o período que ficou no imóvel, afirma que foi relação conflituosa como locatária intermediária da casa durante 3 anos. Não era um problema ter filhos e morar nesses locais, mencionando que tinha locatários que eram bastantes gentis, que entendiam a situação, porém afirmou que tinha pessoas que não gostavam de crianças:

Tomei conta do quitinete. Eu morando a dona foi lá, alugou o quarto que eu estava com os 2 meninos menor, alugou a outra pessoa... “você vai para o quarto ali, que não sei o que” botou lá atrás, tipo assim, fica onde eu quero, entendeu? Fiquei indignada com essa pessoa, porém eu fiquei até na minha, deixei tudo no tempo de Deus, né, porque nada é impune. E aquilo ali me irritou, me indignou, peguei e saí de lá, disse que não queria mais... queria mais nada. Não é reconhecido, entendeu? (...) Tinha cisma nos meninos ... ela dizia: “Ah, porque não dá certo morar com o menino... não dá para você morar com o menino aqui”. Não sei o que a senhora sabia que eu tinha filhos, querida. Quem quer a galinha, quer os filhos. Eu não posso deixar meus filhos ficando... pra gente morar aqui, cuidar da tua casa, sinto muito. ¹³⁵

O cuidado com a maternidade e a criação de filhos em um ambiente multifamiliar gera vários conflitos dentro de um espaço que é muitas vezes inapropriado para seu desenvolvimento, já que as mesmas ficam trancadas em um quarto pequeno que não oferece espaço para desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas. Além dessas, há também o perigo da utilização do banheiro coletivo que pode acarretar adoecimento e até óbito na infância que está desenvolvendo seus anticorpos.

É possível notar uma disputa de narrativas de quem é ligado ao espaço e de quem, de alguma forma, foi expulsa dele. Cilene chegou na casa no período em que dona Mocinha, mãe de dona Fátima administrava a casa:

Rapaz aquela casa ali, é antiga, é muito antiga, muito, por isso que é de herdeiros, né? Aí quem toma conta quem alugou ela muitos anos atrás foi uma senhorinha que o nome... eu conheci ela por moça. Muito gente boa. Ela era gente fina, mas diz que era uma casa que entrava e tudo na casa, todo tipo de gente, todo, tipo, tanto de malandragem mesmo. Antigamente é estuprado, é tudo tinha lá, aí a casa é muito conhecida, ninguém é de mexer lá, de bagunçar. Tem o respeito, né? Hoje em dia o pessoal tem muito respeito. Mas é antigamente, quando tinha esses inquilinos...¹³⁶

¹³⁵ SOUZA, Maria Cilene. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

¹³⁶ Ibid.

A simpatia para dona Mocinha é antagônica à filha. O convite para cuidar da casa não veio de dona Fátima. Quando ela assumiu os cuidados do imóvel Cilene já era a locatária intermediária, porém todas suas críticas são direcionadas à dona Fátima.

Fernando não soube me informar quem era o dono ou a dona do imóvel. A pessoa que comunicava a respeito do imóvel, dona Fátima, alugava o empreendimento para poder alugar os quartos e antes dela, sua mãe o fazia. Quando perguntei sobre a manutenção do espaço, disse que era responsável e que ela também fazia a negociação com a Empresa Vitória pelo uso da sala que ficava na frente da habitação. Quando perguntava algo sobre ela ou sobre de quem seria o imóvel, desconversava ou repetia as mesmas informações já mencionadas.

Cilene durante a entrevista reforçou a narrativa de Fernando, porém trouxe outras informações:

A casa lá não são delas, era da dona mocinha, agora é da dona Fátima, é de uma outra pessoa que alugou para a dona mocinha. Eu acho que as meninas morou ali quando era criança ainda. A Fátima, a Vera, entendeu? eu acho. Não sei se elas nasceram ali. Eu acho que elas, moças, desde moças que elas vivem com essa casa, aí o dono parece que o dono mesmo morreu e tem herdeiros aí, não tem? Chegar uma decisão aí, né, para vender? só que uns quer, aí outros não quer... E resumo, não vai vender tão cedo, aquela casa é casa de mais de 100 anos...¹³⁷

Apesar de não saber se as filhas de dona Mocinha cresceram na casa, Cilene deixa em evidência que por seu conhecimento e pelo período que ficou na casa, que a habitação, está com essa família há bastante tempo. Porém, afirma que a mesma não possui propriedade sobre ela, fato que me chamou atenção, já que faz e autoriza reformas no imóvel. Como uma habitação unifamiliar foi adaptada para uma casa de cômodos por alguém que não possui sua pose? Ou será que anteriormente essa já era uma casa de cômodos e foi alugada com a intenção de perpetuação dessa função?

As reformas e manutenções geralmente são mínimas e as de maior dimensão tendem a ter o intuito de aumentar o lucro do locatário, aumentando o número de quartos a partir da diminuição de outros ou construindo em local não apropriado, como no quintal da moradia, como aconteceu na casa 265.

Sobre as manutenções do imóvel Cilene afirmou:

Ela quer fazer, ela está tentando fazer uma reforma, né? Mas tu vê que na reforma dali é mermo que nada, porta velha, velha aquela casa ali, ela já gastou absurdo pra ajeitar aquela parte. Quando chove é um chuveiro. “Ah, tá molhando aqui na sala, vou para a área” é pior, é mesmo que você está do lado de fora, não tem conforto, entendeu? Não tem. Ela dá, mas é uma manutenção. Assim que não tem lógica, ela dá

¹³⁷ Ibid.

manutenção e quando chove, aparece os defeitos de novo, entendeu? Que ela gasta na casa, ela gasta, mas nada¹³⁸.

Os problemas estruturais de uma habitação antiga desde de goteiras até tetos improvisados são visíveis nesta moradia. A manutenção se torna uma possível maquiagem com a intenção de um maior lucro e não confortabilidade. Apesar da precariedade, ela é super rentável, fazendo com que muitas vezes a somatória do lucro dos quartos seja maior do aluguel de um imóvel unifamiliar para a locatária. Fernando afirmou durante a entrevista que uma das irmãs de dona Fátima, possui uma casa de cômodo nas proximidades da praia, mas que está toda mobiliada é voltada para um público diferente da casa 265.

O locatário intermediário tem a obrigação de fiscalizar e aumentar a rentabilidade do imóvel, além de manter os cuidados para que esse não seja degradado pelos inquilinos. Segundo Cilene, quando a casa estava sobre seus cuidados levantava pela manhã e ia checar se todos os inquilinos estavam em seus quartos, pois era comum que saíssem do imóvel durante a madrugada ou bem cedo para não realizar o pagamento. Em seguida fazia os cuidados da limpeza do espaço. Atualmente quem é responsável por esses cuidados é Fernando em troca da utilização do quarto. Durante a entrevista perguntei se poderia visitar seu dormitório e ele permitiu.

O quarto de Fernando era bastante pequeno, cabendo apenas uma cama de solteiro, uma cômoda, em que ele utilizava para guardar roupas e mantimentos, e algumas prateleiras, como podemos ver nas imagens abaixo:

Figura 35 - Quarto de Fernando na Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

¹³⁸ Ibid.

Figura 36 - Quarto do Fernando na Habitação 265 em 2023



Fonte Acervo Pessoal.

Na cômoda é possível notar um espelho, bolachas, pães e bebidas instantâneas. Como não há um espaço adequado para armário, ela acaba ganhando outras utilizações. A cadeira ganha funções do guardar a roupa e/ou mantimentos. É nela que Fernando almoça, ajeita o cabelo, faz a barba. Apesar de ser o locatário intermediário também não utiliza os cômodos coletivos, resumindo toda sua intimidade e cotidiano ao quarto.

Em algumas visitas que fiz à habitação ele estava na sua atividade de lazer, que segundo ele, é ver vídeos de gatinhos na internet e escutar música em sua caixinha de som que se encontra na prateleira acima da cômoda. Além das distrações tecnológicas, há também na casa alguns gatinhos cuidados por ele, no qual é notório o afeto e o cuidado com os animais.

Apesar de Fernando parecer um homem solitário conhece muitas pessoas no Centro de Fortaleza e possui dois filhos que tem contato semanalmente pelo celular. Vive sozinho, entre os cuidados da casa e sua vida pessoal. É o único que possui uma porta para área de serviço que dá acesso ao banheiro privativo presente no quarto.

Figura 37 - Fogão à álcool, quarto de Fernando na Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 38 - Lavanderia, quarto de Fernando na Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

O espaço privativo da lavanderia proporciona um maior conforto e privacidade a Fernando que pode lavar e estender suas roupas sem a preocupação das mesmas desaparecerem por engano ou furtadas por um outro morador. Mas para além da lavanderia, outro elemento chamou muito minha atenção nesse local: o fogão improvisado. A casa não possui fogão, segundo Fernando, pois seria muito complicado ter um fogão coletivo por causa da utilização e gastos com gás. Além de perigoso, pois o inquilino poderia deixar vazando gás ou até mesmo furtar o botijão após sua estadia, como o fluxo em uma habitação coletiva é intenso, a possibilidade e medos de furtos é constante.

O fogão improvisado de Fernando é sua única forma de cozinhar, conhecida popularmente como “cozinhar no álcool” que de forma artesanal cortam uma latinha de refrigerante na parte de baixo, transformando-a em um pequeno recipiente, nele coloca-se algo para ser queimado, como carvão, papel ou madeira. Joga-se álcool por cima e acende-se o fogo. Ele utiliza também tijolos e uma pequena grelha que lhe auxilia na montagem do fogareiro artesanal para esquentar água, ou fazer receitas simples.

Cozinhar no álcool não é algo novo e também foi utilizado por Cilene quando era responsável pelo imóvel:

É corta a latinha de refrigerante, coca, qualquer latinha no meio? Aí bota entre 2 tijolos, uma gradezinha em cima, ou então bota só a panela e pronto. Boa sorte. Eu não aceito, tipo assim, “Ah, tô sem álcool. Vou ligar um daqueles elétricos”. Não pode não, que é maior problema porque da energia que vai aumentar horrores. Ventilador daquele tamanho do Fernando... Entendeu que não pode, quer dizer, ela quer uma pessoa escrava para ela¹³⁹.

A energia é inclusa no valor do aluguel, mas segundo a antiga locatária intermediária, existem regras para a utilização da energia, excluindo o máximo possível a

¹³⁹ SOUZA, Maria Cilene. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

utilização de aparelhos elétricos, como fogão e geladeira para uso privativo. Cilene afirma que moradores eram proibidos de levar suas geladeiras para uso pessoal. Além de Fernando não receber pagamento sobre seu trabalho, esse também é impedido de procurar qualquer tipo de conforto, assim como os outros inquilinos.

O banheiro do quarto de Fernando, era um banheiro pequeno, mas que possuía água, descarga e chuveiro, segundo ele, com o ótimo funcionamento para o seu cotidiano. Ser locatário intermediário lhe trouxe uma série de responsabilidades e como lucro apenas um dormitório e um banheiro funcional não pago no Centro de Fortaleza.

3.4.2 O abandono e a busca por acolhimento

A maioria dos inquilinos da habitação 265 são idosos, que procuram acolhimento em um lugar que sempre associaram a um afeto, uma familiaridade, o Centro de Fortaleza. Conheci três idosos na habitação com idades de 63, 68 e 73 anos, o mais velho. Infelizmente não quis conversar e parecia estar incomodado com a minha presença na casa, já os outros dois foram super receptivos com a pesquisa.

O público da casa, que anteriormente era bem diverso, mudou, tornando-se a partir dos cuidados de Fernando, uma casa calma, respeitosa e com grande número de idosos, que segundo os locatários intermediários (Fernando e Cilene) eram muito acolhidos por dona Fátima. Cilene afirma que apesar dos desentendimentos que teve com a locatária, ela era muito respeitosa e acolhedora com os idosos, que tinha sido, em maior parte, abandonados pela família. Quando perguntado sobre moradores mais velhos e mais antigos, Fernando respondeu:

Rapaz tinha um morador mais antigo, mas ele faleceu já... foi... ele tinha uns 70 ano e mais ele fumava muito, muito, muito, muito mesmo. Aí ele morava vizinho a mim, aí deu um problema nele. Ele saía sozinho, dava pra fazer as coisas dele sozinho. Mas houve um problema do cigarro, né? Fumou muito? Então o diagnóstico do cigarro, fez com que ele não aguentasse mais a viver. Aí quando ele tava sentindo alguma coisa, eu chamei logo a dona Fátima. Dona Fátima veio, chamou uma ambulância, o samu teve que levar e quando levou aí apareceu um bocado de coisa. Pulmão, coração, monte, um Monte de coisa. (...) Rapaz, a família dele até hoje, o tempo que eu moro aqui, nunca procurou por ele, mas ele só... toda vez ele dizia que ia para o interior, mas ele já sabia que não tinha mais contato com a família dele. Ele ia ficar era aqui mesmo. Eu vi, a vida dele era por aqui... foi mesmo. Então ele foi pra lá. Eu pensei até que ele ia voltar, né? mas a dona Fátima já ia botar ele pro lar dos idoso, né? Só que não deu tempo. Daí um médico lá, foi fazer um exame nele e pareceu muitas coisas, né? Que teve que fazer¹⁴⁰.

¹⁴⁰ SOUZA, Fernando. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

O morador mencionado por Fernando tinha seu cotidiano ligado à casa. Era um homem solitário, sem família, vivendo sozinho em uma habitação coletiva, encontrando cuidados familiares em uma moradia dividida com pessoas desconhecidas. A prestação de socorro destinada a ele demonstra uma empatia sobre sua situação de saúde quando o mesmo sentiu um mal-estar.

O abandono de idosos não é algo incomum, sendo muito presente em nossa sociedade que os segrega e descarta quando acham que não possuem uma serventia social, fazendo-o necessária uma lei constitucional para regular e proibir esse abandono:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.¹⁴¹

Apesar da seguridade prevista não existe fiscalização suficiente no âmbito privado, cotidiano das famílias, que faça essas determinações serem cumpridas, fazendo que, muitas vezes, os idosos se sentiam um fardo para a família e queiram se afastar que não o procura ou não dão os cuidados necessários.

A responsabilidade com a vida humana transcende os cuidados diante de enfermidades. O afastamento familiar, a exclusão e a falta de acolhimento podem gerar traumas e perigos à saúde mental de quem os sofre, prática denominada de abandono afetivo. A importância do amor e do cuidado pode impulsionar e abrigar no envelhecer, possibilitando diminuir agravamentos de doenças e transtornos psíquicos.

A maioria dos moradores da casa 265 eram idosos que passavam seus dias nos quartos. Poucos eram vistos segundo Fernando¹⁴², alguns eram e são mais reservados querendo ficar recolhidos em seus cantos sem falar ou até mesmo incomodar ninguém. O medo da relação humana e dos conflitos que existem a partir dela podem gerar o isolamento, a falta de vontade de conhecer ou de socializar com outras pessoas e esse sentimento pode se agravar quando se chega à terceira idade. A vida não esquecida em sua totalidade traz consequências e molda o modo de ser, no qual memórias e vivências formam uma identidade e como se comunicam com quem falam e onde trafegam.

Tive a honra de conversar com dois moradores idosos desta habitação coletiva e a primeira característica que me chamou atenção é que eles apesar de falarem que se sentem

¹⁴¹ JUSBRASIL. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643830/artigo-229-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: jan. 2024.

¹⁴² SOUZA, Fernando [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 27 set. 2023.

confortável nesta habitação, eles reforçam que não estão em casa, mas o que será a casa para eles? Qual local pode ser considerado um lar?

O primeiro entrevistado, sr. Carlos Alberto de 71 anos, nascido no bairro de Itaoca, Fortaleza, mora na habitação coletiva há 3 meses. Afirma que acha o local bom, que se sente bem e que o ambiente é calmo e tranquilo, que sentiu uma boa energia: “a minha defesa é quando eu chego no ambiente, eu sinto a presença espiritual. Se é bom, se é ruim. [...] No batente, que é o caminho, que abriu o portão, daí eu entrei, aí eu senti a carma, o carma, minha defesa, né?”¹⁴³ Ele não procurava uma habitação coletiva, buscava uma moradia no espaço central. Aposentado, foi morar nessa habitação no Centro utilizando o Benefício de Prestação Continuada (BPC), chegando ao imóvel através da indicação de um amigo que conhecia a casa.

Carlos Alberto veio para Fortaleza com sua família durante a adolescência e morou em alguns endereços no Centro de Fortaleza, Cidade 2000 e no município de Aquiraz. Além disso morou no Iraque a trabalho da Construtora Mendes Filho, que recrutava brasileiros para construções internacionais. Mencionou que sofreu perseguições políticas em 1972 pela Ditadura Militar, o que, na época, o fez mudar de trabalho. A história de vida de nosso entrevistado possui um forte elo com o apego e afetos que são criados ao espaço central.

Casado duas vezes, seu grande amor foi a primeira esposa que conheceu na Rua São Paulo, local onde suas memórias o fazem frequentar ou não determinados espaços, como ir à praia: “É, fui muito pra lá, normal, mas agora vou mais não, dá nostalgia danada da primeira mulher, todo negócio relembrar, eu procuro esquecer, tudo que lembra ela, sabe?”¹⁴⁴. Logo em seguida, Carlos Alberto começa a chorar. Sua esposa faleceu em decorrência de um acidente de carro no qual estava presente. Após isso começou a ter problemas com álcool e atualmente se considera alcoólatra. Apesar de afirmar que não gosta de lembrar de sua primeira esposa recorre sempre à ela e as lágrimas demonstraram uma saudade e/ou um sentimento de culpa onde o álcool é utilizado para encobertar.

Além das lágrimas quando recorda de sua primeira esposa, também chora quando fala sobre sua relação com a cidade. Que o período que esteve fora do país foi bastante doloroso: “eu adoro minha Fortaleza... ali, lá nos cafundó do Juda, dá uma vontade de chorar. [...] saudade não mata, mas machuca”¹⁴⁵. A procura pela casa é a busca de memórias vividas, das boas lembranças, anteriores à grande perda de sua esposa.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento:

¹⁴³ PIRES, Carlos Alberto [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 05 nov. 2023.

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Ibid

As sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a ser capturado no passado, ou seja, a própria energia da vida, a enargheia, de que nos fala Carlo Ginzburg. Capturar a enargheia, a força da vida, seria a meta última e refinada daquele interessado em reconfigurar o tempo do passado.¹⁴⁶

A cidade para ele é um signo, uma galeria de imagens, memórias que lembra a esposa, a sua força de vida para morar no Centro de Fortaleza, a cidade no qual viveu tão boas lembranças e direcionaram à pessoa que ele é, formando sua identidade e o lidar com o mundo.

Carlos Alberto mora na casa há apenas 3 meses, mas apenas utiliza seu quarto e o corredor, quando resolve andar pela casa. Em todas as visitas que fiz sempre o via andando e fumando seu cigarro, cumprimentando quem passasse por ele no corredor. Quando perguntei sobre sua alimentação e higiene de suas roupas, respondeu: “Aqui eu compro meu comer, comprei meu almoço, comprei 2 sanduíches de ovos, comprei nesse instante, mercearia que fica aí, da esquina [...] inclusive minha tá toda suja aí, vou mandar lavar agora, a pessoa leva pra casa lava e entrega.¹⁴⁷”. Apesar dos cômodos de uso coletivo, ele não faz uso dos mesmos, não utiliza a lavanderia, nem o banheiro coletivo, pois seu quarto possui banheiro individual, nem a sala de visita e a sala de jantar. Em seu quarto possui uma geladeira para uso pessoal e uma televisão.

Pedi para que ele descrevesse seus dias dentro da habitação:

Acordo, tomo um café, vou pro bar da esquina, tomo uma, quando escolhe o ponteiro, vou pra casa, almoço. Aí durmo até umas hora da tarde, acordo de novo, vou assistir televisão dentro de casa, tirar minha televisão de mim é mesmo que tirar um pedaço. Gosto de assistir tudo, até as propagandas¹⁴⁸.

O seu cotidiano é a utilização de bebida e da televisão, não possuindo nenhuma atividade de lazer pois ainda não fez amizades no local. Ser uma pessoa sozinha não considera um problema:

Tem um fato que me segue muito ultimamente que é a solidão. Não tô preocupado não, é melhor só do que é mal acompanhado, né? Cheguei agora né? Mas estou parando aqui na a cidade, de vez em quando faz amizade. Eu sou muito associável, não sou sociável, sou meio carranco, caba entrou atravessado comigo, já pega o bonde errado, é ligeiro, tem prônde de conversa, não¹⁴⁹.

¹⁴⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2007, p. 13

¹⁴⁷ PIRES, Carlos Alberto [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 05 nov. 2023.

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ Ibid.

Ainda que exista uma afirmação que não há uma preocupação com a solidão, é visível na fala um desejo que ela não existisse e o leva a Praça do Ferreira com a esperança de avistar um rosto conhecido, alguém da sua história, de um passado que não continuou no presente.

Tenho meus amigos, o povo que conheci em 70. Não encontro um. Às vezes eu fico sentado naquela Praça do Ferreira só olhando. Teve um que passou uma vez, mas ele era ex-companheiro de birita lá na cidade 2000, era o Evandro Maquilaro, o nome dele, encontrou comigo, “vamo pro bar tomar uma cerveja?”, ele me falou que não tava bebendo, que teve hepatite, não sei o quê e tal, conversamo lá mei dia, era tomando cerveja e conversando. Só um pronto¹⁵⁰.

A amizade mencionada é do período em que Carlos Alberto era casado com sua primeira esposa e foi morar na Cidade 2000, época que começou a beber com mais intensidade. O convívio com pessoas no bar ou dentro da casa não faz com que não se sinta só. Apesar de estar rodeado de pessoas a sensação de solidão o acompanha. Seu segundo casamento durou apenas 1 ano e 8 meses e desta relação nasceu um filho que tem aproximadamente 38 anos de idade que não ver desde que a criança tinha 5 anos de idade. Não possuía interesse de procurá-lo e mudava de assunto sempre que uma pergunta lhe direcionava a isso. Tem uma irmã que mora no Rio Grande do Sul e uma sobrinha que mora em Fortaleza, a única que possui um pequeno contato.

O abandono e a solidão é presente na vida de muitos idosos. A nossa sociedade é pautada na produção e idosos são associados a um corpo substituível, que não possuem um papel social, sendo constantemente desvalorizados e desclassificados.

O afastamento da família pelo vício no álcool ou pelo isolamento feito pela a separação de seu filho e de sua segunda esposa foi uma escolha de ambos os lados. Casos de abandono de idosos em habitações coletivas é uma prática muito recorrente, fazendo com que a casa 265, possua apenas 3 quartos alugados para pessoas mais jovens. A busca por uma memória esplendorosa ou o sossego em um local/bairro que tem uma identidade pode ter levado Carlos Alberto de volta ao Centro de Fortaleza.

Quando questionei sobre amar novamente, ele disse que conheceu alguém, mas que não se sentia à vontade de levar para casa:

Tem, eu tenho um relacionamento, mas agora quero não, para cá não. [...] ela chegou, pediu uma quentinha, ficou sentada, aí o rapaz do restaurante de canto para ela, perguntou onde era que ela morava, mora aí nesse na casa de acolhimento na Maçonaria pelo lado de lá, pela Tristão Gonçalves. Ela é acolhida, também acolhida, não é do bar. Ela é até bonitinha¹⁵¹.

¹⁵⁰ Ibid.

¹⁵¹ Ibid.

Sentir-se confortável no Centro de Fortaleza na busca de memórias e experiências vividas, não significa busca de novas experiências ou o conforto de vivê-la em uma habitação coletiva. A rotina de Carlos Alberto não é pensada em viver um amor, mas talvez o lembrar.

O quarto de Carlos possui uma cama de solteiro, uma lixeira cheia de bituca de cigarro que se espalham pelo chão e uma geladeira para uso pessoal. A porta do quarto quase sempre aberta quando está deitado ou caminhando pela casa, demonstra confiança na segurança do local.

O segundo morador entrevistado, Erivelton de 63 anos mora na habitação há 4 meses, mas sua história e ligação com o Centro é anterior a isso. Morou a maior parte com sua família adotiva, trabalha desde dos 11 anos de idade para sustentar a família e após a morte de seu pai adotivo saiu de casa. A maior parte de sua vida passou no bairro Jacarecanga.

Erivelton é mecânico, profissão que aprendeu desde sua infância e na qual encontra-se desempregado. Com 19 anos se casou, mas acabou tendo problemas com álcool, o que o fez, através de pressão familiar de seu cunhado, separar-se de sua esposa que não tolerava seu vício. Nesse contexto faliu sua oficina e perdeu sua moradia. O mesmo está há 2 anos dormindo na rua ou nas pousadas sociais para pessoas em situação de rua da Prefeitura de Fortaleza. Atualmente recebe Bolsa Família, auxílio do Governo Federal de caráter provisório. Apesar do pouco tempo morando na casa, afirma que se sente aliviado por estar no local, pois viver na rua é muito perigoso, não sendo possível confiar em ninguém.

A sua força de trabalho desde 1994 ficou cada vez mais desvalorizada, encontrando-se desde dessa data desempregado. O principal fator para isso seria a idade.

A falta de emprego agrava a situação de vulnerabilidade sendo considerado muito novo para se aposentar e muito velho para trabalhar, como mostra no relato abaixo:

[...] nem trabalho mecânico nem nada, por causa da idade que agora eu entrei pra casa de 63, aí não aceita mais trabalhar. Eu fui, foi o curso na Ceará Auto. Lá Aguanambi, passei, por causa da idade, não fiquei... Passei, quando o cara chegou, olhou os documentos, quando olhou, disse "Oh, você não pode ficar não pode trabalhar com a gente, porque porque você já tem mais de 62 anos, você não pode. Você já não está aposentado?". Não digo: que tô não. "Você já era para estar aposentado por a sua idade". Aí eu não sou hoje aposentado e nem também não, não arranjei o emprego por causa também da idade¹⁵².

Erivelton conseguiu tratar seu vício com álcool em 2018, mas o abandono e a exclusão social lhe acompanharam. A falta de emprego lhe gerou a falta do teto e da alimentação

¹⁵² VALDEVINO, Francisco Erivelto. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 05 nov. 2023.

fazendo com que se encontre cada vez mais à margem da sociedade, sendo considerado uma pessoa sem importância social.

Segundo Ecléa Bosi:

Os velhos postos a margem da ação, rememoram, fatigados da atividade. O que foi sua vida senão um constante preparo e treino de quem irá substituí-los? (...) A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência a sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reprodutor¹⁵³. p.76-77.

Após 1994 seu trabalho começou a ser considerado inferior aos dos mais jovens e sua mão-de-obra foi substituída e começou a trabalhar fazendo “bicos”, para se manter. Mas no período da pandemia COVID 19, tornou-se uma pessoa em situação de rua.

A casa de cômodo surgiu para Erivelton como uma possibilidade de sair da rua, o abrigo/acolhimento, um local de confiança onde ele pode ir e vir no final do dia, onde irá dormir e seus pertences estarão seguros, assim como ele em seu sono.

Aí como aqui, agora eu tô sentindo muito bem e melhor, porque vamos dizer, eu tenho um canto certo pra dormir e quando eu, vamos dizer, que eu quiser sair para uma praça quiser ir a um cinema, uma coisa e pronto, na hora que eu saio de lá eu já tenho um canto já, certo, para não ficar assim no jornal deitado aqui, vendo a Lua andar de manhã, ver o Sol sair, aí é diferente, né aí? Então o centro é bom, desde que você tenha um canto¹⁵⁴.

Mesmo não existindo apego ao espaço ou um desejo pela moradia no Centro, há uma possibilidade de sobrevivência através de políticas públicas que ajudam na alimentação e que não existem em outros bairros na capital do Ceará.

Seu quarto é um dos mais simples da casa, não possuindo banheiro privativo, como podemos ver abaixo:

¹⁵³ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembrança dos velhos. Companhia das Letras, 5. ed. São Paulo, 1994.

¹⁵⁴ Ibid.

Figura 39 - Quarto de Erivelton na Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 40 - Quarto do Erivelton na Habitação 265 em 2023



Fonte: Acervo Pessoal.

Quando realizei a entrevista Erivelton fez questão de mostrar seu quarto. Possuía apenas uma cama e um cooler que utilizava para guardar a merenda. Por não ter ventilador as vezes a permanência no quarto é difícil, pois não possui entrada de ventilação e fica no quintal da habitação onde há maior incidência de sol. O ambiente não é salubre para um idoso de 63 anos e faz com que precise gastar um valor maior com água para sua hidratação.

Erivelton fala que durante a semana consegue se alimentar melhor com o auxílio do restaurante social, porém aos finais de semana merenda as 13:00 da tarde para não sentir muita fome no decorrer do dia e se alimenta novamente apenas no final de tarde. Uma das formas para passar o dia com pouca alimentação. Antes de morar na habitação 265, ele morava

em outra habitação coletiva localizada na rua Padre Mororó, mas mudou-se de lá porque o aluguel havia aumentado para R\$500,00, não sendo possível pagar e se alimentar, já que o valor de seu auxílio é de apenas R\$600,00. Afirmo que já passou por situações de fome extrema antes de saber da existência do restaurante social:

Eu achei passei, já passei 3 dias com 3 noites sem comer, eu aqui já passei, aí foi que um cara disse assim: “macho, tem um sopão ali, porque que você não vai almoçar lá? Aí quando eu cheguei lá, o Leandro foi falou: “ei, mah, fez inscrição aqui? fez não? vamos almoçar depois a gente conversa”, aí fez a inscrição, e aí tá com 2 anos que eu almoço aí direto, mas com eles disseram que daqui a 2 anos e 10 mês, e vou deixar de almoçar lá porque eu entro a aposentadoria¹⁵⁵.

Sua narrativa sobre a habitação, a fome e as pequenas práticas de autocuidado e sobrevivência, demonstra que ele não se sente em casa, mas percebe que sua situação está melhorando. A esperança da aposentadoria é apresentada como uma forma de desvio da fome e das circunstâncias que se encontra atualmente.

A fome, assim como a moradia é um problema social. A falta de oportunidades de trabalho, a inflação e falta da aposentadoria deixa sem perspectiva para pagar o aluguel do quarto, se alimentar no outro dia e para aumentar a renda vende água. Porém afirma que uma atividade muito competitiva na área central. A escolha vem de uma matemática injusta que calcula entre a escolha de ter um teto ou alimentação.

A escolha pela segurança que o aluguel do quarto proporciona diminui o valor que poderia ser destinado à alimentação, fazendo com que se torne cada vez mais difícil, como aborda abaixo:

Aí eu vivo só num auxílio mesmo, nesse auxílio. Aí eu tiro o dinheiro daqui, eu pago 300 por mês. Mas menino, vira uma bola de neve, porque eu compro as coisas pasta, papel higiênico, aí manteiga. Se também pagasse mais, eu acho que não dava nem pra continuar aqui, porque eu compro as a pasta, eu compro a escova, papel higiênico, eu compro a manteiga, eu compro o pão. Mas e quando não cuida de não? O dinheiro vai embora, o dinheiro não vai embora?¹⁵⁶

Apesar da existência de políticas públicas, a problemática da fome e da moradia ainda é constante em nosso país, sofrendo agravamento em períodos pandêmicos, como da COVID 19. Segundo o IPEA houve o crescimento de 38% de pessoas em situação de rua durante esse período, atingindo cerca de 281,4 mil pessoas¹⁵⁷. Os dados sobre a fome ainda são

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil#:~:text=Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20supera%20281%2C4%20mil%20pessoas%20no%20Brasil,->

mais alarmantes, segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 realizado em 2022. Mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome), fazendo o país regredir a um escalão correspondente ao da década de 1990¹⁵⁸.

A procura por moradia por pessoas em vulnerabilidade faz com que, por falta de capital, só tenham como alternativa habitações precárias e insegurança alimentar. Casas de cômodos acabam se tornando uma opção viável pois o pagamento pode ser feito de forma diária, semanal e/ou mensal, seguindo escolha de pessoas que querem uma dormida mais confortável e segura.

A rotatividade dessas moradias faz com que muitas pessoas não criem laços com a habitação, pois a olham como algo temporário, uma transição para algo melhor ou pior, dependendo do contexto que o indivíduo esteja inserido e de sua perspectiva de futuro. Os dois moradores entrevistados vivem sua realidade com saudades do passado, uma nostalgia com esperanças de viver, mas lamentam por não estarem vivendo esta realidade.

Erivelton falava com muita nostalgia e lamentação sobre seu passado

Vamos dizer, eu já fui um cara e a que já tive carro, já tive duplex, casa em cima e embaixo, um duplexzinha, já comi das coisas melhor, o que eu quisesse comer, eu tinha na minha geladeira, não era como o dia de hoje, eu passar o dia e à noite só com o lanche. (...) mesmo gente de fora, que tinha amizade comigo, não tinha comido e dizia faz lá em casa “hoje não tem nada”. Eu abria a geladeira e tirava aqueles pratos de carne e falava: “vá lá, fazer seu almoço”. Eu fui um cara que fazia isso, aí já pra hoje... hoje, se eu gastar R\$ 10,00 amanhã eu... eu não sei o dia da manhã¹⁵⁹.

A busca pelo passado glorioso, a nostalgia pelo o que não existe mais é a chance de viver através das memórias uma realidade diferente das quais estão inseridos, fazendo-pensar um outro acesso a cidade, que não os segrega ou exclui, vivendo esses espaços através dos sentimentos criados nos espaços.

Quando perguntei a Erivelton como se sentia em casa de habitação coletiva disse:

Tu acredita que eu fico como eu não existe isso no mundo... Porque eu... molde o processo que houve, era um cara que tinha as coisas e entrou um choque térmico. Está entendendo, né? Aí aquela minha vida ali. Na mudança que eu tinha a minha vida mais melhor para chegar agora, ficou o parado sem ... sem dar explicação dessa palavra que você fez agora se eu estou gostando ou não, aí eu vou para não coisar vou dizer pronto pelo menos só ter saído de rua.¹⁶⁰

Estimativa divulgada pelo [Instituto de Pesquisa Econômica e Estatística do Fiocruz](https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/53223) em 2022, quando atingiu 1.472 milhões de pessoas. Acesso em: 19 de jan. 2023.

¹⁵⁸ <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/53223>. Acesso em: 19 jan. 2023.

¹⁵⁹ VALDEVINO, Francisco Erivelto. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 05 nov. 2023.

¹⁶⁰ Ibid.

Casa é associada a acolhimento, pertencimento e segurança. Apesar da casa oferecer a segurança a uma pessoa que anteriormente estava em situação de rua, ela não oferece a sensação de pertencimento, não possui a identidade e o acolhimento esperado ou desejado por Erivelton, que pretende se aposentar e ir morar em Canindé, local que sempre visitou durante a infância.

A sensibilidade atribuída à espaços por esses personagens dão diferentes e subjetivos significados à casa e ao Centro de Fortaleza para Carlos Alberto e para Erivelton. Segundo Pesavento:

As sensibilidades são sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são nossos. Mais do que outras questões a serem buscadas no passado, elas evidenciam que o trabalho da história envolve sempre uma diferença no tempo, uma estranheira com relação ao passado vivido¹⁶¹.

As diferentes narrativas sobre a casa, os olhares e sentimentos sobre a área central, remonta à experiências anteriores dos entrevistados, sua infância, vida adulta, amores cultivados, trabalho. A escolha da moradia envolve vários fatores como localização e o significado dado ao espaço. A não utilização dos cômodos coletivos ou a falta de socialização entre seus moradores demonstra que o pertencimento não é sobre a casa, mas sobre a cidade, a rua ou um passado célebre de um Centro que só existe no passado dos moradores.

A negação da coletividade em habitações coletivas demonstra a escolha pela individualidade como uma forma de proteção e reclusão a um passado. Moradores dessas habitações possuem ligações com o Centro, sejam por causa do trabalho, sobrevivência ou um sentimento pelo local. A marginalização desses personagens, que possuem o direito à cidade, mas é negado por uma estrutura classicista, etarista e pela falta de auxílio frente às desigualdades e vícios que surgem na sociedade.

É indispensável uma moradia digna como seu direito à cidade, assim como o acesso à saúde, educação e lazer, bem como uma alimentação saudável com os nutrientes necessários para o desenvolvimento e funcionamento fisiológico do corpo. Além disso, é importante o acolhimento afetivo de pessoas em vulnerabilidade social para que não sejam excluídas socialmente, nem agrave de forma negativa sua saúde física e mental.

¹⁶¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2007, p.15.

4 OCUPAÇÕES POPULARES NO ESPAÇO CENTRAL: OCUPAÇÃO BÁRBARA DE ALENCAR E OCUPAÇÃO DRAGÃO DO MAR

A luta pelo direito à moradia e a negação deste em ambientes centrais é histórico. Pessoas em vulnerabilidade dentro da hierarquia social do capital possuem a negação de direitos que veem desde a construção de nosso país. Considero importante realizar uma trajetória sobre a história da habitação social no Brasil que vão do Império à República, para entender a importância da habitação popular e suas contradições na execução de projetos.

Antes da expulsão de encortiçados pela reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro, tivemos a proibição de construção de cortiços na área central carioca no período imperial (1878)¹⁶². Havendo uma criminalização desse tipo de moradia no perímetro considerado importante para essa sociedade, tornando crime cortiços naquele local. Em 1890 inicia-se a demolição desse tipo de habitação, fazendo com que sua população vá morar a margem do ambiente central.

O aumento industrial traz a imigração de europeus e ocorre a primeira ação pública para moradia, a construção de 120 casas para operários em 1906, porém é importante ressaltar que a construções desses domicílios estavam inseridas em um projeto eugênico que buscava embranquecer a população brasileira oferecendo moradia e trabalho para incentivar estrangeiros virem para o Brasil na tentativa de diminuir ou extinguir a população negra e indígena através da miscigenação. A preocupação real dessa política não era a moradia e sim o número de pessoas negras no país após a abolição da escravidão, tratando esse grupo como “classe perigosa”¹⁶³.

Em 1920 há o aumento do liberalismo, o que resulta em uma política liberal que visava o incentivo de construções de casas para alugueis. É importante salientar como o aluguel dialogava diretamente com a especulação imobiliária e a negação do direito à propriedade, sendo uma medida paliativa que favorecia o locatário, fazendo com que locador tenha com ele uma relação de dependência pela moradia, mas ainda sendo uma pessoa sem teto, pois o teto onde mora não é dele. Enquanto isso, os cortiços representavam 25% das habitações do Rio de Janeiro e em 1930 78% das habitações paulistanas eram de aluguel.

No Brasil a prática de casas de aluguel é recorrente, se tornando uma atividade bastante rentável, no qual não são necessários muitos esforços para além da manutenção do

¹⁶² BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria – São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

¹⁶³ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.p. 20- 22.

espaço que muitas vezes nem ocorre. Considerado uma fonte de renda passiva, a política de alugueis é beneficiada pelo déficit habitacional e a falta de políticas públicas para habitação.

Durante o Estado Novo, Vargas fez uma interferência na locação dos imóveis, através da lei do inquilinato (1942)¹⁶⁴, que visava o congelamento dos valores locativos e regulamentação das relações entre proprietários e inquilinos. Além disso, a lei previa a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e em 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular, o que aumentou a construção de casas para população. É importante pontuar que essas políticas tiveram mais visibilidade nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, locais considerados populosos, porém moradias irregulares, precárias e a falta de moradia era encontrada em todo país.

Posterior a Lei do Inquilinato também tivemos uma política de desfavelamento e extinção de mocambos (refúgios precários) em Pernambuco e partir disso foi criada a COHAB (Conjuntos Habitacionais) em 1965 e o serviço social contra mocambos.

Os conjuntos habitacionais criados na política de desfavelização localizavam-se cada vez mais distante dos centros urbanos e de seus acessos, tornando-se uma moradia sem cidade, desagregada do urbano.

Na cidade de Fortaleza foram criados o Conjunto Ceará, Conjunto José Walter, Conjunto Palmeiras, Conjunto Cidade 2000 e o Conjunto Marechal Rondon¹⁶⁵ que atualmente pertence ao município de Caucaia. Os conjuntos que posteriormente se tornaram bairro não tinham políticas públicas que os proporcionassem no direito à cidade. O mais próximo do Centro de Fortaleza e dos acessos da Aldeota foi o Conjunto Cidade 2000, porém no período que foi criado encontrava-se isolado desses, sendo habitado por trabalhadores e retirantes¹⁶⁶.

O século 20 foi marcado pelo inchaço populacional, industrialização, aumento da urbanização e verticalização da moradia, mas enquanto bairros considerados nobres se verticalizavam, a população empobrecida era colocada em locais cada vez mais distante dos centros urbanos, sendo esse um aspecto presente ao longo de todo território brasileiro. Ações simples como receber cartas, acesso ao trabalho e transporte, energia elétrica, água, saneamento básico só foram chegar nos conjuntos habitacionais através de muita luta e organização de seus

¹⁶⁴ BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria – São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

¹⁶⁵ BARROS, Angerlânia da Costa. **Retirar, afastar e esconder: Erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza (1972-1979)**. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84900>. Acesso em: 22 de maio de 2024

¹⁶⁶ RIBEIRO, Lucíola Limaverde. **Afetos em construção: narrativas e processos de apropriação do espaço pelos moradores da Cidade 2000**. 2015. 114f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2015.

moradores, em alguns conjuntos só foram vendidos os terrenos e os moradores construíram suas casas, como foi no Conjunto Marechal Rondon, criado após a retirada de moradores do Arraial Moura Brasil para construção da Avenida Leste e Oeste¹⁶⁷.

Nos anos 2000 foi feita a política popular do “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) que visava a distribuição de casas populares com ajuda de subsídio do Governo Federal à população com menor poder aquisitivo, porém reproduzia dentro da lógica espacial de organização da cidade, possuindo semelhanças com a COHAB realizada na Ditadura Militar. As habitações estavam em sua grande maioria localizadas distantes dos acessos da cidade, dificultando os moradores irem ao trabalho, ao lazer e a terem acessos a saúde e educação. Apesar da cidade de Fortaleza possuir vazios urbanos, como prédios abandonado sem função social, essas moradias foram construídas em terrenos considerados isolados ou em regiões periféricas sem acessos. Contudo, vale ressaltar que mobilidade urbana dos anos 2000 é mais acessível se comparada aos anos 60. Além disso, o PMCMV trouxe uma diminuição considerável do déficit habitacional, proporcionando melhorias na estrutura habitacional de seus moradores em comparação à moradia anterior. Apesar do programa ter trazido melhorias para questão habitacional e na mobilidade urbana, é importante analisar a moradia para além de sua estrutura física, através de sua conexão com o urbano e do direito à cidade, o que infelizmente não foi proporcionado pelo programa. O abandono dessas habitações pós entrega e a falta de acessos influenciou para o aumento de violência no local, como é o caso do Residencial José Euclides, localizado no Jangurussu, entregue a população em 2018, mas que em 2022 ainda possuía 13 mil pessoas sem comprovante de endereço por CEP inexistentes¹⁶⁸.

O acesso a propriedade ao longo da história foi divulgado e transformado em algo vantajoso para quem a tinha. A falta de preocupação e políticas que atendessem a demanda da população em vulnerabilidade, ressalta um estado burguês que favorece as procuras de uma classe dominante na organização do espaço urbano em uma ideia de segregação e separações culturais e econômicas, por meio de uma ideia de exclusividade de acessos à locais e excluiu/afastou quem era considerado “pobre” por esses grupos. A criminalização de cortiços e habitações coletivas não denotavam a preocupação com o conforto ou a irregularidade da

¹⁶⁷ BARROS, Angerlânia da Costa. **Retirar, afastar e esconder**: Erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza (1972-1979). 2018. 194 f. Dissertação Mestrado Acadêmico em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84900>. Acesso em: 22 de maio 2024.

¹⁶⁸ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/23/em-fortaleza-moradores-de-conjuntos-habitacionais-sofrem-com-a-falta-de-servicos-basicos>. Acesso em 12 maio 2024.

moradia, mas com o espaço que ela estava ocupando e a proximidade com bairros e grupos que se achavam/eram considerados “superiores”.

A busca por moradia e as ocupações no espaço central de Fortaleza é uma busca incessante pelo acesso a direitos em um local que já possui cep, água, escolas e trabalho. O Centro já vem “pronto”, apesar de não ser considerado mais um bairro habitacional, possui vários vazios urbanos, buscas e espaços suficientes para voltar a ter essa característica.

4.1 Ocupação Bárbara De Alencar

A luta por moradia no espaço central de Fortaleza é constante, surgindo diferentes ocupações aos longos dos anos na capital do Ceará, tornando esse espaço disputado pelo comércio, moradias, prédios públicos e vazios urbanos. Em 2006 o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLV-Ceará, atual MLB-Ceará), juntamente com 100 famílias, ocupou durante uma semana o prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) na Rua General Bezerril, 670, ao lado da Secretaria de Finanças do Município (Sefin), no Centro de Fortaleza. Segundo o jornal “Diário do Nordeste”, Alexandre Alves, um dos líderes do movimento, disse:

[...] cansados de morar em condições indignas às margens do Rio Siqueira, no bairro Henrique Jorge, e na Comunidade do Papoco, no Pan-Americano - locais também invadidos - as famílias decidiram ocupar o prédio desativado. A intenção, explicou Alves, é fazer com que os poderes públicos transformem o local num espaço residencial para as famílias invasoras. Isso porque, de acordo com ele, hoje já existe um projeto do Governo Federal para adaptação do prédio num espaço de moradia popular. Com a ação de ontem pretende-se agilizar essa implementação. “É inaceitável a gente não ter onde morar e existir um prédio público grande como esse vazio”, disse. As famílias garantem só deixar o local quando for feito acordo que lhes garanta uma moradia adequada¹⁶⁹.

O referido prédio encontra-se desativado até os dias atuais, desrespeitando a obrigatoriedade da função social do imóvel. Chama atenção o termo “invasoras” presente na matéria, podendo haver como consequência a criminalização do movimento por parte dos leitores. A luta por moradia digna é tida como inadequada e/ou não urgente em meios de comunicação. Outra informação importante é que a luta pela moradia no espaço central não compreende apenas os que já estão ocupando esse espaço, mas a todos que não estão tendo acesso a uma moradia digna, morando a margem de rios e encostas, enquanto existem prédio abandonados que poderiam ser utilizados para uma política habitacional.

¹⁶⁹ FAMÍLIAS INVADEM PRÉDIO DO INSS. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 28 mar. 2006. Região. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/familias-invadem-predio-do-inss-1.76542>. Acesso em: 25 mar.2024.

É essencial refletir que a questão da moradia vai além do déficit habitacional. Moradias irregulares ou que não dão acessos básicos aos seus domiciliares não atendem as necessidades habitacionais da população, o que nos leva a acreditar que esse número é ainda maior.

As 100 famílias ocuparam um prédio precário de 11 andares, que, devido ao abandono público, estava sem forro, com fios pendentes do teto, possuindo água e energia apenas no primeiro andar e somente dois sanitários funcionando. Apesar da situação insalubre, segundo o jornal, ocupar o prédio era a esperança para uma moradia digna para os ocupantes:

“Vai ser difícil, mas vai valer à pena”, diz a dona-de-casa, Francisca Maria Oliveira, 40 anos, que até ontem vivia na casa da mãe no Pan-Americano, com mais dez pessoas. Para a invasão de ontem, levou a filha, Ana Beatriz, dez meses no colo. A preocupação é se as duas latas de leite que levou vão dar para as necessidades do bebê. “Mas não tenho onde morar e essa é a única maneira que tenho de conseguir uma”, disse.¹⁷⁰

É possível notar na fala acima que os personagens sociais presentes nessa ocupação não possuíam um grande poder aquisitivo, vivendo o medo do não habitar e a insegurança alimentar constante em nosso país. Na rede social do movimento é possível encontrar algumas fotografias da mencionada ocupação, intitulada “Ocupação Bárbara de Alencar”.

Figura 41 - Ocupação Bárbara de Alencar em 2006



Fonte: Acervo MLB

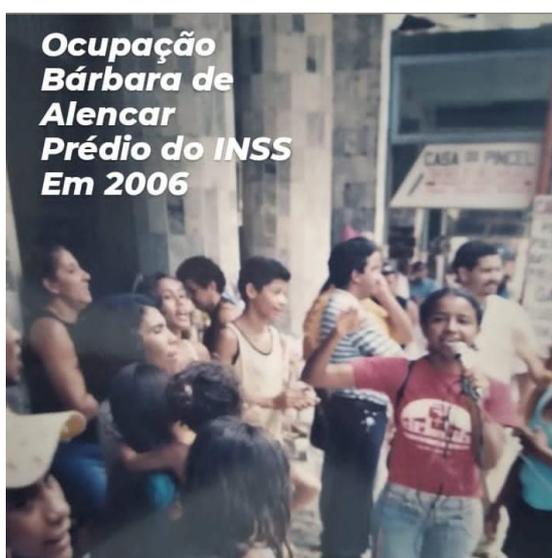
¹⁷⁰ Ibid.

Figura 42 - Ocupação Bárbara de Alencar em 2006



Fonte: Acervo MLB

Figura 43 - Ocupação Bárbara de Alencar em 2006



Fonte: Acervo MLB

Entre os ocupantes era possível encontrar pessoas idosas, homens, mulheres, jovens e crianças das mais diversas idades. Além disso, notava-se as condições precárias do prédio e amontoados de pessoas em um único cômodo durante uma reunião do movimento.

Apesar da ocupação ter movimentado o centro da cidade, denunciando o abandono do prédio aos passantes e trabalhadores do Centro, com cinco dias de ocupação o Ministério Público Federal no Ceará, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, ordenou a desocupação do prédio, que se encontrava abandonado anteriormente. Após o comunicado MPF-CE, os meios de comunicação esqueceram a ocupação, não expondo as consequências do movimento ou se ele, de alguma forma, trouxe saldo positivo para as famílias que participaram.

A coragem para lutar pela moradia vem em conjunto com a sobrevivência, a vontade de existir e modificar cidade que nega seus direitos. A casa está para além de um teto ou abrigo, mas inicialmente sua função é essa, morar a beira de um rio com risco constante de enchente ou algum deslizamento é um atentado contra vida.

Infelizmente não foi possível o diálogo com o MLB a respeito desta ocupação, mas acompanhando suas redes sociais foi possível notar que a pauta da habitação é constante, fazendo com que ocorresse em 2021 a “Ocupação Dragão do Mar”.

4.2 Ocupação Dragão do Mar

Em agosto de 2021 outro prédio do Centro de Fortaleza foi ocupado por 100 famílias em conjunto com o movimento MLB, porém diferente da ocupação de 2006, essa teve duração de 8 meses e levantou como pauta melhorias e a ineficiência das políticas habitacionais do estado. A ocupação ocorreu no palácio da justiça, localizado no Centro de Fortaleza, que estava abandonado há 7 anos.

Segundo o coordenador do Fórum de Rua, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, a problemática da moradia perpassava a falta de teto, sendo a somatória de várias variáveis sociais:

[...] As questões sociais, a pobreza, a desigualdade, que são resultados desse modelo de sociedade, dessa estrutura social, ela está aí no processo de determinação da situação de rua. Então a falta de moradia traz mais intensidade ainda de privações, a pessoa que não tem uma moradia, não tem um lar, fica numa situação de maior vulnerabilidade, de maior insegurança. É mais exposta a violência, a humilhações, a processos de discriminação. Então são vários estigmas que as pessoas em situação de rua vivenciam.¹⁷¹

A conjuntura em que os personagens sociais estão inseridos influenciam como acessam a cidade, excluindo de serviços mínimos e básicos que ganham uma maior dimensão devido a desigualdade social gerada no sistema capitalista. A falta de moradia acaba se tornando causa e consequência, agravando a vulnerabilidade social que grupos já estão envolvidos.

Lutar por moradia, é ir em busca do básico para se viver. A falta de moradia torna-se algo mais complexo quando pensamos no contexto urbano, na dominação da especulação imobiliária que ganha com a desigualdade e a falta de habitação alheia, reforçando e dando manutenção a conjuntura criada na cidade capital.

¹⁷¹ LIMA, Camilla. Após oito meses de luta, ocupação em Fortaleza conquista 40 aluguéis sociais. **Brasil de fato**, Fortaleza, 07 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/apos-oito-meses-de-luta-ocupacao-em-fortaleza-conquista-40-alugueis-sociais>. Acesso em: 27 mar. 2024.

Segundo o jornal “Brasil de Fato”:

Desemprego e o empobrecimento da população são os principais fatores que levam essas pessoas às ruas, mas a pandemia também impactou esta realidade já que 22% dos entrevistados disseram estar na rua há cerca de um ano [...] Organizar, ocupar e resistir, o lema tem norteado diversas ações que buscam solução para este problema do déficit habitacional¹⁷².

A problemática habitacional, somada com o desemprego, inflação, perda de provedores familiares por inúmeros motivos, entre eles o pandêmico (COVID 19), fez com que o contexto de grupos em vulnerabilidade se agravasse, deixando uma população ainda mais empobrecida, porém, através de organizações de bairros ou de movimentos, conseguem um somatório de forças para empenhar-se na luta pelo habitar.

A ocupação Dragão do Mar (2021-2022) fez do prédio abandonado do Palácio da Justiça um lugar de morada provisória, cultura e acessos a serviços básicos, convidando a sociedade comum, que não fazia parte da ocupação, a conhecer o movimento, suas motivações e se possível a ajudar com doações de alimentos, produtos de limpeza, álcool em gel e máscaras para os ocupantes. O movimento tinha como lema “Morar dignamente é um direito humano”.

Francisca Antelia Nascimento, uma das pessoas presente na ocupação, disse ao jornal Brasil de Fato que:

“Muitas famílias que estão aqui estão aqui porque estavam sobrevivendo unicamente com o valor de R\$350 reais do auxílio emergencial e não tinham mais condição nenhuma de pagar aluguel. No meu caso, era só R\$250. Então estamos aqui junto com elas e vamos resistir”¹⁷³.

O pagamento do aluguel, alimentação, energia e água necessita um ganho financeiro não ofertado por grande parte da população, o que resulta em uma balança de prioridades, no qual o trabalhador terá que escolher entre morar e o comer, o que leva a pessoas sem teto buscarem ocupar e lutar pelo direito à propriedade.

4.2.1 A ocupação

Além dos periódicos, conversei com duas pessoas que participaram da ocupação enquanto militância, Nicholas, estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará e na época fazia parte do movimento UJR (União da Juventude Rebelião) e Catarina, professora de língua portuguesa da educação básica e coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ Ibid.

Sobre sua relação com a ocupação, Catarina afirmou:

O nosso movimento são movimentos irmãos, então eu participei de algumas reuniões dos núcleos que estavam na organização da ocupação. E aí, alguns companheiros e companheiras de confiança do movimento foram convidados para participar do processo de entrada no espaço. Então, eu fiquei sabendo no dia, pela segurança do processo. E aí, foi... E então, a gente ocupou o espaço numa madrugada... E aí a gente ocupou o prédio, eu não sabia qual era, né? Aparentemente é isso. Fiquei sabendo depois que era o Palácio da Justiça, né?¹⁷⁴

A organização para ocupar apesar de ser silenciosa e rápida, é também planejada, visando a segurança e a eficácia do processo. Apesar de ser algo planejado, pensado e estudado não se sabe o que se esperar do início da ocupação. De maneira nenhuma se sabe a situação de prédio, se ele de fato estará vazio ou se a ação será bem sucedida. Uma ocupação possui caráter coletivo, um “tiro no escuro” do povo pelo povo. Nicholas adentrou a ocupação no dia seguinte, se aproximando da mesma através da UJR.

Figura 44 - Bandeira colocada na faixa da no prédio no primeiro dia de ocupação, 2021



Fonte: Acervo Pessoal Paulo Henrique Moura.

Ocupar um prédio abandonado não é o ideal de moradia, pois não possui a estrutura de uma habitação, como quartos, cozinhas e banheiros suficientes. Não há conforto,

¹⁷⁴ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

privacidade, além do constante risco de uma remoção pelas forças militares, como ocorreu, segundo o jornal “A Verdade”, que possui vínculo com o MLB e cobriu a ocupação:

Uma hora após a ocupação das famílias, a Polícia Militar entrou no prédio e agiu de forma truculenta com os ocupantes, ameaçando a todo momento atirar, apontando suas armas para crianças, mulheres e idosos e, após perceber a resistência do movimento, prendeu dois militantes da coordenação do movimento, agredindo-os e mantendo-os detidos por uma hora. Contudo, não conseguiram intimidar o povo aguerrido, que decidiu não sair do prédio e, finalmente, nossos camaradas foram liberados. A primeira vitória da Ocupação do MLB!¹⁷⁵

A invasão da polícia à ocupação ocorreu na madrugada da entrada do imóvel, segundo Catarina:

E imediatamente assim que a gente entrou, aconteceu uma abordagem muito hostil, policial. Dentro do próprio prédio, na parte de trás, fica uma cabine policial, da Polícia Militar. Então, as famílias entraram, eram 100 famílias. Tinha muita criança, mulheres grávidas, homens, menos homens do que mulheres. E a gente entrou e começou a limpar o espaço. E muitas pessoas... É um prédio com andares, né? Então, uma parte das pessoas subiram, pra colocar a faixa do MLB e tal, e outras foram ficar lá embaixo, organizando o espaço. E aí, nessa situação, a gente ouviu os gritos das pessoas... Então, a polícia chegou lá, muito armada, muito hostil, e... pediram pra gente despedir ordem na hora que a gente saísse de lá. Eles pegaram dois camaradas também, que são do movimento, né? E renderam, deixaram de joelho, com arma na cabeça... Na frente das crianças, muito choro, né? E... Isso me contaram, né? Eu tava lá em cima e comecei a tentar gravar, mas tava tudo muito escuro, então a gente ouvia os gritos, né? As companheiras dizendo “solta os camaradas”. A gente ficou muito tenso. E as famílias permaneceram. As famílias disseram, “não vamos sair, vocês não podem tirar a gente daqui assim”. E a coordenação do movimento foi muito hábil em ter a confiança daquelas famílias. Óbvio, a gente não faz uma ocupação de dia para noite. Tem todo um processo de, inclusive, convencimento dessas famílias. Enfim, a gente permaneceu, os camaradas foram detidos e a gente ficou muito preocupada. (...) os camaradas disseram que um dos policiais falou assim: “Família porra nenhuma, aí só tem cachorro e vira lata”, falando com as famílias. Então, enfim, o tratamento com os camaradas também foram detidos, não foi um tratamento respeitoso.¹⁷⁶

A criminalização da ocupação, reflete na criminalização dos corpos que estão em seu interior, gerando a inferiorização e a animalização das múltiplas pessoas que o ocupam. O espaço não se reflete apenas na estrutura, mas nos personagens que o estão construindo. A criminalização e negação da seguridade de direitos e de uma política inclusiva aborda como crime a pobreza e a desigualdade social, transformando os afetados em “seres perigosos” que devem ser combatidos, excluídos e removidos a todo custo, ignorando a existência de idosos, crianças e mulheres, que legalmente deveria receber uma maior preocupação do estado, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Estatuto do Idoso. Apesar das ameaças de

¹⁷⁵ Jornal “A verdade”, “Nasce a Ocupação Dragão do Mar em Fortaleza” - 8 de agosto de 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/08/nasce-a-ocupacao-dragao-do-mar-em-fortaleza/>. Acesso em: 31 mar.2024.

¹⁷⁶ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

estar em uma ocupação sofrendo hostilidade do serviço público, alguns ocupantes não se consideravam mais graves que estar em uma moradia irregular, precária e sem expectativa. Vale lembrar que essas pessoas antes da ocupação já estavam inseridas em situação de violência e vulnerabilidade na periferia. A truculência policial direcionada às comunidades pobres da capital, torna a luta árdua, mas de urgência para os ocupantes.

Apesar da conversa e resistência dos ocupantes, após a violência policial uma jovem família abandonou a ocupação, receosa sobre quais caminhos iria tomar ou se existia possibilidade de a polícia voltar e aumentar sua pressão para retirada das pessoas. Ver duas pessoas com a arma na cabeça, com possibilidade de serem mortas, gritos e choro de crianças é uma cena lamentável, que traz medo e traumas para quem vive, fazendo existir o afastamento do espaço.

As ocupações de vazios urbanos têm a intenção de pressionar o estado por uma nova política habitacional, que atenda as demandas dos ocupantes, em sua grande maioria esperam a um longo período.

Após a violência policial foi continuada a limpeza do espaço, Nicholas participou desse momento:

Só o primeiro foi ocupado... Acho que a gente conseguiu tirar todas as tralhas num dia mesmo, acho. Aí depois vai ficando do lado de fora, aí não sei como é que fizeram pra depois levar pra fora, assim. Eu sei que... Acho que eles juntaram em vários sacos e ficavam levando pro caminhão de lixo que ficavam passando.¹⁷⁷

Catarina se impressionou com a rapidez com que as coisas foram organizadas:

Estava bem sujo. Bem... Muita... A parte externa, assim, muita folha, né? Muita grama, muita... Um aspecto de... De planta, plantas. E por dentro, muita sujeira... Sujeira de tipo entulho, né? Então, tava bem complicado. Aí lá tem umas salas, né? Tipo, é um corredor com salas. E a gente fez os quartos, né? Então, a gente disse assim, cada família entra num quarto. Às vezes não eram só uma família, né? Às vezes ficavam três famílias num quarto, pelo tamanho do espaço e muitas famílias. E elas cuidavam, né? Tipo, levar vassoura, rodo, tudo... A gente conseguia fazer um gato de água logo, né? A gente assim, eles, porque o povo sabe fazer as coisas. É, eu acho que a coisa que ficou mais chocante pra mim. Em menos de 24 horas tinha luz e água. E a casa tava limpa. E eu fiquei, é isso, o povo sabe gerir a sua vida, sabe gerir a sua comunidade, então o povo tem que estar no poder. Então, é isso, o espaço estava bem sujo, mas era um espaço que não dava pra morar. A gente isolou partes que a gente achava que eram perigosas, principalmente pra criança.¹⁷⁸

A organização comunitária no espaço coletivo é de somatória, em que o próprio coletivo se ajuda e se organiza. O saber fazer “gato” em energia e água surge como uma tática

¹⁷⁷ CARVALHO, Nicholas Pinheiro Muniz de. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 03 abr. 2024.

¹⁷⁸ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

social em momentos de dificuldades para pagar contas e é levado para a ocupação como uma forma de continuidade, pois a água e energia na atualidade se tornam essenciais para a sobrevivência no espaço.

Quando Catarina fala sobre o povo saber gerir sua comunidade e a organização dos quartos ressalta a importância da autonomia e auto-organização. Quando nascemos dentro de uma periferia percebemos que apenas nós podemos entender nossas dores e nossa realidade. Entendemos desde cedo que só temos um ao outro e por isso precisamos nos movimentar sem esperar uma notícia repentina do poder público.

A entrevistada menciona que grande parte do público da ocupação é formado por pessoas pretas e pardas, em sua grande maioria mulheres, crianças e idosas, que a quantidade de homens é bem inferior. Vale lembrar que a população negra foi um dos primeiros grupos que teve seu direito a terra/moradia negado ao longo da história do Brasil, através da Lei de Terra de 1850¹⁷⁹, que impedia que a população negra se tornasse dona de terras assim como os colonizadores. As consequências dessa lei e da longa escravidão e falta de acessos da população negra faz com que essa seja mais propícia a não ter acesso a propriedade mobiliária, além de uma constante negação de direitos.

Visto isso considero importante pensar o conceito de interseccionalidade, que cruza os elementos sociais de raça, classe e gênero, visto que a maior parte das mulheres presentes na ocupação eram mães solo negras de baixa renda. Segundo Saffioti:

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão (...) uma pessoa não é/ discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (...) Não se trata do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (SAFFIOTI, 2015, p.133)

O conceito de interseccionalidade veio para contrapor o imaginário da categoria mulher do feminismo branco, que não inseria experiências de mulheres negras em suas análises.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro.¹⁸⁰

A lógica social que essas mulheres passavam cotidianamente relacionava-se com acessos negados por uma estrutura que ainda traz consigo continuidades coloniais que

¹⁷⁹ BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria – São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

¹⁸⁰ AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. (p. 14).

direcionam as experiências urbanas vividas por esse grupo, que além de passar por opressões de gênero, tem que conviver com o racismo e classicismo.

Historicamente experiências Transatlânticas mostram as mulheres negras como a base da sociedade, no qual começam a trabalhar muito cedo seja na casa de seus familiares cuidando de seus irmãos ou primos, seja na rua vendendo alguma alimentação ou nas “casas de família”, tendo a infância retirada por responsabilidades precoces. Enquanto mulheres brancas têm a feminilidade acompanhada da fragilidade, das mulheres negras é exigida a força e a coragem constate.

Sojourner Truth, afro-americana abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres em 1850 na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, EUA, proferiu um discurso em meio ao debate feito pelo direito das mulheres:

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem o meu braço! Eu arrei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para mim! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer -, e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?¹⁸¹

Seu discurso demonstra um ideal sobre o que seria ser mulher defendido entre os homens, porém as mulheres negras não são colocadas dentro desse conceito construído. É possível perceber também uma desumanização das mulheres negras, resultando na animalização que lhe impedem de construir laços afetivos ou ter afetos direcionados a elas.

Apesar da escravidão ter sido abolida em 1888 e das mães negras não terem mais seus filhos vendido ou tirados a força de seus braços, ainda teremos um grande número de mulheres preteridas, abandonadas por seus companheiros e que perdem seus filhos para a violência. Independente das continuidades e rupturas conjunturais ainda teremos a solidão de mulheres negras e a negação da família.

Na conversa sobre a ocupação e sobre as famílias presentes nela, Catarina disse:

Eu acho, é só uma impressão individual, que essas famílias, elas estão tão abandonadas pelo poder público, elas não têm mais o que perder[...] elas não têm mais o que perder. Então, a luta... quando elas estão convencidas, elas entendem que a luta é a nossa única arma. Então, com certeza, são famílias que estavam numa situação de moradia ou não moradia, muito, muito, muito, muito, muito violenta ou inferior à dignidade delas, que elas disseram assim, “não, isso aqui é melhor. Porque eu sei que

¹⁸¹ TRUTH, Sojourner. **Convenção dos Direitos das Mulheres**, Ohio, EUA, 1851. Disponível em: <https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83035487/1851-06-21/ed-1/seq-4/>. Acesso em: 22 maio 2024.

isso aqui é um coletivo que quer a mesma coisa, que vai se proteger e a gente tem um objetivo de garantir nossa casa própria”. Então eu acho que, além da coordenação do movimento ser muito organizada, estar muito próximo daquelas famílias e fazer um trabalho de convencimento muito sólido, essas famílias são famílias que no sistema capitalista não tem mais nada a perder. Elas já perderam tudo o que elas tinham a perder. Perderam seus filhos por tráfico, perderam seus familiares nas filas dos hospitais. Então elas, infelizmente, estão ali no limite da sobrevivência. Eu vou porque é a única coisa que eu posso fazer, é lutar. Então, eu acho que essas duas questões são fundamentais¹⁸².

O limite da sobrevivência, o que é considerado bom ou ruim vem através de referências anteriores e nem sempre essas são melhores que as atuais dentro da ocupação. O cotidiano na área periférica começa cedo, marcado pela saída para o trabalho ou pela busca de pequenos “bicos” (trabalhos informais), pessoas que lutam todos os dias para sua família. Mulheres que trabalham em casa pois não tem com quem deixar seus filhos, que vendem dindin, marujinhos, que sempre dão um jeito para resolver os problemas que aparecem.

Essas mulheres, mães, negras e que exercem a maternidade solo, muitas vezes, estão ali mais pelos seus, do que por si próprio, as suas lutas não são individuais, apesar de estarem tentando um futuro esse insere seus filhos, mães, irmão. Assim como no período colonial, nas senzalas e nos quilombos, iremos ter nas favelas famílias que não são mono nucleares, mas que pela somatória e auxílios cotidianos se tornam grandes família, baseadas em relações de confiança quando veem necessidades sociais.

Os quartos improvisados que as famílias dormiam não eram individuais contendo mais de uma família e limitando a privacidade do espaço. Para tentar amenizar a situação foi utilizado cortinas para separar os locais de cada família, segundo Nicholas:

Ah, cada um dava um jeito, assim, tipo, amarrava [...] Amarrava de vez em quando dava, assim, e tinha até um, tipo[...]Não ficava só entre as portas, né? Porque, tipo, às vezes tinha uma parede quebrada, aí ficava entre um quarto e outro, né? Aí a pessoa colocava algumas cortinas entre as portas¹⁸³.

A tentativa de privacidade dialoga com a principal características de habitações coletivas: o diálogo entre o público e privado. Apesar dos espaços em sua maioria serem coletivos, a divisão nos quartos e utilização das cortinas poderia ser uma tentativa de trazer aquele ambiente um aspecto mais familiar, deixa-lo com “cara de casa”, buscando o pouco de intimidade que poderiam ter no local.

A antítese entre o abandono e a adição é presente na organização das favelas e também poderá ser notada no cotidiano da ocupação. Considero importante mencionar que o

¹⁸² MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

¹⁸³ CARVALHO, Nicholas Pinheiro Muniz de. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 03 abr. 2024.

MLB possui núcleos em diferentes bairros e alguns ocupantes já se conheciam anteriormente por causa das reuniões ou do contato existente nos bairros, porém como um ambiente coletivo, poderia haver desavenças:

E a relação lá, entre as pessoas, era uma relação como se você estivesse numa comunidade mesmo, num condomínio. Então tinha discussão. “Ah, fulana tá falando mal de mim. Ah, cicrana, o marido de cicrana olhou pra outra de um jeito diferente”. Então tinham, óbvio, essas questões¹⁸⁴.

Contudo, essas problemáticas se resolviam pacificamente, segundo Catarina, o coletivo respeitava a autonomia das famílias para se entenderem, porém se isso não ocorresse, ambas eram chamadas para uma conversa de mediação.

Segundo Nicholas não era permitido confusões e o coletivo era bastante duro em relação a isso. O que também podemos notar na fala de Catarina:

Porque a gente também ia acumulando, né? Tipo assim, foi uma vez, foi duas vezes, foi três, depois chama aqui a coordenação, bora conversar, entendeu? Então, a gente chamava e disse, ó, A gente não pode ter confusão aqui. Confusão aqui é igual a sair daqui. Então, também tem que ter [...] Tem que ser muito direto. Então, algumas situações a gente precisa ser assertivo. Porque muitas pessoas[...] E as regras tem que ser muito claras e tem que ser também muito [...] Pra todo mundo.¹⁸⁵

Apesar dos conflitos afirma que todo mundo se ajudava e que a vontade das famílias era conseguir uma habitação próxima umas das outras para que continuassem a ter essa proximidade e não se dispersassem.

A ocupação assim como as demais experiências de moradias mostradas ao longo desse trabalho também possuíam regras de convivência. Entre elas não poderia fumar e beber no interior do espaço, andar sem camisa, e entrar após as 22:00 horas, que marcava o horário destinado ao sono e descanso.

Na organização da ocupação cada um tinha seu papel. No primeiro dia de ocupações foram realizadas divisões de comissões e foi instalada uma cozinha comunitária. É importante salientar que os ocupantes eram trabalhadores, acordavam cedo, iam trabalhar e após isso voltavam para a ocupação, porém não iriam direto dormir, iam assumir suas obrigações no espaço coletivo.

E uma coisa muito importante é que a gente [...]dividindo as comissões, os camaradas ficavam muito também na segurança, então não tinha isso de tipo, cheguei cansado, não vou assumir meu turno. Não, tinha essas responsabilidades. Eram pessoas muito

¹⁸⁴ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

¹⁸⁵ Ibid.

com um espírito de coletividade muito grande. Eu acho que isso vem da própria dinâmica das comunidades¹⁸⁶.

Para Catarina a ideia de organização e coletividade é anterior a experiência da ocupação. E isso fez com que a ocupação se prevalecesse sem grandes problemas internos. Além dos ocupantes que estavam lutando por moradia, a ocupação também contava com voluntários de diferentes movimentos que estavam ali todos os dias somando nas atividades e outros que participavam de maneira pontual.

Segundo as redes sociais do movimento e as entrevistas realizadas, no início da ocupação houve a visita de uma equipe da arquitetura e engenharia para pontuar os possíveis riscos estruturais do prédio para os ocupantes e refletir sobre as possíveis melhorias que poderiam ser feitas em um curto período. Era necessário buscar a segurança em todo pavimento. Anterior a isso já havia sido isolado o elevador e o segundo andar, porém como o prédio possuía uma estrutura antiga era necessário um laudo técnico de um especialista.

Além desses, a ocupação teve como contribuição o movimento grafitti, que modifica a paisagem interna do espaço.

Figura 45 - Movimento de Graffiti para organização do espaço



Fonte: Instagram @mlb.ce (30/03/2024)

¹⁸⁶ Ibid.

Figura 46 - Roda de conversa sobre o povo negro, hip hop e favela



Fonte: Instagram @mlb.ce (30/03/2024)

É possível notar na imagem acima paredes danificadas, com mofo, faltando tinta e janelas degradadas. O movimento de grafite com a ajuda de todos transformou um ambiente ermo em um local com cores, vida e esperança de dias melhores.

Para Catarina:

Esse apoio de grupos externos ao movimento ele foi incrível. Na época era pandemia, então as pessoas também estavam nesse gás de contribuir, de ver as coisas acontecendo. Então a galera da arte inundou aquelas paredes de arte. Eu tenho fotos, porque quando a gente foi sair eu disse, eu não posso perder isso aqui, porque vai ser perdido, né? Então eu fotografei os grafites, são lindos mesmo. E o pessoal da arquitetura ia lá e dava para fazer ajustes e tal no espaço. Então, de fato, existia uma colaboração externa para pensar a estrutura e deixar harmônico o lugar. Não é uma casa abandonada, limpa. É uma casa com vida. E a gente sentia isso mesmo. Eram lindos. Quando a gente chegava e tinha aqueles murais, era muito lindo. E essa é uma característica, inclusive, das ocupações do órgão de MLB. A gente tenta pintar as paredes de arte¹⁸⁷.

A modificação do espaço denotava a intencionalidade para o local, um ambiente coletivo, acolhedor e auto-organizado, no qual os próprios ocupantes e voluntários se preocupavam com as demandas coletivas, tentando atendê-las sem um interesse lucrativo, mas com o interesse social de garantia de direitos, de moradia urbana, educação e alfabetização para

¹⁸⁷ Ibid.

as crianças, juntamente ao direito à saúde e retirada de documentos, dando ao local o caráter de cidadania.

Outro elemento importante nas falas ao longo das entrevistas e presente nas fotografias das redes sociais é a aceitação por diversos grupos a favor daquele movimento de ocupação por luta de moradia. Havia uma esperança e confiança no que estava sendo desenvolvido que voltava através de doações ou trabalhos desenvolvidos no espaço. Através da auto-organização e da coletividade os ocupantes estavam tendo acessos a serviços básicos historicamente negados.

Segundo Catarina no local teve mutirão para realizar os cadastros e vacinações da família, atendimento médico, educacional através da creche e constante rodas de conversa sobre arte, raça e debates sobre classe e capitalismo através do jornal “A Verdade” confeccionado pelo MLB.

Richard Sennet em seu livro “Construir e Habitar” utiliza o conceito de “cidade justa”¹⁸⁸, uma cidade que se preocupa com as necessidades da população. Essa preocupação pode vir através do planejamento urbano ou do popular, através da auto-organização que ocorre nas ocupações populares/auto-organizadas. Onde há ausência de estado a coletividade age.

Apesar das boas relações construídas e cultivadas no espaço ao decorrer dos 8 meses que a ocupação durou teve duas violências contra mulheres. As vítimas foram agredidas no interior da ocupação por seus companheiros, que foram expulsos logo após o ocorrido.

A primeira regra é que a Ocupação Dragão do Mar não aceita agressor de mulheres, de jeito nenhum. Então, a gente teve casos de agressão às mulheres e não tinha conciliação com isso. Ainda que as mulheres pedissem, “não, por favor”, a gente não abre mão. Eu acredito que é uma lei no nosso país. Que é que os imóveis, esses imóveis de programas sociais, eles são no nome das mulheres. Então a gente dizia pra elas, vocês podem ficar com seus filhos. A gente não aceita ele aqui¹⁸⁹.

Segundo Nicholas alguns não aceitavam a expulsão no início e ameaçavam integrantes do movimento, afirmando que possuíam conhecidos no mundo do crime¹⁹⁰.

A expulsão denota uma política interna que contraria a lógica de relacionamento em que o homem exerce um poder reforçando uma masculinidade que reafirma uma hierarquia de dominação do homem sobre a mulher, gerando uma culpabilização das vítimas que aos poucos normalizam a violência sofrida cotidianamente por seus parceiros. Para quebrar essa

¹⁸⁸ SENNETT, Richard. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.

¹⁸⁹ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

¹⁹⁰ CARVALHO, Nicholas Pinheiro Muniz de. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 03 abr. 2024.

estrutura social, o Movimento Olga Benário fazia acolhimento das vítimas, juntamente com o apoio psicológico para que essas percebam as relações insalubres que estavam envolvidas:

E aí o Movimento Mulheres Olga Benário também entra nesse sentido, né? Porque a gente conseguia ter ali um acompanhamento mais individual com essas mulheres, ajudar elas a perceberem que a culpa não era delas, que aquela relação ali não era exatamente de amor, é de dependência, é de uma relação abusiva, mas também respeitando muito, sabe? Porque[...] A gente não pode forçar a consciência das pessoas, né? Tinha mulheres que entendiam e se afastavam dos seus agressores, mas outras mulheres não conseguiam. E o processo é um processo individual delas, né? O coletivo tá ali todo pra ajudar, fortalecer, garantir tudo de melhor pra elas¹⁹¹.

O entendimento sobre a violência e o constante abandono marital que essas mulheres estão envolvidas trouxe em 2010, uma política pública provisória, mencionada acima por Catarina, que determina que tanto o contrato quanto o registro do imóvel sejam feitos, preferencialmente, em nome da mulher e se ela for chefe de família, não precisará da concordância do marido¹⁹². A medida pode diminuir o número de mães solo sem teto existente.

O acolhimento e acompanhamento realizados a essas vítimas devem ser pensados para além das perspectivas de gênero, incluindo nessa análise questões raciais. Pensar o afeto de maneira racializada é um grande desafio, pois desnatura as relações, tocando em um ponto bastante doloroso e por vezes proibido, o racismo.

A escritora Bell Hooks em seu livro “Escrever Além da Raça: Teoria e Prática”¹⁹³ fala que o amor transatlântico é pautado na dominação de corpos, na posse e propriedade. Esse dominar/conquistar vem através de um ideal violento e colonial, que resumem aquele corpo à servidão e silenciamento, aceitando tudo ou qualquer coisa que alguém diz que é amor, migalhas de afeto com a esperança de ser amada.

Falar sobre as experiências de mulheres negras e refletir sobre elas se torna um desafio visto que muitas pessoas negras não se reconhecem enquanto negras. A falta de letramento racial e a longa utilização do termo “morena” destinado à pessoas racializadas faz com essas muitas vezes não conseguiam analisar suas próprias vivências.

Grada Kilomba em seu livro “Memórias de uma Plantação” traz em seu primeiro capítulo a metáfora da máscara, em referência a que os escravizados eram obrigados a utilizar

¹⁹¹ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

¹⁹² PIOVESAN, Eduardo. **Mulheres terão preferência no registro de imóveis do Casa Verde e Amarela**. Câmara dos Deputados. 03 dez. 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/712841-MULHERES-TERAO-PREFERENCIA-NO-REGISTRO-DE-IMOVEIS-DO-CASA-VERDE-E-AMARELA#:~:text=Aprovada%20nesta%20quinta%20feira%20\(3,precisar%C3%A1%20da%20concord%C3%A2ncia%20do%20marido](https://www.camara.leg.br/noticias/712841-MULHERES-TERAO-PREFERENCIA-NO-REGISTRO-DE-IMOVEIS-DO-CASA-VERDE-E-AMARELA#:~:text=Aprovada%20nesta%20quinta%20feira%20(3,precisar%C3%A1%20da%20concord%C3%A2ncia%20do%20marido). Acesso em: 20 maio 2024.

¹⁹³ HOOKS, Bell. **Escrever Além da Raça: Teoria e Prática**. Editora Elefante, 2022.

e que ficou conhecida através da imagem de Anastácia, para falar sobre os silenciamentos cotidianos e contemporâneos.

Segundo a autora a máscara:

[...] era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por trás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usado pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura¹⁹⁴.

A raça é um conceito social e apesar de sermos todos humanos, socialmente somos tratados de formas diferentes. Experiências de pessoas negras (pretas e pardas) serão afetadas pelo racismo, sendo constantemente racializadas. Socialmente isso influencia a forma que acessam a cidade, a moradia e o amor.

Muito se fala que é preciso acabar o racismo, que não existem diferenças, porém as ações cotidianas denotam que ele é presente em toda a estrutura social. O silenciamento/a máscara é utilizada de formas diferentes. Enquanto o branco a utiliza para não ouvir a população negra e se livrar da responsabilidade do combate antirracista, a pessoa negra utiliza para guardar a sua dor, como uma espécie de casulo para não demonstrar vulnerabilidade. O não falar ou não conseguir reconhecer o racismo cotidiano em que se está inserido tem relação com o ódio e inferioridade pregado ao longo da história a esse grupo.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública junto ao Instituto Datafolha através da quarta edição da pesquisa “Visível e invisível” sobre a vitimização de mulheres ocorrida em 2022:

[...] mais de 12 milhões de mulheres negras já foram vítimas de violência, correspondendo a 65,6% do total de 18 milhões de mulheres vítimas no país.[...] Os dados apontam que em comparação com anos anteriores, todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento. Para se ter uma ideia, no último ano, 50.962 mulheres sofreram violência por dia em 2022 – um número equivalente a um estádio lotado. A pesquisa ainda aponta que a prevalência relatada é superior entre mulheres pretas (48% desse grupo populacional), principalmente aquelas com ensino fundamental (49%), com filhos (44,4%), divorciadas (65,3%), atingindo o ápice na faixa etária de 25 a 34 anos (48,9%). Dentre as mulheres que afirmaram sofrer violência no último ano, 65,6% eram negras, 29% brancas, 2,3% amarelas e 3% indígenas. Quanto à prevalência, mulheres negras experimentaram níveis mais elevados de violência (29,9%) do que as brancas (26,3%).¹⁹⁵

¹⁹⁴ KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2019, p.33.

¹⁹⁵ UFJF NOTÍCIAS. **Mulheres negras são as maiores vítimas em casos de violência**. Rio de Janeiro, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/24/mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-em-casos-de-violencia/>. Acesso em: 20 maio 2024.

As violências pregadas contra as mulheres negras veem de diferentes lugares, através de padrões de beleza inalcançáveis, conflitos familiares e agressões de seus companheiros, podendo ser eles brancos ou negros e por fim o abandono. O medo de ser abandonada, de estar só pode ser uma justificativa para a permanência de relacionamentos violentos. O acompanhamento para pensar o afeto é essencial para vencer o medo do abandono, da solidão através do auto amor e da reafirmação pessoal.

Apesar desse trabalho realizado pelo Movimento Olga Benário, algumas mulheres não conseguiam refletir sobre a violência que passavam:

A gente não pode forçar a consciência das pessoas, né? Tinha mulheres que entendiam e se afastavam dos seus agressores, mas outras mulheres não conseguiam. E o processo é um processo individual delas, né? O coletivo tá ali todo pra ajudar, fortalecer, garantir tudo de melhor pra elas¹⁹⁶.

Segundo Bell Hock: “Homens que escrevem sobre o amor sempre atestam que foram amados. Eles falam a partir desse lugar, isso lhes confere autoridade. Mulheres, com frequência, falam de um lugar de falta, de não terem recebido o amor que desejavam”¹⁹⁷. A autoridade masculina no amar faz com que o homem socialmente diga o que é o amor a partir do que ele oferece, gerando indignação quando mulheres dizem que não concordam com essa “forma de amar”.

Para ajudar as mulheres e seus filhos foi criada a Creche Francisca Bernardo gerida pelo Movimento Olga Benário. Segundo Catarina a ocupação já chegou a ter 30 crianças e algumas mulheres grávidas, então se viu a necessidade de pensar um espaço para essas pessoas.

Quem organizava a creche era o Olga. É isso, essa é uma das contribuições que o Olga oferece e também as ocupações do MLB. A gente constrói as creches junto com as mães, né? Então a gente garante o espaço, o horário e as atividades com as crianças. E a gente vai fazendo um rodizio. Então, a creche era no turno da manhã para algumas crianças e no turno da tarde para outras crianças. E a gente tem companheiras do Olga que são pedagogas. Então, a gente consegue combinar bem esse trabalho. As crianças também eram de muitas idades, então a gente também conseguia pensar atividade diferente para elas. E também ajudando elas a entenderem onde é que elas estavam. “O que é isso aqui? Que lugar é esse? Quem são essas pessoas? Por que eu moro aqui?” Especialmente as mais velhas, que já tem uma compreensão. Tipo, isso aqui não é uma casa, né? Esse povo aqui. E a gente tentava garantir também uma relação dentro disso, que elas se sentissem em casa. Porque é isso. Tá num lugar diferente do nada, você dorme ali, come ali e mora ali. Então a creche aconteceu assim¹⁹⁸.

¹⁹⁶ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

¹⁹⁷ HOOKS, Bell. Tudo sobre o amor. Tradução de Stephanie Borges. Editora Elefante, São Paulo, 2021. p. 39.

¹⁹⁸ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

Como a ocupação ocorreu no Centro, distante dos bairros dos ocupantes, não era possível levar as crianças a creches municipais. Assim o amparo dado visava ajudar as mães que trabalhavam e não tinham com quem deixar seu filho, além de realizar atividades educacionais que incentivassem o desenvolvimento infantil. A preocupação do entendimento da criança sobre o espaço mostra uma humanização e cuidado do movimento com as fases da infância. Entendendo que a compreensão infantil é de grande importância para seu progresso e se há crianças no local devem ser incluídas, pois também estão construindo o espaço.

Figura 47 - Creche Francisca Bernado, Ocupação Dragão do Mar em 2022



Fonte: Instagram @mlb.ce (30/03/2024)

O nome dado a creche homenageava uma militante que possuía idade avançada e que infelizmente morreu durante a pandemia de COVID 19.

O funcionamento da creche era dividido em dois turnos, como mencionou Catarina, para conseguir atender um número maior de famílias e não sobrecarregar as voluntárias. Segundo a entrevistada, as atividades feitas com as crianças viam por meio de doação e também eram ensinadas para as mães poderem realizar com seus filhos quando não estivessem na creche, visando garantir um aprendizado e autonomia.

Infelizmente, por falta de voluntários a creche não durou toda a ocupação:

A creche não foi até o final do período da ocupação. Porque também as mães foram pegando o jeito das brincadeiras. A gente deixou muito material lá. E muitas

companheiras do Olga são trabalhadoras, na verdade, hoje nós temos só trabalhadoras, estudantes, quase nenhuma. E aí menos tempo, né? Menos tempo para conseguir ficar¹⁹⁹.

Mesmo a creche não tendo durado toda a ocupação, essa teve um papel muito importante para estreitar laços, gerar confiança entre as pessoas que estavam no espaço, ocupantes, militantes. As crianças não eram excluídas das outras atividades presentes na rotina coletiva, mas era necessário um momento que pensassem nelas como seres em desenvolvimento e não mini adultos. O conceito e a proteção da infância e adolescência nem sempre chega às crianças negras e pobres que começam a ganhar responsabilidades e obrigações muito cedo, perdendo seu tempo pra estudar, brincar e si conhecer enquanto indivíduo.

A ideia dos oferecimentos de serviços públicos, como educação, saúde, arte e cultura transmite um olhar com dignidade aos ocupantes do prédio que anteriormente tiveram vários de seus direitos negados. Era importante pensar e trazer o direito à cidade para dentro do imóvel, da busca pela tão sonhada habitação.

Perguntei a Catarina se teve algum momento na creche que lhe afetou de forma positiva ou negativamente e ela respondeu:

Eu sou professora de adolescente, né, a nossa creche era criança, então, uma coisa que eu percebi rapidamente, que me sensibilizou foi o carinho, né, das crianças ali. “A tia”, a gente chegava e [...] Saíam correndo, abraçava e beijava. E não queria sair de perto. E pega no seu cabelo e fica mexendo. E gruda e você[...] Ah, a “tia tem que ir fazer”. “Não, a tia fica”. E chora quando você vai embora. Então, isso foi muito forte pra mim porque... É uma pessoa que ele conheceu ontem, né? E as mães[...] Também. Eu acho que isso também é muito forte pra mim. Elas tinham carinho. Parece que é assim. Meu filho gostou de você, eu gosto de você, sabe? Então as mães também tinham carinho por nós. Se sentiam seguras com a gente. Eu acho que isso é o que mais me impactou positivamente²⁰⁰.

Lendo o livro “Tudo sobre o Amor”, já mencionado, de Bell Hooks percebi que o amor pode estar em tudo e assim como as raivas das injustiças sociais, ele também pode impulsionar, dar força e esperança. Já na apresentação Silvane Silva traz a seguinte reflexão:

O amor não tem nada a ver com fraqueza ou irracionalidade, como se costuma pensar. Ao contrário, significa potência: anuncia a possibilidade de rompermos o ciclo de perpetuação de dores e violências para caminhar rumo a uma “sociedade amorosa”²⁰¹.

O relato de Catarina sobre o impacto positivo é sobre o amor. O amor recebido por crianças que meses atrás ela não tinha conhecimento de suas existências, mas que aos poucos

¹⁹⁹ Ibid.

²⁰⁰ Ibid

²⁰¹ SILVA, Silvane. A prática do amor como potência para a construção de uma nova sociedade. In: HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**. Tradução de Stephanie Borges. Editora Elefante: São Paulo, 2021, p. 09.

foram lhe afetando. O verbo amar pode ser destinado há várias conjugações, mas em todas elas estarão presentes a ação. Verbo indica ação. Cuidar, lutar, acreditar está dentro do amor. A quem diga que até a simpatia é sinônimo de amar como o poeta Casimiro de Abreu. Sua fala também me fez recordar o poema presente na música “Princípio” de Emicida.

O amor cuida com carinho, respira o outro, cria o elo
 No vínculo de todas as cores, dizem que o amor é amarelo
 É certo na incerteza
 Socorro no meio da correnteza
 Tão simples como um grão de areia
 Confunde os poderosos a cada momento
 Amor é decisão, atitude
 Muito mais que sentimento
 Alento, fogueira, amanhecer²⁰²

Mas infelizmente também houve momentos de frustrações a Catarina:

E o que é frustrante, porque também tem muita frustração, é a insuficiência que essas crianças têm no aspecto do desenvolvimento delas, cognitivo e de aprendizagem, porque eu já trabalhei também em espaços privados, então você percebe que uma criança de um ano de idade, de uma família de classe média, ela tem vocabulário, uma percepção, uma relação com o ambiente muito mais autônoma do que uma criança do povo e eu fico muito enraivecida, frustrada, porque é um direito que é negado a elas²⁰³.

A desigualdade social na infância atrasa o desenvolvimento infantil, através das dificuldades de acessos de uma alimentação e saúde de qualidade, além de aparatos didáticos que possam ter um progresso cognitivo e motor, o que reflete na aprendizagem ao longo da vida.

A entrevistada deixa claro ao longo da conversa que apenas o povo pode salvar o povo, pois não vê uma preocupação do Estado com essas pessoas. Apesar da luta inicial ser por moradia, perpassa outras políticas públicas da vivência cidadina e do direito à cidade. A ocupação auto-organizada criou uma organização social interna, no qual o básico, que era negado fora da ocupação, poderia ser encontrado em seu interior.

Além da creche, na primeira semana foi montada uma cozinha comunitária que tinha como intuito preparar as alimentações maiores, como o almoço e o jantar:

A cozinha, a gente criou uma comissão de alimentação. E na cozinha era um espaço muito limpo e muito organizado. Aí tinha aquele fogão industrial que as meninas conseguiram de doação, tinha geladeira e tinha esse processo de doação dos alimentos, né? Então a gente conseguia muita verdura, muita verdura e as meninas iam lá no São Sebastião, né? Garantir também essas questões. A gente conseguia, através dos pix, comprar a mistura, né? E aí a coordenação sempre ia fazer esse trabalho de comprar a alimentação, a gente conseguiu algumas cestas básicas também. E aí era assim, de

²⁰² EMICIDA, Princípio. **Album Amarelo**. Sony Music e Laboratório Fantasma, 2019.

²⁰³ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

manhã, cedinho, acordava comissão, fazia o café da manhã, aí tinha a fila, eles pegavam a fila e cada um fazia a sua alimentação. Tinha no horário mais ou menos entre manhã e almoço, as crianças tinham uma refeição também para as crianças apenas. E aí depois no almoço... um almoço pra todo mundo. E aí também, no meio da tarde pro final, um lanche pras crianças e à noite, umas sete horas por aí, a janta. Então, era assim, tinha sempre essa fila. Aí as pessoas iam lá com seu pratinho e sua colher. Cada um lavava seu prato, cada um cuidava da sua questão individual. E essa comissão, ela ia revezando, né? Então, tipo, um dia três mulheres, no outro dia... E infelizmente, ela era também uma comissão de mulheres, né? Então, tanto de limpeza do espaço, como a comissão de alimentação, era 100% uma comissão de mulheres²⁰⁴.

A alimentação é um elemento essencial para a vida. Os alimentos que a população empobrecida tem acesso não são de qualidade, vivendo uma constante insegurança alimentar, não possuindo os nutrientes suficientes para o funcionamento de seu corpo de forma saudável. Algumas vezes, deixando de comer por falta de dinheiro ou racionando o alimento para ter uma maior duração. Essa rotina, infelizmente, pode ser encontrada em muitas famílias espalhadas pela capital, situação que foi agravada no período pandêmico, no qual ocorreu a ocupação.

O alimento ofertado pela cozinha comunitária era muito bem aceito pelos ocupantes, que, por vezes, vinham de uma situação ainda mais precária, segundo Catarina:

Pessoas que viviam mesmo com o mínimo, inclusive muitas relataram que lá na Dragão elas se alimentavam melhor, né? Porque como a nossa cozinha era coletivizada, então a gente garantia uma alimentação mais saudável, com verdura, fruta e proteína, né? Mas eram pessoas trabalhadoras, pessoas que [...] É isso, estavam ali fazendo socorro, sobrevivência²⁰⁵.

Comprar alimentos, pagar aluguel, gastos com medicamento, água, energia, produtos de limpeza, roupas e calçados não era viável, havia sempre uma seleção em que o alimento acabava tendo que ser negligenciado, juntamente com o auto cuidado.

A localização do Centro de Fortaleza, segundo a entrevistada, facilitava a logística de aquisição de algumas doenças, pois este é um local que facilita acessos:

Centro ali é um lugar perto de muitas coisas, que não só de lazer, mas de saúde, educação, hospital, enfim, uma série de locais importantes para a população. Então, a ocupação no centro também tem esse sentido. E as companheiras se viravam muito bem ali no centro. Por exemplo, elas iam pedir alimento doado lá no Mercado São Sebastião. Ficava no centro. Elas iam lá e conseguiam e traziam para a cozinha e tal. Então, é isso, né? Talvez se a população mais vulnerável tivesse acesso a um lugar mais possível para elas, elas não passariam as dificuldades tamanhas que passam e também não seriam tão invisibilizadas.²⁰⁶

A organização do espaço dentro do capital segue uma hierarquia baseada em uma segregação de classe, existindo guetos de pessoas com menor poder aquisitivo e de pessoas com

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ Ibid.

maior poder aquisitivo²⁰⁷. As distinções entre esses espaços podem ser notadas através da mudança da paisagem e até mesmo na cultura do local. Em que uma é colocada no molde de civilizado e a outra como selvagem. Dentro dessa perspectiva o direito à cidade por cada grupo será diferente. A moradia desassociada do espaço ressalta a desigualdade social e limita os acessos a serviços de qualidades, pois as políticas públicas não chegam em todos os bairros da cidade.

A cozinha comunitária não durou toda a ocupação depois de 3 meses, começaram a ser feitas ações que buscavam a autonomia de seus ocupantes. Alguns começaram a organizar seus quartos com os eletrodomésticos que já tinham anteriormente, trazendo para seu interior fogão e geladeira. A obtenção de comida era feita através de ações.

Segundo Nicholas essa era uma das atividades propostas pelo movimento:

Outras atividades que eu lembro, a gente, de vez em quando, ia para alguma entidade pública, algum supermercado, e pedia cestas básicas. E aí, só quem ganhava era quem ia. A gente não recebia muitas cestas básicas. Quem não ia diretamente para os atos não recebia²⁰⁸.

Uma das regras da ocupação era que os ocupantes tinham que ser ativos, construir o movimento, lutar e ir atrás de participar das atividades. A participação funcionava como pré-requisito para avançar na fila da moradia. Quem era participante tinha preferência no recebimento da habitação, o que acabou gerando algumas intrigas dentro do movimento e foram resolvidas de forma assertiva pela coordenação do movimento.

Além disso, Catarina menciona que era proibido deixar a ocupação para passar temporadas nas casas de parentes ou algo semelhante. Caso as famílias tivessem a intenção de lutar por sua moradia própria, elas teriam que está construindo o movimento, ocupando, pressionando a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Estado.

A coordenação da ocupação era feita por lideranças do MLB em conjunto com representantes das famílias que estavam ocupando. As regras e decisões tomadas eram debatidas em assembleia ou reuniões de coordenação.

Todo os meses eram feitas comemorações pelo movimento, comumente, chamadas de mesversário, em que eram convidados artistas e pessoas externas para momentos de socialização, eram proibido o uso de bebidas alcoólicas, cigarro e qualquer outro tipo de droga. Catarina afirma que era um momento de afetividade e trocas:

²⁰⁷ LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

²⁰⁸ CARVALHO, Nicholas Pinheiro Muniz de. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 03 abr. 2024.

A Dragão do Mar foi muito especial. Porque muitas pessoas se integraram a ela. Tinha uma vez no mês, que era o mês versável, e aí tinha um forró, que vinha um grupo de forró, e vinha uma galera, assim, que eu nunca tinha visto na minha vida, curtir, olhar aquele forró com aquelas famílias, e dava dez horas da noite e eles queriam continuar, e a gente dizia pro pessoal, as famílias vão dormir, e eles, beleza, tamo indo, a gente volta e tal. E essas pessoas também deixavam suas contribuições, ou financeiras, ou de trabalho, ou do próprio relacionamento ali, do afeto com aquelas pessoas, né? Com aquelas moradoras lá da casa.²⁰⁹

Figura 48 - Atividade de palhaçaria, Ocupação Dragão do Mar 2021



Fonte: Acervo Pessoal Paulo Henrique Moura

Além dos “mesversário” também havia atividades festivas, como podemos ver na imagem acima, no qual eram trabalhadas atividades voltadas para o público infantil e os demais públicos da ocupação. O afeto criado humaniza aquele momento, transformando aquele espaço não só em um local que se luta por moradia, mas também um ambiente de lazer e carinho. A multiplicidade na utilização do local fez dele moradia, creche, cozinha comunitária e ambiente voltado para saúde e arte.

Em uma habitação coletiva normalmente os quartos que ganham características múltiplas, mas na Ocupação Dragão do Mar toda área se torna um local plural, sendo construído e modificado a partir das demandas e organização dos ocupantes.

A ocupação teve fim no dia 07 de abril de 2022, através de uma intensa negociação. Segundo a entrevistada:

O MLB queria construir ali um residencial das famílias do MLB, exatamente para colar com os objetivos anteriores que eu te falei. Foi a primeira opção, mas... né? Enfim, obviamente que o estado não ia entregar tão fácil assim. E até hoje estamos... Até hoje, mas botaram um muro lá, pregaram um muro pra ninguém ocupar de novo. Mas a gente saiu de lá dizendo assim [...] eles dizendo assim: não, tem que sair logo

²⁰⁹ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

porque esse prédio aqui vai servir como um centro de direitos humanos, de não sei o que²¹⁰.

O prédio até o ano de 2024 continua desocupado, mas atualmente conta com um muro para evitar novas ocupações. Os ocupantes desocuparam o prédio com a promessa de uma política habitacional do “Programa Minha Casa Minha Vida” voltada para aquelas famílias, porém enquanto a verba para essa não chegava, a Prefeitura Municipal de Fortaleza ofertou 40 aluguéis sociais²¹¹.

4.2.2 Ato 24 de abril de 2024

Figura 49 - Ato MLB na Habitafor em 24 de abril de 2024



Fonte: Acervo Pessoal

No início de abril fui informada que teria um ato a favor das habitações das famílias da Ocupação Dragão do Mar e que esse iria ocorrer no dia 24 daquele mês, porém a publicação de divulgação não informava o local, sendo necessário conversar com alguém do movimento próximo a data para obter mais informações. Segundo o que notei essa prática é bem comum nos atos MLB, uma tentativa de manter a segurança das pessoas que estavam inseridas.

²¹⁰ MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

²¹¹ LIMA, Camilla. Após oito meses de luta, Ocupação Dragão do Mar, em Fortaleza, conquista 40 aluguéis sociais. In: **Brasil de fato**. Fortaleza, 07 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2022/04/07/apos-oito-meses-de-luta-ocupacao-dragao-do-mar-em-fortaleza-conquista-40-alugueis-sociais>. Acesso em: 20 maio 2024.

O ponto de encontro foi na praça Paróquia Nossa Senhora de Fátima, localizada na Av. 13 de maio. Ao chegar pude observar crianças de diferentes idades, idosos e idosas e mulheres, algumas com a blusa do movimento. Havia também militantes de movimentos organizados como União da Juventude Rebelião (UJR) e um representante do partido Unidade Popular pelo Socialismo (UP). Não havia faixas e nem cartazes, apenas criança brincando, algumas bandeiras no chão e pessoas conversando amistosamente.

Com um microfone e uma caixa de som foi apresentado o motivo do ato e as 9:00 horas fomos andando de forma silenciosa à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) onde foi cantado uma música de parabéns em referência a descomemoração pela falta de respostas sobre as moradias populares prometidas.

As respostas buscadas pelo movimento eram se havia um plano para colocar em práticas as moradias prometidas, previsão de prazos e possibilidade de inserção de outras famílias no aluguel social.

O aluguel social tinha validade de 2 anos e mensalmente seus beneficiários tinham que ir na Habitafor com o recibo que comprovasse a utilização dos R\$ 450,00 para o pagamento do aluguel. Como já havia passado o tempo limite, essas famílias iriam ser recadastradas através de visitas socioeconômicas de assistentes sociais, que averiguariam a necessidade da continuação do benefício.

Sobre o direito à moradia do Programa Minha Casa Minha Vida, foi informada que não há previsão e que o Governo Federal só irá ofertar 5 mil habitações para todo território estadual, sendo inviável atender as moradias da ocupação naquele momento.

Enquanto havia canto de músicas e palavras de ordem, as crianças brincavam. Consegui observar que aquelas famílias confiam no movimento, escutam atentos os informes e as orientações. Algumas famílias falaram ao microfone, pareciam estar à vontade com o espaço e com o momento. No final do ato teve votação para um possível dia de reunião e pela continuidade das manifestações a favor da moradia.

Indo a parada do ônibus soube que uma chefe de família havia saído do ato chorando, pois havia recebido uma advertência por comportamento pela Habitafor, segundo o que ela falou, a órgão retira o benefício do aluguel social quando o morador possui 3 advertências. As decisões para retirada dos beneficiários ocorrem de forma unilateral. Segunda a moradora, ela recebeu a advertência injustamente e disse que dessa forma já havia sido retirado o aluguel social de algumas pessoas.

As reuniões com a Prefeitura Municipal de Fortaleza e a necessidade de atos anuais mostram que a mesma não possui uma preocupação com aquelas famílias, bem como a

existência da falta de respeito com o acordo firmado. O valor do aluguel social é insuficiente para pagar mensalmente uma moradia que permita conforto e os acessos básicos citadinos.

A escrita sobre a Ocupação Dragão do Mar e seu esforço pela moradia, trouxe a reflexão que essa luta anda em conjunto com a busca por uma alimentação melhor, um acesso a saúde de qualidade e educação. Que é necessário humanizar as experiências de mulheres negras e pobres e acolhe-las em suas dores.

Existiu na ocupação uma coletividade, organização comunitária existente no cuidar. As vivências das favelas foram pra dentro da ocupação mostrando que quando o Estado não age para a garantia de direitos, a população tem força pra se organizar e fazer acontecer o propósito. Parafraseando Catarina, “só o povo salva o povo”²¹².

²¹² MATOS, Catarina da Graça Almeida. [Entrevista cedida a] Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes. Fortaleza, 12 abr. 2024.

5 CONCLUSÃO

As andanças que foram realizadas para a pesquisa, levaram-me a conhecer muitas pessoas, personagens sociais que possuíam um cotidiano diferente do meu e entre eles mesmos, fazendo-me sentir acolhida por uns e rejeitadas por outros, o que confesso, inicialmente trouxe inseguranças sobre a forma de conduzir roteiros e entrevistas, levando-me a realizá-las com cautela e sensibilidade maior do que inicialmente pensei. Nenhum manual de história oral nos ensina a reagir a um choro de um entrevistado ou ao silêncio escolhido quando falta a voz.

O inchaço populacional em conjunto com a falta de preocupação com a moradia, faz com que surjam moradias irregulares, que por falta de fiscalização, tornam-se cada vez mais insalubres para seus moradores, que, por vezes, são marginalizados. Além das inexistências de moradias há também as necessidades habitacionais que não recebem a atenção necessária dos órgãos competentes.

A marginalização de determinados corpos na sociedade e de suas moradias não é uma coincidência, os usos dos espaços e como eles são vistos socialmente são construídos a partir da socialização de seus personagens e, no caso de Fortaleza, como esses estão inseridos na sociedade burguesa.

Adentrar casas e quartos é compartilhar do íntimo. O único local que aquela pessoa entende como seu, demonstrando nele suas subjetividades e aquisições materiais. Inicialmente as visitas foram confundidas com as da Defesa Civil, que, provavelmente, iria afirmar que aquela moradia era imprópria pra uso, tive minha presença rejeitada. O medo de não ter onde morar é maior do que os problemas estruturais presentes na habitação.

As habitações coletivas, que comumente eram chamadas de cortiços, presente em várias regiões industrializadas passaram por uma segregação cidadina, só sendo permitidas em locais que não eram mais ocupados pela elite que não queria dividir a cidade com essas pessoas. A proibição ou a invisibilidade desses domicílios ressalta a falta de preocupação do poder público com a política habitacional. Caso o Estado não consiga oferecer uma moradia unifamiliar a essas pessoas, é necessário fiscalizar as habitações multifamiliares existentes, para garantir salubridade e conforto no morar.

No começo da pesquisa acreditava em inúmeras socializações, apegos e afetos pela casa, mas ao longo das entrevistas percebi que não é o ponto principal, podendo ser desocupada e ocupada em fluxo constante. O medo era acerca da falta de moradia, não importando qual habitação fosse ser ocupada. A coletividade na ocupação/moradia vem da falta de possibilidade do acesso a propriedade unifamiliar.

Refletir acerca da moradia é essencial para se pensar as relações sociais e culturais. O olhar para o urbano passa pelo filtro de fatores externos, em que, dependendo do ângulo modificam o olhar e a finalidade. O Centro de Fortaleza para os trabalhadores possui funções diferentes que para os moradores ou pessoas que tiveram sua identidade formada naquele espaço, tendo uma memória afetiva com o local.

O afeto ao Centro vem através de uma imagem cristalizada sobre o que foi aquele lugar e o que proporcionava. Um local das possibilidades, que possuía um requinte, beleza que foi sendo tomada pelo comércio. A nostalgia e a esperança de reviver o passado através das memórias impulsiona personagens a ocuparem-no.

A área central que já foi uma tentativa de imitação parisiense se transforma. Os prédios antes de habitações unifamiliares se transformaram em comércios, prédios abandonados e em habitações coletivas. As configurações dos espaços se modificam pelos usos e conjunturas que estão inseridos, fazendo com que os olhares fossem resumidos apenas a um centro comercial.

Os motivos de ocupar a área central são inúmeros, como proximidade do trabalho, política pública assistencialista que é maior nesse local, e apego as memórias. As nostalgias e experiências criadas no espaço formam uma identidade, um elo afetivo que traz antigos personagens, uma luta pela permanência mesmo que em habitações precárias. Por meio do viver o presente com o olhar do passado, as ruas se tornam uma galeria de memórias para antigos e novos moradores que habitam aquele local.

Além disso, é essencial pensar na política de moradia na área central, atualmente inexistente, invisibilizando experiências em habitações coletivas e não garantindo uma moradia digna e confortável que ofereça comodidade, descanso e acolhimento para seus moradores, que, em sua grande maioria são idosos.

Os números de vazios urbanos e a falta de preocupação com políticas habitacionais reforçam a necessidade de ser fazer a função social dos imóveis, direito constitucional à moradia que é negado às pessoas que não possuem condições financeiras e acesso à propriedade e à cidade fora do espectro de segregação espacial tão vigente em Fortaleza e nas cidades capitalista, que separa bairros elitizados e bairros empobrecidos, por falta de direitos e condições dignas de infraestrutura e planejamento urbano da cidade.

Por fim, vale refletir acerca de outras formas de habitação coletiva que veem por meio de atos populares de ocupação, como a Ocupação Barbara de Alencar e a Dragão do Mar. Diferente das outras moradias analisadas, não são mantida através de um pagamento mensal (aluguel) e não possui sua organização ligada a um locatário intermediário. As ações feitas em

seu interior veem por meio da auto-organização. Apesar de também ter o intuito de moradia provisória, esta possui um ideal de coletividade em todo seu cotidiano, em que as demandas da casa são as demandas de seu povo.

Em todas as entrevistas realizadas sobre a Ocupação Dragão do Mar notei que apesar do principal motivo desta ser a luta pela moradia as pautas levantadas iam para além. Catarina e Nicholas trouxeram debates sobre questões de classe, raça, gênero, acesso a saúde, educação e trabalho e como todos esses têm total ligação com a moradia. A moradia não pode ser analisada de forma desassociada do espaço e de seus acessos e esse não pode ser separado dos personagens que o constroem e modificam.

Refletir sobre moradias é pensar sobre memórias, afetos, identidades e subjetividades do morar, assim como os significados que são dados a ele, é analisar a cidade, os trajetos, andanças e vivências. A moradia está para além da estrutura, possui um elo com as atividades humanas que as constroem e modificam. A cidade precisa ter moradia e esta precisa estar inserida na cidade, possuindo direito a ela. Habitação sem direito à cidade não é moradia.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Morar e viver na cidade de Campinas (1850 – 1900) –** Mobiliário e utensílios domésticos. Editora: Alameda. Rio de Janeiro, 2010.
- ALBERTI, Verena. Fontes Orais: História dentro da História. *In:* In: PINSKY, Carla Bassanez. **Fontes Históricas**. Editora Contexto, 2005.
- AKOTIRENE, Carl. **Interseccionalidade: feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, André Araújo. **Segregação Urbana na Contemporaneidade: caso da comunidade Poço da Draga na Cidade de Fortaleza**, 2015.
- AZEVEDO, Miguel Ângelo de. **Cronologia Ilustrada de Fortaleza: Roteiro para um turismo histórico e cultural**. Universidade Federal do Ceará, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BARROS, Angerlânia da Costa. **Retirar, afastar e esconder: Erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza (1972-1979)**. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84900>. Acesso em: 22 maio de 2024.
- BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço e Tempo: interações necessárias**. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria – São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança dos velhos**. Companhia das Letras, 5. ed. São Paulo, 1994.b
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. *In:* OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **CIDADE: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.16-35.
- CAMPOS, Isabelly de Souza. **Cidade Centro: Uma proposta de Reabilitação**. Universidade Federal do Ceará, 2016.
- CENCI, Daniel Rubens; SEFFRIN, Geciana. Mercantilização do espaço urbano e suas implicações na concepção de cidades justas, democráticas, inclusivas e humanas / Mercantilization of urban space and its implications in the concept of fair, democratic, inclusive and human cities. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 418–442, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/35827>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CERTEAU, Michel de. **Invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, v.22, p.41-59, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. Revista do Instituto do Ceará – 2014.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

EMICIDA, Príncipia. **Álbun Amarelo**. Sony Music e Laboratório Fantasma, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Editora LTC, 1981.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S. l.], n. 13, 2008.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73–89, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido do original francês “La memoire collective”, 2. ed. Presses Universitaires de France Paris, França, 1968.

HOOKS, Bell. **Escrever Além da Raça**: Teoria e Prática. Editora Elefante, 2022.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza**. Annablume. 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2019.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços A humilhação e a subalternidade. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 25, n. 2, São Paulo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo Editora Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 7. ed. São Paulo: Ed. Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **O direito de morar no Centro**. Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço. São Paulo. FAU – USP. Annablume, 2002.

MELO, Lígia. **O direito à moradia no Brasil**: Política Urbana e Acesso por meio da Regulamentação Fundiária. Fórum, 2010.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida. Artigos e Ensaios. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo- USP, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória a história: a problemática dos lugares. Trad Yara Aun Khoury. **Proj.História**, São Paulo, 1993.

PEQUENA. Carlos Augusto Joly. **Habitar Híbrido**: Interatividade e Experiência na área da Cibercultura. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, 2007.

PERROT, Michelle. **Quartos Operários**. In PERROT, Michelle. História dos quartos. Tradução de Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Outra cidade**: O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

PICCINI, Andrea. Contexto Urbano. In: SANTOS, André Luiz Teixeira dos. et al. (Org.). **Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço**. São Paulo: FAUUSP, 2002.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PONTES, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: Reforma Urbana e Controle Social. 1860-1930. Editora Demócrito Rocha, 2004.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj História**, fevereiro, São Paulo, 1997.

RABELO, Cristiano Rodrigues. **Memórias de nossas lutas**: Narrativas do conjunto Palmeiras em Fortaleza, Ceará (1974 a 2014). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2017.

RAMOS, Elvis Christian Madureira. O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-181965, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/181965/174453>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RIBEIRO, Lucíola Limaverde. **Afetos em construção: narrativas e processos de apropriação do espaço pelos moradores da Cidade 2000**. 2015. 114f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: As formas de Produção da Moradia do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ROSA, Aline Mesquita Martins. **História das casas como história da cidade**: Um estudo da memória urbana de Fortaleza através da memória de moradores antigos do Centro. 2009. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo séc XVII – XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Paisagem**. FAU-SP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OMVXSD_HQDk. Acesso: Acesso em: 26 ago.2023.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: Memória coletiva e **Psicologia USP**, [S. l.], v. 4, n. 1-2, p. 285–298, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>. Acesso em: 4 set. 2022.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SILVA, Silvana. A prática do amor como potência para a construção de uma nova sociedade. *In*: HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**. Tradução de Stephanie Borges. Editora Elefante: São Paulo, 2021

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

TRUTH, Sojourner. **Convenção dos Direitos das Mulheres**, Ohio, EUA, 1851. Disponível em: <https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83035487/1851-06-21/ed-1/seq-4/>. Acesso em: 22 maio 2024.

VELHO, Gilberto. Antropologia e cidade. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **CIDADE**: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.36-41.